

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÍTALA LUZIA DE ANDRADE

A MOBILIDADE PENDULAR COMO INDICADOR NA CARACTERIZAÇÃO
DE CIDADES MÉDIAS

VITÓRIA
2019

ÍTALA LUZIA DE ANDRADE

A MOBILIDADE PENDULAR COMO INDICADOR NA CARACTERIZAÇÃO
DE CIDADES MÉDIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como exigência para obtenção do título de Mestra em Geografia.
Área de concentração: Estudos Urbanos e Regionais

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A553 Andrade, Ítala Luzia, 1991-
m A mobilidade pendular como indicador na caracterização de cidades médias / Ítala Luzia Andrade. - 2019.
104 f. : il.

Orientador: Ednelson Mariano Dota.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Cidades Médias. 2. Mobilidade Pendular. 3. Dinâmica Regional. 4. Pesquisa sobre municípios. 5. Geografia da população. I. Dota, Ednelson Mariano. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

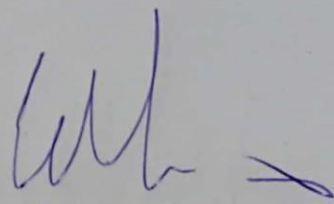
CDU: 91

**“A MOBILIDADE PENDULAR COMO
INDICADOR NA CARACTERIZAÇÃO DE
CIDADES MÉDIAS”**

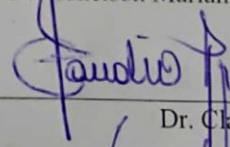
ÍTALA LUZIA DE ANDRADE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

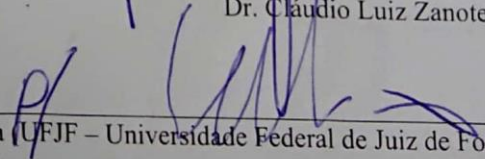
Aprovada em 22 de agosto de 2019.



Dr. Ednelson Mariano Dota (Orientador)



Dr. Cláudio Luiz Zanotelli



Dr. Wagner Barbosa Batella (UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela arte da existência!

O resultado alcançado ratifica que o esforço só existiu em função do apoio que recebi durante essa jornada.

Ao Professor Wagner (ex-UFV), que me apresentou a temática das cidades médias e incentivou meus primeiros passos enquanto pesquisadora.

À Professora Aurélia (UFES) e ao Professor Ednelson (UFES) meus inspiradores em suas disciplinas com a Geografia da População.

Ao Professor Ednelson, pelo carinho e atenção, pela acolhida como orientanda no meio do caminho. Aceitar o desafio de começar uma nova pesquisa junto comigo foi muita gentileza e competência

À Thaís, Jaerle e Jéssica - amigades novas e marcantes conquistadas aqui e com quem dividi as angústias tantas e as alegrias dessa caminhada. Vocês fazem parte da minha história de vida

Ao Victor, meu amigo, com quem compartilhei o mestrado a distância.

As minhas amigas de Minas (Kerolayne, Franciele, Jéssica e Mariana), pelas visitas tão agradáveis e carinhosas.

A todos os componentes do grupo de pesquisa/estudos populacionais da UFES com os quais troquei experiências e importantes reflexões.

À Silvia, uma pessoa especial, ajudou-me a reencontrar o caminho, a entender quem eu fui e quem eu sou.

À Daphine, pelas risadas e os exercícios que me mantiveram de pé.

Aos meus pais pelo amor e cuidados!

Ao meu irmão, meu Tio Marlon, minha Tia Edilene e a minha avó Tereza que apesar de despertar em mim uma saudade intensa, recarregam minhas energias quando estamos juntos.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos, subsídio fundamental para manutenção e conclusão desta pesquisa.

Ao Allan, meu companheiro, amigo, sempre presente, compartilhando ideias, apoiando todos os dias ajudando-me a vencer os obstáculos, que não foram poucos.

A todos que se fizeram presentes, de alguma forma ajudando-me, meu carinho especial.

Resumo

A reestruturação do espaço urbano brasileiro é uma temática amplamente discutida por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. De maneira geral, observa-se que expansão das infraestruturas de transporte e comunicação, em meados do século XX, tem grande influência nesse processo. Essas mudanças estruturais resignificaram a rede urbana brasileira ocasionando uma redistribuição populacional e econômica para centros urbanos de médio e pequeno porte. Nesse sentido, houve uma diversificação nos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana. Essas, se tornaram locais de expressiva atratividade, mediando a ligação entre os núcleos urbanos menores e as grandes cidades, mesmo que em escala regional. Com isso, essa pesquisa visou analisar como a mobilidade pendular e outros indicadores demográficos e econômicos podem auxiliar na observação da influência dos papéis desempenhados pelas cidades mineiras (Barbacena, Muriaé e Ubá) na rede urbana, bem como na caracterização dessas cidades enquanto médias. Para atingir esse objetivo foram utilizados os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 referentes à mobilidade pendular. Outra forma de extração de dados dos Censos Demográficos pretéritos foi o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), bem como o Número de Unidades Locais Industriais e de Comércio e Serviços no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Utilizou-se como recorte uma matriz de relações, na qual foram incluídos todos os municípios que pudessem apresentar ligação com os núcleos já mencionados. Os resultados obtidos demonstraram que os indicadores demográficos são pertinentes variáveis para identificação da dinâmica regional dos municípios núcleo e de seus respectivos papéis de intermediação. Além disso, observou-se que a mobilidade pendular é um fenômeno com recente intensificação nesses centros urbanos não metropolitanos. Nessa pesquisa, a pendularidade indicou que existem relações de complementariedade e dominação entre o núcleo principal e os que lhes são tributários. Porém, de forma geral, a área de abrangência dos municípios principais restringiu-se aos municípios membros de suas respectivas matrizes relações. Portanto, concluiu-se que tais características corroboram com a caracterização desses centros urbanos enquanto cidades médias regionais.

Palavras-chave: Mobilidade Pendular, Cidades Médias, Rede Urbana, Barbacena, Muriaé, Ubá.

Abstract

The restructuring of the Brazilian urban space is a topic widely discussed by professionals from different areas of knowledge. In general, it is observed that the expansion of transport and communication infrastructures in the mid-twentieth century has a great influence on this process. These structural changes have re-signified the Brazilian urban network causing a population and economic redistribution to medium and small urban centers. In this sense, there was a diversification in the functions of the medium cities in the urban network. These became places of significant attractiveness, mediating the connection between smaller urban centers and large cities, even on a regional scale. Thus, this research aimed to analyze how commuting and other demographic and economic indicators can assist in the observation of the influence of the functions of the Barbacena, Muriaé and Ubá (Cities of the state of Minas Gerais) in the urban network, as well as the characterization of these cities as averages. To achieve this goal, the 2000 and 2010 Demographic Census microdata were used. Another form of data extraction from past Demographic Census was the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA), as well as the Number of Local Industrial and Trade Units and Services in the database of the Institute of Applied Economic Research (IPEA). A matrix of relationships was used as clipping, which included all the cities that could have a connection with the central cities. The results showed that demographic indicators are relevant variables to identify the regional dynamics of the core municipalities and their respective intermediation function. In addition, it was observed that commuting is a phenomenon with recent intensification in these non-metropolitan urban centers. In this research, commuting data indicated that there are relations of complementarity and domination between the main nucleus and those that are tributary to them. However, in general, the coverage area of the main municipalities was restricted to the member municipalities of their respective relations matrix. Therefore, it was concluded that such characteristics corroborate the characterization of these urban centers as regional medium cities.

Keywords: Commuting, Medium Cities, Urban Network, Barbacena, Muriaé, Ubá.

Lista de figuras

Figura 1: Formação administrativa do município de Barbacena (MG).....	32
Figura 2: Localização, população, infraestrutura rodoviária e aeroviária dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá e dos municípios pertencentes às respectivas matrizes de relações	34
Figura 3: Formação administrativa do município de Muriaé (MG)	35
Figura 4: Formação administrativa do município de Ubá (MG)	39
Figura 5: Atividade econômicas do município de Barbacena-MG (1970 a 2015)	43
Figura 6: Atividades econômicas do município de Muriaé-MG (1970-2015)	45
Figura 7: Atividades econômicas do município de Ubá-MG (1970 a 2015)	46
Figura 8: Constituição da matriz de relações do município de Barbacena (MG)	51
Figura 9: Constituição da matriz de relações do município de Muriaé (MG)	53
Figura 10: Constituição da matriz de relações do município de Ubá (MG)	55
Figura 11: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações de Barbacena (MG) de 1970 a 2010	59
Figura 12: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Barbacena (MG), 1970 a 2010	61
Figura 13: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações de Barbacena (MG) de 1970 a 2010	63
Figura 14: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações de Muriaé (MG) de 1970 a 2010	65
Figura 15: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Muriaé (MG), 1970 a 2010	66
Figura 16: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações de Muriaé (MG) de 1970 a 2010	68
Figura 17: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações de Ubá (MG) de 1970 a 2010	70

Figura 18: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Ubá (MG) de 1970 a 2010	71
Figura 19: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações de Ubá (MG) de 1970 a 2010	73
Figura 20: Saldo dos deslocamentos pendulares nos municípios pertencentes as matrizes de relações de Barbacena, Muriaé e Ubá (2000 e 2010)	85
Figura 21: Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (2000)	91
Figura 22: Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (2010)	94
Figura 23: Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares segundo sexo (2000 e 2010)	98
Figura 24: População residente das matrizes de relações por setor de atividade (2000 e 2010)	101
Figura 25: Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares por setor de atividade (2000 e 2010)	101

Lista de tabelas

Tabela 1: Lista de tabelas secundárias utilizadas por código, nome, ano e fonte	24
Tabela 2: Composição da matriz de relações do município de Barbacena (MG)	26
Tabela 3: Composição da matriz de relações do município de Muriaé (MG)	27
Tabela 4: Composição da matriz de relações do município de Ubá (MG)	28
Tabela 5: Variáveis dos censos demográficos consideradas (2000 e 2010)	29
Tabela 6: Taxas de crescimento anual da população total e urbana (1970 a 2010)	41
Tabela 7: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Barbacena (2000 e 2010)	79
Tabela 8: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Muriaé (2000 e 2010)	81
Tabela 9: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Ubá (2000 e 2010)	82
Tabela 10: Indivíduos que faziam deslocamento pendular segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)	99
Tabela 11: População residente nas matrizes de relações segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)	100

Lista de abreviaturas e siglas

GU Grau de Urbanização

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MR Matriz de Relações

NP Núcleo Principal

RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMC Região Metropolitana de Campinas

RMGV Região Metropolitana da Grande Vitória

SIDRA Sistema IBGE de Recuperação Automática

TA Taxa de Crescimento Anual da População

TAU Taxa de Crescimento Anual da População Urbana

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Rede urbana, mobilidade pendular e cidades médias	5
2.1 Rede urbana e dinâmica regional	5
2.2 Das vias de estruturação da rede urbana brasileira ao fomento das cidades médias	9
2.3 Deslocamentos pendulares em cidades médias: um fenômeno em ascensão	15
3. Procedimentos metodológicos.....	23
3.1 Caracterização dos municípios.....	23
3.2 Construção de uma matriz de relações para análise da dinâmica regional	24
3.3 Movimentos Pendulares: fluxos, saldos e desagregação	28
4. Conjuntura geo-histórica, econômica e demográfica de formação e estruturação dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (Minas Gerais)	31
4.2 Dinâmica demográfica e econômica dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (Minas Gerais).....	40
5. As articulações regionais dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá por meio da construção de Matrizes de Relações	47
5.1 Constituição da matriz de relações dos núcleos principais.....	48
5.2 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Barbacena (MG)	58
5.3 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Muriaé (MG)	64
5.4 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Ubá (MG).....	69
6. Caracterização dos núcleos principais enquanto cidades médias através da utilização dos deslocamentos pendulares	77

6.1 Saldos dos deslocamentos pendulares das matrizes de relações dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá nos anos de 2000 e 2010.....	84
6.2 Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá nos anos de 2000 e 2010.....	89
6.3 Quem são as pessoas que fazem mobilidade pendular?	98
7. Considerações finais	102
8.Referências bibliográficas	107

1. Introdução

Os estudos acerca das cidades médias ampliaram-se significativamente nas últimas décadas, sobretudo pela importância que essas cidades assumiram na rede urbana brasileira a partir dos anos 70. Tal importância está relacionada a dois fatores principais: o incremento no número de cidades desse nível e a ampliação dos papéis/funções exercidas por essas cidades.

Diante de tal conjuntura, o desafio de se caracterizar uma cidade enquanto média vem sendo enfrentado por um significativo número de pesquisadores, principalmente aqueles ligados à ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias). Nessa discussão, Sposito (2009) alerta para as generalizações atribuídas ao uso das classificações “cidades pequenas” e “cidades médias” pois, para ela, a realidade dessas cidades são plurais e por esse motivo é delicado fixá-las nesses termos.

Assim sendo, não há um consenso acerca da classificação dessas cidades, ou uma forma específica de classificação como aquelas estabelecidas por limites demográficos, tratando-se mais de uma noção do que um conceito. Noção esta constituída através das diferentes formas possíveis de se caracterizar uma cidade enquanto média que vem sendo refinada conforme ampliam-se o número de pesquisas sobre essa temática.

As pesquisas pioneiras sobre as cidades médias trouxeram o entendimento de que os limites demográficos não são suficientes para categorizá-las. Nesse sentido, os portes demográficos por si podem ser encarados como um limite para as análises em função da variação dos contextos regionais nos quais essas cidades encontram-se inseridas. Assim, entende-se que os papéis desempenhados por uma cidade podem levá-la a exercer função de média e estes se modificam de acordo com diferentes variáveis influenciando na relação da cidade média com as cidades de sua hinterlândia. Segundo afirmam Amorim Filho e Sena (2005, p.3) “tal critério toma a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível da estrutura e grau de concentração de atividades”. Nesse sentido, outras variáveis vêm sendo incorporadas às análises sobre as cidades

médias, tais como: localização geográfica¹, cidades médias como centros de consumo (*shoppings centers*, centros comerciais, franquias, redes de eletrodomésticos), diversidade de papéis (industrial, universitário, centros de pesquisa, agronegócio) entre outros.

No âmbito em que se observa a expressividade dessas cidades, a presente pesquisa visou analisar uma perspectiva ainda pouco analisada para o estudo de cidades médias: a mobilidade pendular.

Tal possibilidade de análise, para a presente pesquisa, surgiu através do trabalho feito por Ojima e Marandola Jr. (2012), em que os autores expõem a ocorrência de uma desconcentração dos deslocamentos pendulares para o interior do país. Eles constataram a emergência de municípios localizados fora de regiões metropolitanas, com portes demográficos variáveis, como destino para trabalho e/ou estudo através dos deslocamentos pendulares.

Diante disso, a pendularidade apresenta-se como um indicador cabível para o entendimento dos papéis desempenhados pelas cidades médias, uma vez que, a emergência desse tipo de fenômeno característico de núcleos metropolitanos, também pode denotar a expressividade da urbanização bem como a modificação nas dinâmicas regionais em áreas diferentes das tradicionalmente estudadas. Nesse sentido, acredita-se como hipótese, que a pendularidade também pode ser uma variável capaz de demonstrar a intensidade do papel de intermediação de uma cidade através da capacidade de absorção de mão de obra e/ou de contingente estudantil em centros urbanos não metropolitanos.

Pressupõe-se isso ao considerar que “os movimentos populacionais (pendulares ou não) acompanham o desenvolvimento da economia e da sociedade e, portanto, são expressões contemporâneas de diferentes fenômenos sociais, metropolitanos ou não ” (JARDIM, 2011, p. 67). Dessa maneira, entende-se que a acessibilidade aos meios de transporte mais eficientes, fruto também do desenvolvimento econômico, possibilitou a intensificação dos deslocamentos como também a interiorização da rede urbana que vem ocasionando mudanças no padrão

¹ “A “situação geográfica favorável” diz respeito à proximidade de cursos d’água, estradas, disponibilidade de recursos naturais, capacidade de oferta de bens e serviços à demanda solvável” (RAMOS, 2011, p.43). Para Sposito (2001), uma “situação geográfica favorável” pode possibilitar uma enorme facilidade de se integrar aos modernos sistemas de transporte e acesso aos mais variados mercados consumidores.” (RAMOS, 2011, 114).”

da dinâmica demográfica e conseqüentemente, uma reestruturação na forma como o espaço intraurbano e interurbano é vivenciado pela sociedade em diferentes núcleos urbanos.

Assim sendo, o principal objetivo desta pesquisa é analisar como a mobilidade pendular e os indicadores demográficos podem contribuir para o entendimento dos papéis desempenhados pelas cidades de Barbacena (MG), Muriaé (MG) e Ubá (MG) na rede urbana, verificando a possibilidade de caracterizá-las como cidades médias. Pretende-se, especificamente, observar como a mobilidade pendular ocorre fora de contextos metropolitanos; buscar o perfil dos indivíduos que realizavam deslocamento pendular; analisar como o indicador da mobilidade pendular pode contribuir para demonstrar e/ou evidenciar papéis de intermediação desempenhados pelos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá na rede urbana; investigar quais setores se desenvolveram com maior destaque nesses municípios ao longo dos anos e como esse desenvolvimento se desdobrou na dinâmica urbana e regional.

Destarte, o recorte espacial pode ser justificado segundo três motivos principais. O primeiro pelo fato de esses municípios apresentarem porte demográfico e estrutura urbana que os situam no limiar² de cidades de porte médio. Esses dados são importantes pois confirmam a relevância de se considerar como investida inicial os dados demográficos, os quais poderão trazer uma série de componentes de caráter qualitativo para o entendimento da estrutura da cidade. O segundo por apresentar notável crescimento urbano, acompanhado do grau de complexidade observado no espaço intraurbano.

Por último por possuírem uma localização geográfica favorável em relação a importantes rodovias³ que interligam estes municípios a diversas áreas do território

² Batella (2013) assinala que a cidade média deve ser entendida numa condição de limiar, pois se caracterizam por apresentarem uma posição intermediária entre a cidade pequena e a cidade grande, ou seja, elas possuem características de cidade pequena, como exemplo, amenidades, valores acessíveis a terra etc., mas podem desempenhar funções mais complexas através da presença de empresas multinacionais, aeroportos, universidades. O que demonstra uma ruptura da hierarquização urbana através das funções e relações que as cidades médias passam a desempenhar.

³ Ubá está localizado no centro da mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (ZMM) e da microrregião da qual é sede. Além disso a cidade é cortada por rodovias com acesso aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Quais sejam; BR120, rodovia longitudinal, projeto de ligação entre os municípios de Araçuaí (MG) e Arraial do Cabo (RJ) e a BR265, transversal, que liga São José do Rio Preto (SP) a Muriaé (MG). O município de Muriaé encontra-se localizado próximo à divisa do estado de Minas Gerais com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. A cidade é cortada pelas rodovias BR116, BR 265 e BR356. Sendo a primeira, a maior e mais importante rodovia do Brasil,

nacional. Além disso, esses municípios apresentam capacidade de oferta de bens e serviços, antes restritos apenas a núcleos urbanos superiores, capazes de suprir demandas regionais.

Assim sendo, o texto encontra-se organizado em três partes principais: Rede urbana, mobilidade pendular e cidades médias, Procedimentos Metodológicos e Discussões e Resultados. Os temas estruturadores da bibliografia revisada para realização dessa pesquisa foram selecionados segundo os objetivos a que se almejam alcançar. Dessa forma, num primeiro momento encontram-se as reflexões acerca do conceito de rede urbana e sua conexão com a dinâmica regional. No segundo momento, visou analisar a estruturação da rede urbana brasileira e o fomento das cidades médias. Por último centrou-se a discussão sobre o tema mobilidade pendular e as discussões encontradas acerca desse fenômeno para cidades médias.

Na segunda parte do texto encontram-se detalhada a metodologia utilizada nessa pesquisa, a qual foi subdividida em três blocos de atividades de execução. A terceira parte do texto, são apresentadas discussões e resultados obtidos subdividindo em três momentos. No primeiro procedeu-se uma análise geo-histórica utilizando-se indicadores demográficos e econômicos e de pesquisas já realizadas sobre a história desses municípios.

No segundo momento das discussões e resultados explorou-se a construção da matriz de relações, área formada como recorte regional nessa pesquisa, a partir da junção dos estudos do IBGE e do saldo de deslocamentos pendulares observados no ano de 2010. Em seguida, houve um esforço para caracterização da matriz de relações em indicadores demográficos e econômicos. No terceiro momento, foram examinados os deslocamentos pendulares nas matrizes de relações utilizando o saldo de deslocamentos pendulares e os fluxos entre os municípios.

Diante do exposto, esta pesquisa fomenta a discussão sobre as cidades médias mineiras levando em consideração os fenômenos relacionados à mobilidade espacial da população, mais especificamente a mobilidade pendular, ainda pouco explorada nos estudos de tais cidades no contexto nacional.

atravessa o território brasileiro do extremo Nordeste, com início em Fortaleza (CE), ao extremo Sul, em Jaguarão (RS) fronteira com Uruguai. O município de Barbacena, por sua vez é cortado pela BR265 e a BR040. Sendo a segunda uma rodovia radial que liga Brasília (DF) ao Rio de Janeiro (RJ).

2. Rede urbana, mobilidade pendular e cidades médias

2.1 Rede urbana e dinâmica regional

A noção de rede urbana não surgiu com a ideia implícita de classificação/hierarquização entre as cidades. Beaujeu Garnier (1983, p.406), expõe que para os geógrafos franceses a rede designava a repartição das cidades “dentro de um quadro (a região, a nação)”. Nesse sentido, as classificações apareceram de acordo com os atributos e funções observados nas cidades.

embora imperfeito, o estudo das redes urbanas é um instrumento de abordagem essencial para o conceito da região econômica atual e para toda tentativa de definição de regiões de fato e de regiões dinâmicas. Esse estudo aponta diferenças de organização consideráveis, mesmo num país relativamente pequeno como a França (GEORGE, 1983, p.230).

Apesar das modificações ocorridas na sociedade desde que o autor fez tal apontamento, os estudos de rede urbana ainda constituem um importante instrumento para os estudos regionais. Todavia é necessário refletir como os processos recentes desencadeados pela globalização, pela mudança do modo de produção fordista para o flexível, bem como pela mudança na divisão internacional do trabalho interferem na organização regional das cidades. Para Scott, Allen J. et al. (2001, p.11) “desde que essas mudanças se iniciaram, tornou-se evidente que a cidade, no sentido estrito, constitui uma unidade menos adequada ou viável da organização social que as cidades-regiões ou redes regionais de cidades.”⁴

Em decorrência de tais processos de reestruturação é possível observar múltiplas visões e repartições a respeito da organização entre as cidades e das relações que essas possuem entre si. O global se traduz de forma desigual no espaço geográfico revelando especificidades regionais ao mesmo passo em que geram extrapolações de escalas dentro da rede urbana.

⁴ “O termo usado é cidade região, sem o uso da preposição e - e tem o sentido de expressar que a cidade região faz parte de uma territorialidade emergente. Mas o termo cidade-região, em que o hífen substitui a preposição, é um vocábulo novo em Geografia. Já não se está a falar da cidade e da região (...) Portanto, cidade-região tem um sentido próximo das palavras cidade e região, mas, ao mesmo tempo, apresenta um novo, distante do original. Quando acompanhado da palavra global – cidade região global – expressa a relação com a globalização própria das últimas décadas do século XX, quando a globalização do capital, do trabalho e da cultura traduziu-se em fortes impactos sobre a cidade e o urbano, reconfigurando, em especial, o espaço das metrópoles”(LENCIONI, 2017, p.57-58).

No meio técnico-científico-informacional em que se vive a articulação entre as cidades na rede urbana ocorre de maneira fluída sobre o território seja sob meios físicos ou imateriais. À primeira, atribui-se o valor das mais diversas formas de transporte bem como as infraestruturas de circulação, sejam elas aéreas, terrestres ou aquáticas. Enquanto a forma imaterial refere-se às tecnologias da informação que possibilitam transações imediatas sem a necessidade do encontro bem como os próprios deslocamentos de pessoas.

Dessa maneira, há uma concordância de que a presença de tais infraestruturas são fatores que podem definir o posicionamento das cidades na hierarquia urbana⁵. Para George (1983, p.223), “os diversos meios de transporte constituem um arsenal diferenciado da definição do domínio de uma cidade sobre sua região”. Dentro de uma lógica semelhante, Souza (2013) afirma que a complexidade da rede urbana se expressa de acordo com a capacidade que certos centros possuem em distribuir maior ou menor quantidade de bens e serviços. Ele adiciona que do ponto de vista geoeconômico a cidade é um local de mercado.

Lefebvre (2001, p. 46) também corrobora para tal perspectiva ao propor que esse processo de concentração de riquezas na cidade é anterior ao processo de industrialização. Mesmo no período feudal, havia concentração de riquezas nas cidades, pois era nos arredores da cidade que ocorriam as trocas comerciais. Para ele, a cidade concentra também “centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos).”

Dessa forma, os papéis/funções desempenhados pelas cidades na rede urbana são resultado da presença de determinadas bases econômicas que engendram relações de domínio entre as cidades, mas também relações complementares. George (1983), ao explorar tal questão, declara que a existência de uma hierarquia não quer dizer a existência direta de uma rede. O autor considera que cada região possui uma armação composta por relações em que uma cidade que possui maior oferta de bens e serviços domina outras que por motivos diversos não possuem a mesma capacidade. George ainda julga que as relações de complementariedade não podem ser excluídas. Ainda segundo o mesmo autor, para ocorrer a manufatura nas

⁵ Beaujeu-Garnier (1983), George (1983), Corrêa (1989) e Sposito (2010).

idades e a produção industrial é importante que existam as cidades de porte menor voltadas para produção de matéria-prima.

Por consequência, entende-se que a centralidade da cidade pode ser observada através do número de serviços oferecidos que atendam a uma demanda não apenas da população local, mas também das cidades circundantes. Uma cidade que possui potencial para oferecer certo número de serviços e está localizada em uma região onde esses são escassos acaba obrigatoriamente assumindo um papel central em sua região, podendo até ser tragada pelas cidades que dependem de seus serviços. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que a cidade é resultado da dinâmica de sua região ela também pode evidenciar o potencial de sua região ao contribuir para o desenvolvimento das atividades. Segundo George (1983) ao se fazer um estudo geográfico da cidade não há como considerar apenas o âmbito citadino. Abstrai-se das palavras do autor a necessidade de colocar a cidade em duplo contexto: o contexto das dinâmicas intraurbanas, utilizando-se os termos atuais e o contexto regional.

O termo região também muito utilizado em contextos cotidianos, costuma estar relacionado a uma ideia de identidade com o local de residência, nascimento ou até mesmo para referir-se as regiões não oficialmente institucionalizadas, mas reconhecidas de acordo com algum atributo em comum presente que diferencia determinado grupo de municípios dos demais. Na Geografia, a região enquanto categoria de análise foi lapidada ao longo das diferentes escolas de pensamento. Se hoje há regiões divididas em unidades administrativas dentro dos limites territoriais para facilitar a gestão de recursos, um dia foram produzidos estudos regionais monográficos, ora baseados nos atributos físicos das paisagens, ora voltados para os gêneros de vida.

No livro *Região e Geografia*, Sandra Lencioni faz uma revisitação na noção de região e da importância que essa categoria de análise assumiu em diferentes momentos da história da Geografia. Dos autores tradicionais como Ritter e Humboldt aos autores contemporâneos a autora explora como o estudo da região foi considerado por muito como a “solução” do dueto geográfico físico e humano. E, como nos dias atuais após a mudança do sistema produtivo, no mundo globalizado “essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também, o esclarecimento de sua relevância como instância particular de

análise que se situa entre o local e o global” (LENCIONI, 1997, p.188). Corrêa (2005), é quem expõe essa questão da região como particularidade. Para o autor

Com a globalização, o caráter particular da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens europeias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre tornam a categoria da particularidade mais relevante (1997,p.192-193).

Ao entender que as regiões não são mais autônomas torna-se evidente o caráter de ligação entre as diversas regiões via a reestruturação promovida pela globalização na relação espaço-tempo. Nesse sentido, a particularidade da região pode se expressar dentro de diversos recortes, uma vez que a globalização produziu ao mesmo tempo espaços homogêneos e fragmentados. Tal questão já se encontra em Soja (1985)⁶, colocando o desenvolvimento geográfico desigual como um fator imperativo na questão regional. Para o autor a internacionalização do capital produziu relações conflituosas caracterizadas pela homogeneização e pela fragmentação do espaço.

Segundo Scott, ao analisar reflexos desse contexto nas cidades-regiões observaram que no caso dos países em desenvolvimento há uma dispersão das atividades econômicas “rotineiras para cidades menores, isto é, atividades que se tornaram menos dependentes dos serviços e insumos avançados somente encontráveis nas maiores áreas urbanas (2001, p.21)” para cidades-regiões menores. No entanto, segundo os autores tal migração das atividades econômicas ainda não conseguiu diminuir significativamente a pressão do crescimento nas cidades-regiões globais, no caso São Paulo, ao ponto de ocorrer um equilíbrio na rede urbana tal como ocorreu nos países desenvolvidos. É importante ressaltar que os autores ao fazerem tais considerações expõem que a pressão sobre a infraestrutura e os postos de trabalho ainda é muito maior na área metropolitana de São Paulo e que este é um

⁶ "The persistent interplay of spatial differentiation and equalization is vividly expressed in the progressive internationalization of capital. The geographical expansion of capitalism over the past four centuries has not been a simple process of homogenization, erasing precapitalist relations of production in its wake and substituting the pure relations of Capital, like molasses spreading on a plate. Instead, as many have described it, there has been a complex and conflict-filled process of articulation characterized both by disintegration and by preservation of noncapitalist societies, by homogenization and fragmentation, differentiation and equalization" (SOJA, E.W. 1985, p.179).

problema recorrente dos países em desenvolvimento que tiveram uma rápida industrialização que acarretou aglomerações populacionais insustentáveis.

Ainda que Scott, Allen J. et al. (2001) consideraram o panorama de dispersão econômica incipiente no Brasil, deve-se observar que outras questões são essenciais para se levar em conta no processo de reestruturação econômica brasileira. Uma delas refere-se às políticas de transferência de renda que melhoraram a qualidade de vida de uma parcela da população brasileira que em décadas passadas foram as mais susceptíveis à migração, principalmente para a cidade de São Paulo.

Dota e Queiroz (2019), afirmaram que no período de 2000 a 2010 a inserção dessas políticas públicas influenciou na dinâmica migratória brasileira. Além da migração de retorno, ocorre incremento das migrações de curta e média distância e uma diversificação no destino das migrações de longa distância, não sendo mais a região Sudeste a principal área de retenção dos fluxos migratórios de longa distância. Além disso, há que se considerar as melhorias na infraestrutura de transporte e comunicação que foram primordiais para interiorização da rede urbana brasileira, bem como a emergência das cidades médias exercendo um papel de intermediação como receptoras dos fluxos migratórios que antes iriam para metrópole.

Desta forma, acredita-se que o estudo do processo de formação e reestruturação da rede urbana pode revelar dois tipos de perspectivas. Em primeiro lugar, uma problematização acerca da validade e pertinência das hierarquizações e classificações. Em segunda instância a contribuição que esses estudos podem conferir ao entendimento das novas dinâmicas regionais, os quais em conjunto com outros parâmetros de análise podem auxiliar o estudo das particularidades das regiões assim como a ação intermediária da região entre o local e o global.

2.2 Das vias de estruturação da rede urbana brasileira ao fomento das cidades médias

O processo de urbanização no Brasil encaminhou-se de forma mais intensa na região Sudeste, principalmente na cidade de São Paulo e posteriormente no interior desse mesmo estado. Por um longo período a concentração industrial, demográfica e de infraestrutura nessa região restringiu a formação da rede urbana brasileira e sua consequente inclusão na rede mundial de cidades. Com isso, apenas recentemente, por meio do fomento da rede de comunicação e transporte atreladas às políticas de

planejamento governamental, observou-se a estruturação da rede urbana brasileira. Há cerca de 60 anos havia apenas núcleos urbanos esparsos pelo território nacional.

Moares (2001) aponta que a atividade mineradora foi responsável pelo início da urbanização e interiorização do território brasileiro durante o século XVIII e que “em consequência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil”(MORAES, 2001, p.112). Naquele momento, o acesso aos núcleos auríferos era limitado pelas estradas de rodagem precárias e a divisão territorial do trabalho já era nítida. Nas cidades onde se encontravam as jazidas de pedras preciosas, a atividade econômica era restrita à mineração e o escoamento da produção dava-se direto para os portos. Em consequência, pequenos núcleos formaram-se em volta das cidades mineradoras com a implementação da atividade agropecuária para dar suporte à cidade mineradora.

Em período posterior, no início da instauração da república no Brasil, ocorreu a intensificação da economia de exportação no país. A produção de gêneros agrícolas tropicais, tais como o café, a borracha, o açúcar e o cacau, davam-se de forma compartimentada, ou seja, ocorriam em diferentes estados do país com um único objetivo em comum que era exportação. Prado Jr. (1981, 169) assinala que “É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando uma vida à parte”. Observa-se que não havia articulação, muito menos controle na distribuição de recursos.

A canalização dos esforços na lavoura de café concentrou riquezas no estado de São Paulo, uma vez que na região oeste dessa unidade da federação as condições climáticas, de relevo e solo propiciaram amplo cultivo de tal gênero. Além disso houve grande empenho do próprio estado em trazer imigrantes europeus para trabalharem na lavoura – como relata Prado Jr. (1981) até 1930 chegaram 2 milhões de imigrantes no estado.

Apesar disso, foi a atividade industrial que alavancou a urbanização no país a partir das fábricas surgidas da decadência da produção do café. Prado Jr. (1981) afirma que houve fatores primordiais para a concentração industrial em São Paulo. Para ele os investimentos do lucro do café, a presença da mão de obra mais preparada dos imigrantes e a abundância de energia hidráulica reverteu a concentração industrial do Rio de Janeiro para São Paulo. Assim, o processo de concentração industrial e demográfica na região metropolitana de São Paulo até

meados da década de 1960 foi caracterizado como um sistema de economias de aglomeração por Diniz (1993). Segundo este autor, tão incontestável foi a referida concentração na “Área Metropolitana de São Paulo, que, em 1970, chegou a participar com 44% da produção industrial do país” (DINIZ, 1993, p.35).

Por conseguinte, esse processo de rápida industrialização e concentração econômica em São Paulo provocou em algumas décadas a configuração de uma aglomeração urbana insustentável. Problemas como a saturação de áreas disponíveis, a intensificação do tráfego de veículos, a pressão sob o mercado de trabalho e a pressão sob infraestruturas urbanas impeliram o processo de espraiamento das atividades para outras regiões do país.

Segundo Diniz (1993) a intervenção do Estado foi de fundamental⁷ importância para o desenvolvimento de outros polos de aglomeração. A criação e instalação de indústrias estatais, a implementação de políticas regionais e de incentivos fiscais são exemplos da intervenção estatal trazidas no referido estudo. Além disso, a parceria dos Governos Federal e Estaduais impulsionaram ainda mais os “esforços no sentido da integração nacional” (Diniz, 1993, p.41). O autor ainda expõe que num período de 20 anos (1970-80) a capacidade de geração de energia elétrica cresceu cerca de seis vezes e que malha rodoviária pavimentada no período compreendido entre 1955 e 1990 aumentou de 2.000km para 120.000km.

Para Castello Branco (p.91, 2007) a distribuição populacional no Brasil ocorreu em paralelo a essas “transformações estruturais da rede urbana”. Rigotti, por sua vez, acredita que

A difusão do crescimento populacional a partir de muitas regiões metropolitanas continuou, especialmente a de São Paulo, onde seu raio de abrangência extrapolou até mesmo as fronteiras do estado. Paralelamente, ocorreu o fortalecimento de várias cidades médias na rede urbana do País, muitas delas receptoras de uma população que outrora se dirigia para as grandes metrópoles (RIGOTTI, 2011, p.143).

⁷ “Aparecem então as ideias de descentralização para novos centros de crescimento, dos polos de desenvolvimento – No Brasil, criou-se mais tarde, na década de 1970, a expressão cidades de porte médio – e da ação do Estado visando a um desenvolvimento que seria equilibrado tanto no plano social como espacial, incluindo a rede urbana. A teoria dos polos de desenvolvimento, as ideias de descentralização para as cidades de porte médio tornaram-se coqueluche nos países do Terceiro Mundo” (CORRÊA, 1989, p.19).

Observa-se, que no período pós anos 70 as cidades médias começaram a exercer um papel de intermediação na rede urbana brasileira em decorrência da dispersão econômica e de infraestrutura. Além disso, a boa qualidade de vida e valores mais acessíveis do solo urbano tornaram as cidades médias mais atrativas. Em vista disso pode-se inferir que o fomento das pesquisas sobre as cidades médias ocorreu em paralelo ao aumento do número de cidades desse nível hierárquico. Como é possível notar com Amorim Filho que em sua tese de doutorado defendida pela Universidade de Bordeaux em 1974 caracteriza a cidade de Formiga enquanto uma cidade média. Desde então o autor liderou várias pesquisas sobre essa temática. Sposito (2001) menciona que esse incremento de pesquisas também se relaciona com o espraiamento de centros de pesquisa pelo país, distante das metrópoles.

Devido a polissemia do termo “cidade média”, é de amplo conhecimento que não há um consenso acerca da classificação dessas cidades, tratando-se mais de uma noção do que um conceito. No entanto, existem diferentes formas de caracterizá-las no sentido de evidenciar o papel de intermediação como principal característica das cidades médias. As pesquisas pioneiras sobre tais cidades trouxeram o entendimento de que as classificações baseadas nos portes demográficos não são suficientes para definir uma cidade enquanto média (SPOSITO, 2001; 2007); AMORIM FILHO (2005), CASTELLO BRANCO (2007)).

Segundo Amorim Filho e Serra (2007, p.3) o critério demográfico é importante para observar “a população urbana como proxy do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível da estrutura e grau de concentração de atividades”. Souza (2013) também alerta ao tratar a questão demográfica para a classificação das cidades, o autor coloca que o número de habitantes auxilia para estimativas do potencial do local, entretanto, para ele variáveis como a renda e as características culturais dos habitantes são mais determinantes na diversificação das atividades econômicas do que o tamanho demográfico. Para Castello Branco (2007, p.90) “As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas.”

A respeito dessa perspectiva é possível compreender que as classificações de um grupo de cidades segundo seu porte demográfico não são capazes sozinhas de identificar as diversidades socioeconômicas, já que estas são variáveis aptas a revelar características como a diversidade de bens e serviços oferecidos pela cidade. Assim sendo, entende-se que cidades de mesmo porte demográfico podem desempenhar diferentes papéis e funções na rede urbana.

Por isso há outras significativas variáveis utilizadas para entender quais cidades desempenham função de média na rede urbana, quais sejam, a morfologia urbana, a situação geográfica, a presença de áreas e instrumentos urbanos de consumo (*shoppings centers*, centros comerciais, franquias, redes de eletrodomésticos), a concentração industrial, a presença de universidades e centros de pesquisa entre outros quesitos que sejam capazes de gerar atração e evidenciar o papel de intermediação na rede urbana.

Sposito (2001) assinala que a situação geográfica é uma característica muito importante para caracterização das cidades médias. De acordo com a autora o “não pertencimento a áreas urbanas de grande porte é uma das condições para que se constitua o caráter de cidade média” (SPOSITO, 2001, p.627)⁸. Essa reflexão remete também as pesquisas realizadas por Amorim Filho nas cidades médias de Minas Gerais, aquelas que foram consideradas cidades que não faziam parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Esse recorte espacial é necessário para dar conta dos núcleos urbanos que desenvolvem centralidade distantes da influência de um núcleo urbano superior.

⁸ Marandola Jr. (2010) Faz um esforço inverso ao expor o caso de Americana (SP), cidade da Região Metropolitana de Campinas (RMC). O autor coloca essa cidade como uma cidade média no contexto metropolitano devido o papel de intermediação exercido por essa cidade na RMC. Desse modo, observa-se um esforço inverso ao que se propõe nessa dissertação, uma vez que o autor observa a emergência de cidades médias num contexto territorial metropolitano, o qual é geralmente desconsiderado nos estudos acerca das cidades médias dada a influência que a metrópole apresenta na dinâmica regional. Para o autor “O modo de vida e o desenho dos espaços de vida, principalmente marcados pela alta mobilidade, permitem não apenas compreender a dinâmica e a organização do espaço metropolitano, mas também indicam que há a configuração de possíveis cidades médias nestes contextos, exercendo funções intermediárias na organização do espaço regional” (MARANDOLA JR, 2010, p.188). No entanto, é importante deixar claro que o autor parte da classificação demográfica de Americana como uma cidade de “porte médio” para o esforço de configurar essa como uma “cidade média”. E, como já foi observado, não há o descarte do dado demográfico, no entanto nas pesquisas atuais sobre as cidades médias como centros de intermediação territorial esta não é a variável primordial. Apesar da divergência territorial de análise, o estudo de Marandola Júnior (2010) expressa uma perspectiva de análise através dos espaços de vida que pode vir a ser incorporado como variável no entendimento dos papéis intermediários das cidades médias fora de contextos metropolitanos.

Sposito (2010) também considera a questão da centralidade interurbana um fator importante na intensificação do papéis desempenhados pelas cidades médias. Segundo a autora, a relação que uma cidade média tem com as cidades pequenas é capaz de revelar “a força da cidade média”. Ela considera essa relação sendo “tanto de ordem direta como inversa” (p.57). Em outras palavras, a relação direta se trata de um desenvolvimento regional equilibrado, onde o desenvolvimento econômico e também demográfico das cidades pequenas funciona como arcabouço para o reforço e/ou ampliação dos papéis desempenhados pela cidade média. A relação de ordem inversa seriam os casos em que a cidade média se desenvolve em detrimento daquelas que lhes são tributárias.

Sposito (2007) ainda alerta o consumo como uma poderosa variável neste esforço de caracterização das cidades médias, para autora as

Estruturas urbanas organizadas por um centro principal e único são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários que implantam *shopping centers*, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais (SPOSITO, 2007, p.241).

É necessário repensar os motivos de certas atividades buscarem determinadas localidades e não outras. No mundo globalizado, há processos que privilegiam a implantação de atividades externas em detrimento das locais. Em razão disso deve-se observar o impacto causado por tais instrumentos urbanos voltados para o consumo na dinâmica econômica regional. A concentração de tais atividades em um único município pode travar o desenvolvimento do setor terciário nos demais, principalmente em áreas de baixo dinamismo econômico.

Isto posto, é possível observar que a dispersão das infraestruturas de transporte e comunicação assumiram relevância na estruturação das cidades médias. Esse processo que ampliou a mobilidade espacial de pessoas e de mercadorias pelo território também possibilitou a intensificação de aglomerações urbanas distantes de áreas metropolitanas. Consequentemente, nota-se que houve ampliação e consolidação de pesquisas interessadas na organização dos espaços urbanos não metropolitanos. No entanto, atualmente, ocorre uma reorganização nas dinâmicas regionais em função das opções de locomoção e urge a necessidade de incorporar

variáveis como os deslocamentos pendulares, entre outros componentes demográficos, nas análises de centros urbanos não metropolitanos, fatores ainda pouco exploradas acerca das cidades médias.

2.3 Deslocamentos pendulares em cidades médias: um fenômeno em ascensão

Os fatores socioeconômicos podem ser considerados como uma das principais motivações pelas quais as pessoas se movimentam pelo espaço. Ainda na Inglaterra recém industrializada, Ravenstein (1885) alertou para isso ao dizer que não havia dúvida de que a busca por trabalho nos centros de indústria e comércio era a principal causa das correntes de migração (tradução nossa). Mais recentemente, Dota e Ferreira (2018, p. 2) atentam para essa questão ao analisarem a dinâmica migratória da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Para eles, “torna-se imperativo considerar a mobilidade espacial da população para se compreender outras dinâmicas no âmbito das áreas urbanas, como a própria circulação diária de pessoas, a produção imobiliária e o surgimento de novas centralidades.”

Becker (1997, p.342) expõe que através do viés neomarxista “migrantes são todos aqueles indivíduos que seguem os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada”. Para autora, os fluxos demográficos denotam as diferentes ordens econômicas pelas quais o mundo transitou. Dessa forma, tendo em vista que a atual ordem de acumulação flexível ressignificou o trabalho, acentuou os desequilíbrios sociais e a divisão territorial do trabalho entende-se que migrante, “na visão neomarxista refere-se a uma classe social, ou melhor, a determinados grupos socioeconômicos” (BECKER, 1997).

Tais concepções da autora baseiam-se em Singer (1985), por considerar a migração interna como um processo social e por esse motivo não deve ser estudada por fatores individuais. Para ele, são as classes sociais que se colocam em movimento devido às causas estruturais que atingem determinado grupo de indivíduos colocando-os em movimento. Singer (1985, p.52) considera que “estas causas são quase sempre de fundo econômico – o deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.” Em Jardim (2011) também se pode observar a perspectiva, segundo ele

Os movimentos populacionais (pendulares ou não) acompanham o desenvolvimento da economia e da sociedade e, portanto, são expressões contemporâneas de diferentes fenômenos sociais, metropolitanos ou não, que vão além da expansão das cidades e do mercado laboral, seja dentro das metrópoles ou não. São expressões da reestruturação do capital e do trabalho, responsáveis pelo surgimento de novas modalidades espaciais da população, a exemplo, da circularidade da força de trabalho especializada, que pode incluir vários lugares de trabalho e múltiplas residências, especialmente para as pessoas com altos rendimentos e prestadores de serviços especializados (JARDIM, 2011, p.67).

Nesse sentido, compreende-se a importância que a estrutura econômica assume na conformação das condições sociais e da mobilidade populacional, impelindo grandes contingentes a mudanças não apenas residenciais como também a desconfortáveis deslocamentos diários em busca da sobrevivência. Brito e Souza (2005), Cunha (2011) e Dota (2011) alertam para considerações semelhantes acerca das condições às quais estão expostos os migrantes. O primeiro argumenta sobre a metropolização da pobreza no sentido de que há uma redistribuição da população desprovida em direção às áreas precárias dos aglomerados urbanos, enquanto Cunha (2011) discute sobre “as possíveis relações entre a mobilidade espacial da população, a segregação socioespacial e a vulnerabilidade social”. Dota (2011, p.75), por sua vez, ao analisar a questão da migração relacionada com a desigualdade na Região Metropolitana de Campinas (RMC) expõe que existem fatores além da troca de residência que devem ser considerados ao se estudar a migração. Nesse sentido, para o autor “a inserção laboral, a propriedade de habitação, o ciclo de vida familiar, entre outros impactos e interferências distintas segundo faixa de renda e localização espacial” são variáveis necessárias para se entender as características dos movimentos migratórios.

Dada a importância que a mobilidade populacional assume, as diversas formas de ocorrência e a polissemia do termo “migração”, atribui-se para os deslocamentos diários as expressões “deslocamento pendular” ou “mobilidade pendular”. Isso ocorreu devido ao significado atribuído a palavra “migração”, a qual confere a ideia de mudança e fixação de residência, enquanto a mobilidade pendular trata dos deslocamentos de um município para o outro por motivos de trabalho/estudo com retorno para o local de residência. Nesse sentido concorda-se com Moura et al. (p. 124, 2005) para quem “a natureza dos deslocamentos pendulares difere

substancialmente da compreendida pelos movimentos migratórios, embora ambos impliquem fluxos de pessoas no território.”

Outro importante conceito relacionado à pendularidade é o de “cidade dormitório”. Ojima et al. (2010, p.396), expõe a importância de repensarmos a forma como esse termo vem sendo utilizado no Brasil atrelado à realidade das metrópoles nos anos 1960, período no qual o “estigma” das “cidades dormitórios” enquanto locais de economia e infraestrutura precária se alastrou. A noção de cidade-dormitório ficou associada aos processos de marginalização e periferização da pobreza nos contextos de expansão metropolitana nos estudos urbanos brasileiros, sobretudo após 1970.

Analisando dados referentes ao censo demográfico de 2000⁹, Ojima et al. (2010) apontam que esse panorama de precarização já não se aplica ao perfil das pessoas que realizam deslocamentos pendulares. Ao comparar a renda e o nível de instrução daqueles que realizam o movimento pendular com aqueles que trabalham na mesma cidade de residência e constatam que nos níveis mais avançados de renda e instrução se destacam aqueles que realizam o movimento pendular em detrimento dos que não realizam. Resultado também confirmado por Cunha et. al (2013).

O desenvolvimento dos transportes e comunicações, e, principalmente do aceso ao automóvel individual tem possibilitado as pessoas assumirem postos de trabalho distantes de sua residência. Usufruindo, assim, da oportunidade de morar em um local dotado de amenidades e trabalhar em outro município onde existem melhores condições de remuneração, disponibilidade de postos de trabalho, não mais apenas aqueles precários.

Assim, os deslocamentos pendulares permitem que as pessoas evitem a migração permanente nos dias de hoje. Yapa et al. (1971)¹⁰ já apontavam que a pendularidade, ou “*commuting*”, deixaria de ser um fenômeno estritamente urbano-suburbano e se tornaria um fenômeno regional ou até mesmo nacional. Tal concepção dos autores baseia-se em um artigo no qual eles propõem uma discussão acerca da

⁹ Num estudo publicado em 2007, Ojima et al. apontam que, embora pareça, essa relação entre cidades-dormitório e regiões metropolitanas não é tão simples e mecânica. Os autores identificaram que entre os municípios com mais de 20% de sua população ocupada realizando deslocamentos pendulares no ano de 1980, 51% pertenciam a Regiões Metropolitanas (RMs). Entretanto, em 2000, a participação dos municípios em RMs diminuiu para 40%. Ou seja, a maior parte desses municípios está localizada fora de RMs, o que aponta que a vinculação que se faz entre “cidades-dormitório” e metrópoles não é tão simples quanto parece (OJIMA, 2010 p.398).

¹⁰ A existência da pendularidade não nos força a assumir que o padrão de domicílio corresponderá exatamente ao da indústria, exceto em uma escala macro (YAPA et al. 1971, p.71, tradução nossa).

relação entre pendularidade, migração e mudança do local de trabalho. Esses fatores podem substituir um ao outro, segundo eles. No contexto estudado a concentração dos postos de trabalho significava concentração populacional, pois não havia alternativa que não fosse a migração. “The existence of commuting does not force us to assume that the pattern of settlement will exactly match that of industry except on a very macro scale.” (YAPA et al., 1971, p.71). Logo, ter acesso a uma rede de transportes poderia fazer com que a população resida em locais dispersos. Castello Branco et al. (2005, p. 3) corroboram com tal perspectiva, “A discussão do movimento é indissociável da de mobilidade. É ela que vai caracterizar a vida urbana atual, com grande peso dos transportes, sobretudo o individual.”

Urry (2006) também chama atenção para a influência que os carros possuem no cotidiano da sociedade moderna globalizada, tal como televisores e computadores. Segundo ele existem seis¹¹ componentes que combinados formam o caráter de dominação específico dos veículos. Entre estes, destacam-se dois componentes, o consumo individual e a mobilidade. O autor expõe que o carro tornou-se o maior objeto de consumo depois da habitação. Isso ocorre devido aos significados de valor atribuídos ao veículo, tais como velocidade, segurança, liberdade, entre outros.

A respeito do componente de mobilidade Urry coloca o carro como um meio de transporte quase privado, pois apenas uma parcela das pessoas tem acesso a esse meio de transporte, enquanto as outras ficam subordinadas a meios de transporte público. Esse componente denota a vantagem que as pessoas que possuem veículos individuais possuem sobre as que não possuem definindo a forma como as pessoas têm acesso às oportunidades, sejam elas de trabalho ou lazer. Tal perspectiva pode ser observada nas seguintes palavras,

I consider how automobility is a complex amalgam of interlocking machines, social practices and especially ways of inhabiting, dwelling within, a mobile, semi-privatized and hugely dangerous auto-mobile capsule. The car is not simply a means of covering distances between A and B (URRY, 2006, p.18)¹².

¹¹ “manufactured object, individual consumption, machinic complex, mobility, environmental resource-use” Urry (2006) [grifo nosso].

¹² Eu considero automobilismo como um complexo amálgama de máquinas interligadas, práticas sociais e especialmente formas de habitar, morar dentro, uma capsula automóvel semiprivatizada extremamente perigosa. O carro não é simplesmente um meio de percorrer distâncias entre A e B (URRY, 2006, p.18, [tradução nossa]).

Na interpretação do autor, duas questões estão intimamente ligadas, flexibilidade e coerção com relação ao carro. A primeira demonstra que à medida que o carro se torna o meio de transporte mais flexível e rápido acarreta também moldes a organização da vida social e principalmente urbana. Privilegiam-se vias de circulação de veículos em detrimento dos pedestres. Nesse sentido, os indivíduos que não têm acesso ao carro são submetidos ao poder coercitivo da presença do carro. Souza (2013) também alerta para essa questão, segundo esse “a mobilidade espacial é função da renda, e isso influencia decisivamente a maneira como a rede urbana é vivenciada e a própria estrutura da rede”. Para Jardim (2011, p.68) com o aumento das tecnologias também ocorreu o aumento das desigualdades. Segundo ele, “o acesso a novas tecnologias facilitou a mobilidade da população, contudo, não necessariamente, influenciou as condições de mudança de lugar.

Com base em Sassen (1996), Urry (2006) expõe que desde meados da segunda metade do Século XX, devido à presença do carro, o meio urbano vem sendo construído de forma desagregada. A revolução impulsionada pelo carro possibilitou as pessoas residirem em locais distantes do trabalho, bem como, ampliou o poder de consumir em lugares diversos.

Além disso, a já observada implementação de infraestrutura e transporte, em conjunto a flexibilização do mercado de trabalho e a especulação imobiliária dispensaram a necessidade dos aglomerados industriais e possibilitaram/forçaram a desvinculação entre local de trabalho e moradia. Em vista disso, observa-se que a mobilidade amplia os espaços de vida dos indivíduos (OJIMA, 2015) e se constitui numa variável essencial na observação de processos urbanos regionais Marandola Jr. (2010), Frey e Dota (2013), Dota e Camargo (2015); Marandola Jr (2011, p.103) expõem a importância de se considerar o “espaço de vida” das pessoas nas análises sobre a mobilidade populacional. O autor compreende “o espaço de vida como o espaço de vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano”. Assim sendo, se os indivíduos passam a residir em um município diferente daquele no qual trabalham ocorre também a ampliação dos serviços aos quais tem acesso.

Dessa forma, devido aos diversos fatores elencados, observa-se que há uma reestruturação na forma como o espaço intraurbano e interurbano é vivenciado. Com a possibilidade do deslocamento pendular verifica-se a ampliação dos espaços de vida (OJIMA, 2015) como também a interiorização da rede urbana que vem

ocasionando mudanças no padrão da dinâmica demográfica. No mesmo sentido, Ojima e Marandola Jr. (2012) colocam que há uma desconcentração dos deslocamentos pendulares para o interior do país. Como se observa a seguir,

Mesmo que os deslocamentos pendulares ainda sejam predominantemente metropolitanos, essa importância diminuiu ao longo da década de 2000, confirmando que há evidências de que a rede urbana brasileira não apenas se interioriza em termos de desenvolvimento econômico, mas também pela dinâmica demográfica conectada entre municípios de regiões não metropolitanas (OJIMA; MARANDOLA JR, 2012, p.108). [grifo nosso]

Eles observaram a emergência de municípios localizados fora de regiões metropolitanas como destino de mão de obra através dos deslocamentos pendulares. Rigotti e Campos (2009, p. 24) ao analisarem os “Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais” alertam para emergência do fenômeno dos deslocamentos pendulares nesse tipo de cidade no censo de 2000. Os autores consideraram que a função de absorção populacional das cidades médias se desenvolveu principalmente após os anos 1980. Nessa análise os autores expõem a contribuição que os deslocamentos pendulares podem trazer para a caracterização das cidades médias ao concluir que

Os movimentos pendulares apresentaram grande coerência com a função de intermediação que se espera das cidades médias. Quando se tratou de movimentos pendulares com destino nas cidades médias, esta recebeu pessoas procedentes de cidades menores e quanto maior o volume destes fluxos, maior foi a participação do entorno imediato, indicando o caráter regional das interações (RIGOTTI; CAMPOS, 2009, p.24).

Amorim Filho (1976, p.7-8) ao propor um esquema metodológico para o estudo das cidades médias já apontava tal questão para a caracterização dessas cidades. Para ele as cidades médias devem possuir, além de outros atributos,

Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas. (AMORIM FILHO, 1976, p.7-8)

Reolon e Miyazaki (2015) e Engel e Whitacker (2017) divulgaram estudos recentes dentro da perspectiva para se entender a ocorrência do fenômeno dos deslocamentos pendulares em cidades médias. Esses autores basearam-se no consumo como variável condutora do fenômeno nessas cidades. Engel e Whitacker (2017) observaram os deslocamentos realizados pelas pessoas com destino aos *shoppings centers* de Presidente Prudente, São Paulo, e, constataram deslocamentos pendulares regulares provenientes da hiterlândia da cidade em questão para consumo de bens e serviços. Reolon e Miyazaki (2015) também abordaram a questão dos deslocamentos pendulares em seis cidades médias do interior de São Paulo e Paraná¹³, para os autores

Além do consumo no comércio e dos serviços – principalmente dos especializados, embora possa, muitas vezes, não ser o caso –, soma-se o trabalho como um importante fator de atração exercido pelas cidades médias, uma vez que, em geral, há maior concentração de atividades econômicas e, conseqüentemente, maior oferta de vagas de emprego, quando comparado com os centros menores, localizados nos seus respectivos entornos (REOLON; MIYAZAKI, p.53, 2015)

Através disso, eles alertam para o aumento do número de fluxos convergentes para as cidades médias como uma mudança nos padrões de deslocamentos pendulares. Reolone Miyazaki (2015) apontam que esse processo atenua a complexidade do espaço urbano-regional no interior do país e apontam para a necessidade de pesquisas que levem em conta tal perspectiva com a incorporação de outras variáveis demográficas tais como; relação com a população municipal e o crescimento demográfico em relação aos movimentos pendulares.

Além desses trabalhos observou-se três outros anteriores abordando a questão dos deslocamentos pendulares em cidades médias, entretanto com foco na observação de fluxos provenientes por motivo de trabalho. Stamm e Staduto (2009) observaram os deslocamentos pendulares entre as cidades de Cascavel e Toledo no Paraná, por meio de questionários aplicados aos usuários de ônibus. Os autores notaram que os indivíduos que realizavam o deslocamento pendular preferiram continuar residindo no mesmo município e deslocar-se diariamente o que migrar definitivamente para cidade de localização do trabalho. Stamm e Staduto (2009,

¹³ Marília, Presidente Prudente, São Carlos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Londrina (Reolon e Miyazaki, 2015, p.50)

p.145) alertam que tal fator ocorre, pois, “a rede primária de proteção social (a família) torna-se um fator importante e particular para as cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo”.

Queiroz et al. (2013) estudaram os deslocamentos com destino a cidade média de Montes Claros e origem de Janaúba, Januária e Pirapora, centros emergentes no Norte de Minas Gerais e observaram a intensificação de tais fluxos entre os anos de 2000 e 2010. Por último, Emmel et al. (2015) atentaram para a mobilidade pendular entre as cidades médias de Santa Cruz do Sul e a cidade de Vera Cruz no Rio Grande do Sul, onde se denotou a polarização da primeira sob a segunda.

Diante de tal cenário em que se observa a expressividade das cidades médias é importante que se considere os deslocamentos pendulares como forma de revelar as modificações dos papéis desempenhados por essas cidades na rede urbana. Portanto, faz-se necessário observar a manifestação do fenômeno dos deslocamentos pendulares nas cidades médias por se tratar de um fenômeno recente, nessas cidades, o qual surge como um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas.

Por conseguinte, é relevante observar os desdobramentos de tal fenômeno no sistema urbano sob diversos vieses, de modo a comparar tais rebatimentos com os já observados nas regiões metropolitanas e revelar as especificidades desse nas cidades médias. Devido à emergência do fenômeno é possível que se monitore ao longo dos próximos anos o desenrolar desse fenômeno nas cidades médias e pequenas. Além disso o estudo dos movimentos pendulares pode auxiliar em políticas públicas de planejamento urbano e regional. Com a intensidade dos fluxos e identificação dos destinos e origens dos deslocamentos poder-se-á prover melhor alocação de investimentos em infraestruturas de transporte público bem como para identificação do potencial econômico da rede para investimentos públicos e privados para ampliação de postos de trabalho.

3. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi executada segundo três blocos de atividades organizados de acordo com a respectiva denominação: Caracterização dos municípios; Construção e análise da matriz de relações; Movimentos Pendulares. No primeiro bloco de atividades, realizou-se o levantamento de dados e informações para caracterização dos municípios enfocados Barbacena, Muriaé e Ubá. O segundo bloco de atividades tratou da necessidade de delimitar uma área de análise no entorno dos núcleos principais, utilizando-se para isso uma matriz de relações. No terceiro bloco de atividades, realizado, paralelamente ao anterior, ocorreu o levantamento e análise dos dados referentes aos deslocamentos pendulares. Procurou-se detalhar cada bloco de atividades que constituiu trabalho, em sua respectiva ordem.

3.1 Caracterização dos municípios

Neste bloco de atividades, buscou-se variáveis para compreensão do perfil histórico, demográfico e econômico de Barbacena, Muriaé e Ubá no intuito de observar quais atributos estão presentes nesses municípios e evidenciam papéis de intermediação na rede urbana. Além disso, recorreu-se a documentos, artigos científicos, monografias e dissertações para o conhecimento da estrutura socioeconômica que formata a geo-história dos municípios enfocados.

Assim sendo, os dados utilizados nesta etapa são de origem secundária, logo, uma das ferramentas utilizadas para extração dos dados foi o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Neste banco de dados, foram obtidas as séries históricas de dados da população residente, por situação de domicílio e grupos de idade dos municípios enfocados do ano de 1970 a 2010.

De forma similar, utilizou-se também o banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com objetivo de traçar uma série histórica de evolução do número de estabelecimentos locais industriais, de comércio e serviço, bem como de área colhida. Isso foi necessário para se fazer um paralelo com as séries histórico-demográficas e identificar as relações econômicas com os períodos de crescimento ou redução populacional.

Com esses dados, foram feitos os cálculos dos seguintes indicadores para auxiliar na caracterização dos municípios: Taxa de crescimento geométrico anual da população (TA) Taxa de crescimento anual da população urbana (TAU) e Grau de Urbanização (GU). A Tabela 2 sintetiza quais tabelas foram utilizadas nessa etapa de levantamento de dados.

Tabela 2: Lista de tabelas secundárias utilizadas por código, nome, ano e fonte

Código da tabela	Nome	Ano	Fonte
200	População residente, por sexo, situação e grupos de idade – Amostra – Características Gerais da População	1970, 1980, 1991, 2000 e 2010	SIDRA (IBGE)
1613	Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes	1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015	SIDRA (IBGE)
-	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais – Industria	1970, 1975, 1980, 1985, 1995	IPEIA (IBGE)
-	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais – Comércio, Serviços	1970, 1975, 1980, 1985, 1995	IPEIA (IBGE)

Fontes: Sidra (IBGE) e IPEA (IBGE)

Elaborado pela autora

3.2 Construção de uma matriz de relações para análise da dinâmica regional

Para estabelecer o recorte espacial dos municípios do entorno de Barbacena, Muriaé e Ubá, que constituíram a área de análise, foi elaborada a “matriz de relações” dos três núcleos principais. Isso foi necessário para abranger um número justificável de municípios com prováveis conexões com esses municípios. Para o estabelecimento dessa matriz de relações, foram utilizados três critérios: em primeiro lugar foi considerado o recorte espacial da Microrregião Geográfica (1990), no segundo momento foi considerada a delimitação da Região Geográfica Imediata (2017). Por último considerou-se os municípios com os quais Barbacena, Muriaé e Ubá obtiveram saldo de deslocamentos pendular positivo e superior a 100 indivíduos no Censo Demográfico de 2010.

O primeiro critério utilizado, as microrregiões geográficas, é proveniente de uma regionalização feita a nível das unidades da federação, onde cada UF do Brasil foi subdividida em dois níveis hierárquicos - Mesorregiões e Microrregiões. As mesorregiões foram identificadas tendo “o processo social como determinante, o

quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990, p.8), sendo essas subdivididas em microrregiões. A estrutura da produção e a interação espacial foram os indicadores utilizados para identificação das microrregiões. O objetivo foi expressar um nível de organização espacial local.

Por outro lado, em 2017, o IBGE divulgou uma proposta de regionalização chamada “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias”. Essa nova regionalização surgiu com o propósito de atualizar a divisão anterior em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas devido às transformações econômicas, territoriais e relacionais que conferiram novas organizações ao espaço regional.

A nova divisão regional “foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados” (IBGE, 2017, p.19). Foram considerados não apenas a continuidade espacial, como também os fluxos entre os municípios. A partir disso foram elaboradas duas classificações, sendo uma a das a Regiões Geográficas Imediatas, as quais “são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações”. E a outra a das Regiões Geográficas Intermediárias,

essas organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017, p.19).

Assim, com a junção desses três critérios foram reunidos todos os municípios na “matriz de relações” de cada município, as quais encontram-se expostas nas Tabelas 2, 3 e 4. Na primeira coluna das tabelas estão reunidos os nomes dos municípios que compõem a matriz de relações dos núcleos principais. Nas outras três colunas encontram-se os três critérios utilizados para formação das matrizes de relações. Foi marcado um “x” na linha correspondente a cada município para sinalizar qual/quais critérios levaram determinado município a fazer parte da matriz de relação.

Tabela 2: Composição da matriz de relações do município de Barbacena (MG)

Municípios	Microrregião Geográfica (1)	Região Geográfica Imediata (2)	Deslocamentos Pendulares (3)
Alfredo Vasconcelos (MG)	x	x	x
Alto Rio Doce (MG)		x	x
Antônio Carlos (MG)	x	x	x
Barroso (MG)	x	x	x
Capela Nova (MG)	x	x	
Caranaíba (MG)	x		
Carandaí (MG)	x	x	x
Cipotânea (MG)		x	
Desterro do Melo (MG)	x	x	
Dores de Campos (MG)		x	x
Ibertioga (MG)	x	x	x
Ressaquinha (MG)	x	x	x
Santa Bárbara do Tugúrio (MG)	x	x	x
Santa Rita de Ibitipoca (MG)		x	
Santana do Garambéu (MG)		x	
Senhora dos Remédios (MG)	x	x	x

Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

Tabela 3: Composição da matriz de relações do município de Muriaé (MG)

Municípios	Microrregião Geográfica (1)	Região Geográfica Imediata (2)	Deslocamentos Pendulares (3)
Antônio Prado de Minas (MG)	x	x	
Barão de Monte Alto (MG)	x	x	x
Caparaó (MG)		x	
Caiana (MG)	x	x	
Carangola (MG)	x	x	
Divino (MG)	x	x	
Espera Feliz (MG)	x	x	
Eugenópolis (MG)	x	x	x
Faria Lemos (MG)	x	x	
Fervedouro (MG)	x	x	
Miradouro (MG)	x	x	x
Mirai (MG)	x	x	x
Orizânia (MG)	x	x	
Patrocínio do Muriaé (MG)	x	x	x
Pedra Bonita (MG)		x	
Pedra Dourada (MG)	x	x	
Rosário da Limeira (MG)	x	x	x
São Francisco do Glória (MG)	x	x	
São Sebastião da Vargem Alegre (MG)	x	x	
Tombos (MG)	x	x	
Vieiras (MG)	x	x	x
Dores do Rio Preto (MG)		x	
Laranjal (MG)		x	x

Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

Tabela 4: Composição da matriz de relações do município de Ubá (MG)

Municípios	Microrregião Geográfica (1)	Região Geográfica Imediata (2)	Deslocamentos Pendulares (3)
Astolfo Dutra (MG)	x		x
Brás Pires (MG)		x	
Divinésia (MG)	x	x	x
Dores do Turvo (MG)	x	x	
Guarani (MG)	x		
Guidoval (MG)	x	x	x
Guiricema (MG)	x	x	x
Mercês (MG)	x		
Paula Cândido (MG)			x
Piraúba (MG)	x	x	x
Rio Pomba (MG)	x		x
Rodeiro (MG)	x	x	
São Geraldo (MG)	x	x	
Senador Firmino (MG)	x	x	
Silveirânia (MG)	x		
Tabuleiro (MG)	x		
Tocantins (MG)	x	x	x
Visconde do Rio Branco (MG)	x	x	x

Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora

A partir da configuração da matriz de relações de cada município, foram também realizados os cálculos dos indicadores de Taxa de crescimento anual da população (TA), e Grau de Urbanização (GU) para cada município pertencente à matriz de relações de Barbacena, Muriaé e Ubá. Isso foi necessário para avaliar como ocorreu a dinâmica demográfica regional entre os municípios de cada matriz de relação ao longo do período de 1970 e 2010 bem como comparar as matrizes entre si.

3.3 Movimentos Pendulares: fluxos, saldos e desagregação

O tema migração para o IBGE tem o objetivo de registrar “os movimentos populacionais ocorridos no Território Nacional” sejam eles internos ou internacionais. A migração interna registra os indivíduos que mudaram de residência de um município para o outro dentro do Território Nacional (IBGE, 2010, p.211). Nos deslocamentos

pendulares, por outro lado, são recenseados os indivíduos que trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles que residiam. Dessa forma, para captar o número de casos de movimentos pendulares de origem e de destino recorreu-se aos Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. O software IBM SPSS Statistics 20 foi a ferramenta empregada no processamento das variáveis, expostas na Tabela 5.

Tabela 5: Variáveis dos censos demográficos consideradas (2000 e 2010)

Ano do Censo	Código	Descrição da variável
2000	V4276	Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa trabalha ou estuda.
	V0401	Sexo
	V4615	Total de rendimentos, em salários mínimos
	V4462	Código novo da atividade
2010	V6364	Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa estuda.
	V6604	Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa trabalha.
	V0601	Sexo
	V6528	Rendimento mensal total em julho de 2010, em salários mínimos
	V6471	Atividade - Código

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Conforme a tabela 5, é possível notar que no Censo Demográfico de 2010 separaram-se os indivíduos que realizavam deslocamento pendular nas categorias de trabalho e estudo no questionário da amostra diferente do Censo Demográfico de 2000, no qual os movimentos pendulares foram agrupados em apenas uma variável. Por esse motivo, os dados de deslocamento para trabalho e estudo do censo de 2010 foram agregados nesta pesquisa no intuito de padronizar a análise para o cálculo dos saldos migratórios. Para isso, foi necessário controlar a dupla contagem de indivíduos que fizeram a pendularidade tanto por motivo de trabalho como de estudo.

Em seguida procedeu-se com o cálculo dos saldos dos deslocamentos de destino sob origem para identificar as áreas de evasão e recepção de deslocamentos pendulares. Bem como para identificação dos municípios que enviavam mais de 100 indivíduos para os municípios sede, passo que contribuiu para a formação da matriz

de relações dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá. Os dados referentes aos indivíduos que realizavam deslocamento pendular também foram desagregados segundo sexo, renda e ocupação com o objetivo de entender o perfil dos indivíduos que se deslocavam.

4. Conjuntura geo-histórica, econômica e demográfica de formação e estruturação dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (Minas Gerais)

A geo-história das cidades e as séries históricas populacionais são importantes componentes para situar o contexto de formação territorial dos municípios abordados na pesquisa, bem como para o entendimento do desdobramento de questões futuras. Assim, o presente capítulo encontra-se dividido em duas seções - na primeira os esforços foram dedicados a traçar um panorama acerca das características históricas e geográficas dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá. A segunda, por outro lado, foram analisadas e problematizadas as séries históricas das Taxas de crescimento anual da população (TA), Taxas de crescimento anual da população urbana (TU) e o Grau de urbanização (GU) entre os anos de 1970 e 2010 de acordo com os possíveis fatores históricos e econômicos que influenciaram nos momentos de desenvolvimento ou de regressão das taxas.

Nesse sentido, com a pesquisa histórica, observou-se que a configuração atual dos municípios do estado de Minas Gerais é resultado de um histórico caminho influenciado por interesses políticos e econômicos. Além disso, fatores como o relevo, a vegetação e a descoberta do ouro apresentaram-se como condicionantes durante a ocupação colonial nesse estado.

A aparição dos municípios ocorreu de forma centrífuga, ou seja, do centro do território para as bordas. Sabe-se que os maciços da Serra do Mar, Mantiqueira e a densa vegetação foram barreiras naturais para as primeiras bandeiras de Minas Gerais e Borda do Campo.

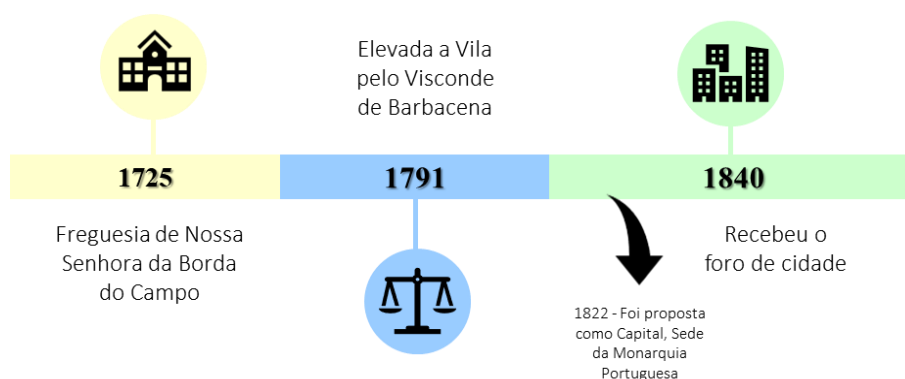
O chamado “Caminho Velho” transpôs a Serra da Mantiqueira pela Garganta do Embaú e se tornou a primeira rota de ligação do interior do estado ao litoral do país, ligando Ouro Preto (MG) a Paraty (RJ). Este caminho foi a principal via de escoação da mineração até a construção do “Caminho Novo” entre 1608 e 1707 que minimizou em cerca de 1/3 o tempo de transporte. Nessa nova rota era possível levar o ouro diretamente à cidade do Rio de Janeiro, passando por Juiz de Fora (MG) e Petrópolis (RJ).

Nas bordas desses caminhos foram surgindo aglomerados populacionais, estes “estendiam-se pelos vastos sertões, não indicando, contudo, que todas as

regiões mineiras se encontrassem integradas” (IBGE, 1958, p.13). Por volta de 1791 haviam 15 municípios instalados em Minas Gerais, no entanto as constantes revisões administrativas feitas pelo estado levou esta unidade federativa a marca de 485 municípios no ano de 1953 e atualmente 853 municípios compõem seu território administrativo.

Nesse contexto de ocupação notou-se que Barbacena é um dos municípios mais antigos do estado, enquadrando-se entre os 15 primeiros instalados. A sua localização geográfica foi favorável ao desenvolvimento do município e a fixação de população, pois se encontrava próximo ao “Caminho Velho” e o “Caminho Novo” conteve um trecho no território do município. Na Figura 1 pode-se observar a formação administrativa da cidade de forma resumida. Esta que foi elaborada com base nas informações disponíveis na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (1958).

Figura 1: Formação administrativa do município de Barbacena (MG)



Fonte: IBGE, 1958.

Elaborado pela autora.

No censo demográfico do ano de 2010 a população residente nesse município era de 126.689 habitantes. É possível observar na Figura 2 a localização privilegiada desse município em relação à BR 265 e a BR 040. Sendo a segunda uma rodovia radial que liga Brasília (DF) ao Rio de Janeiro (RJ).

Localizado na Serra da Mantiqueira, o município de Barbacena, o relevo atua como fator climático predominante ocasionando invernos frios e verões amenos, características típicas do clima tropical de altitude. As temperaturas amenas

favoreceram o desenvolvimento de culturas específicas como flores, principalmente rosas, frutas europeias e faz com que a cidade seja reconhecida no Brasil e no exterior como “Cidade das Rosas”. Segundo Grossi et al. (2007, p.5) “Atualmente, o Estado de Minas Gerais participa com aproximadamente 12% da produção nacional, destacando-se a região de Barbacena”.

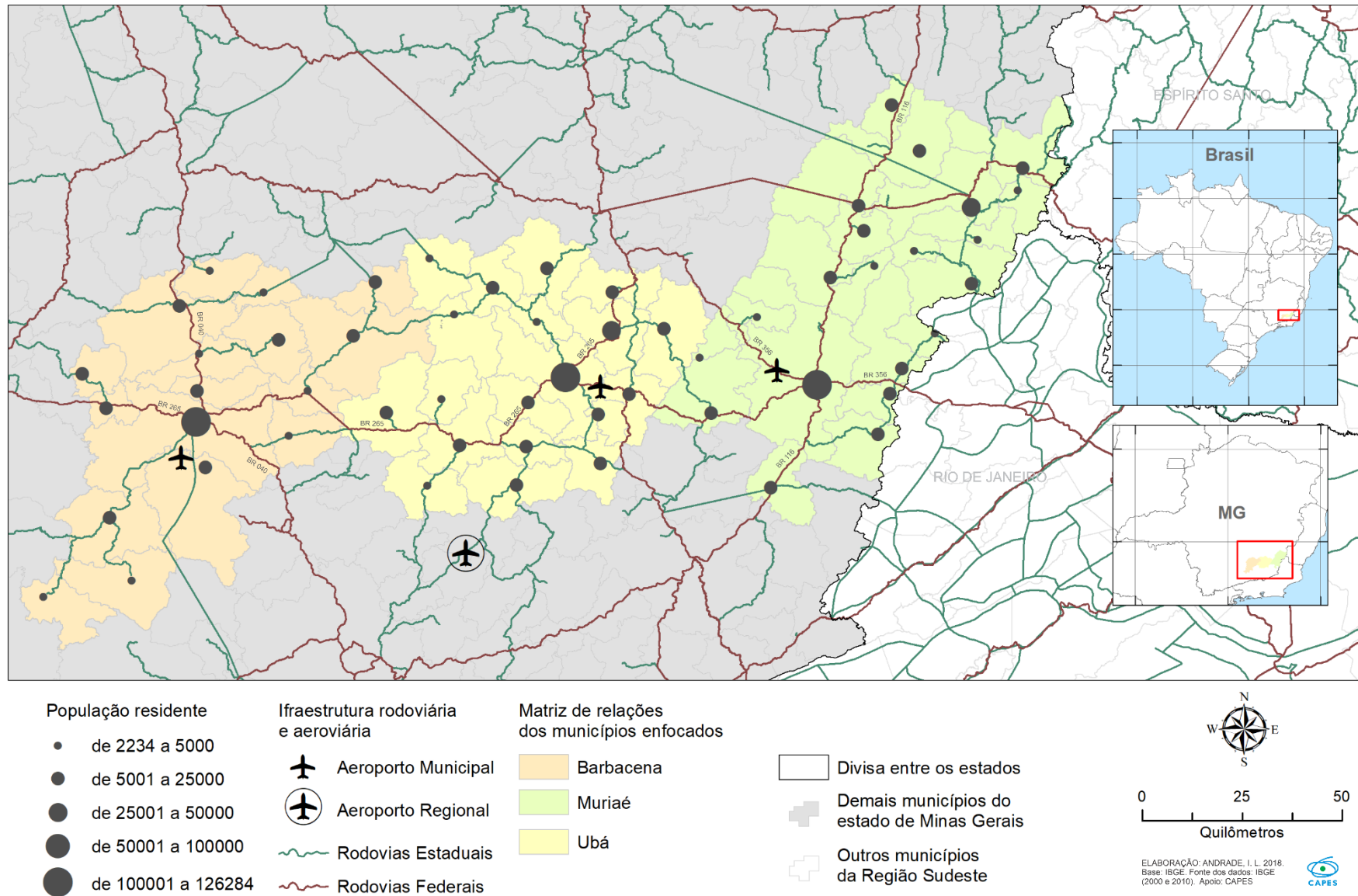
Segundo o IBGE (1958) a agropecuária era responsável por 58% das pessoas ocupadas nesse município no ano de 1950, sendo o gado leiteiro e a produção de milho de maior destaque. Nesse período, a maior concentração populacional era na zona rural. No recenseamento de 1950, a população contabilizada foi de 68.285 indivíduos, dos quais 24.718 residiam na sede do município e 5.625 nos distritos e 37.942 na zona rural. Nesse sentido, observa-se que o número de postos de trabalho encontrava-se relacionado com os locais de residência da população nessa ocasião.

Entretanto, nessa mesma época a cidade já possuía considerável dinâmica urbana com a presença de comércio e serviço diversificado e pequenos estabelecimentos industriais. A infraestrutura de transporte de Barbacena já possibilitava o intercâmbio de pessoas e mercadorias. A cidade contava com “2 linhas férreas – Estrada de Ferro Central do Brasil e Rede Mineira de Viação – 22 empresas de transporte rodoviário, que mantêm, aproximadamente, 40 ônibus em linhas urbanas, interdistritais, intermunicipais e interestaduais, em circulação diária” (IBGE, 1958, p.141).

Outro fator de reconhecimento dessa cidade, bem como vetor de crescimento urbano, foi “a criação do primeiro hospital de assistência a alienados na cidade de Barbacena que gerou consequências profundas em relação ao espaço público e à produção do espaço urbano na cidade” (FERREIRA, 2014, p.42). O mesmo autor afirma que tamanha foi a repercussão de tal setor na cidade que desde a fundação do hospital de Assistência a Alienados¹⁴ em 1903 que até 1940 foram criados mais cinco hospitais psiquiátricos.

¹⁴ A presença dos hospitais também confere o título de “Cidade dos Loucos” à Barbacena.

Figura 2: Localização, população, infraestrutura rodoviária e aeroviária dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá e dos municípios pertencentes às respectivas matrizes de relações

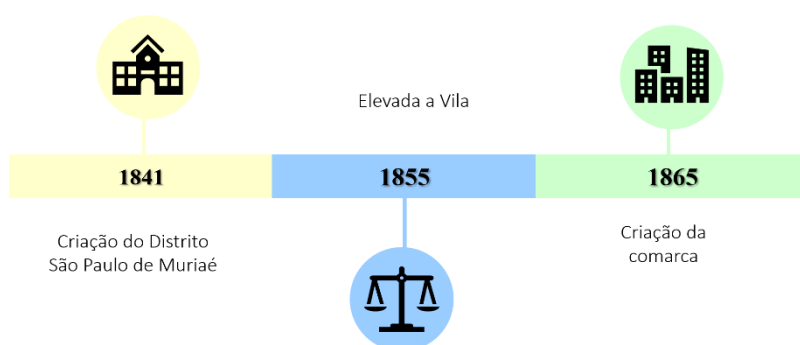


Atualmente, a cidade destaca-se também como referência regional em ensino. Desde 1910, Barbacena possui um campus do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, que oferece 10 cursos de graduação e 9 cursos de nível técnico. Outras duas instituições públicas possuem sede em Barbacena, a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). No âmbito das instituições privadas destaca-se a Faculdade de Medicina de Barbacena (FAME) fundada em 1960 e a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC/FUPAC) com 15 cursos de graduação e 15 de pós-graduação.

Apesar da proximidade regional e o pertencimento ao mesmo estado, o município de Muriaé apresenta significativa diferenciação de formação e consolidação quando comparado a Barbacena. Com pouco mais de 100.000 habitantes recenseados pelo IBGE em 2010, Muriaé também era sede da microrregião da qual fazia parte. O município de Muriaé encontra-se localizado na antiga mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (ZMM), na porção central leste.

A ocupação dos municípios nessa região do estado, ocorreu na segunda metade do século XIX em decorrência do declínio das atividades auríferas na região central de Minas Gerais. Assim, nota-se que a própria formação administrativa de Muriaé ocorre em período avançado com relação a Barbacena, município que se encontrava na rota do ouro, como pode se observar na Figura 3.

Figura 3: Formação administrativa do município de Muriaé (MG)



Fonte: IBGE, 1958.

Elaborado pela autora.

Como nos outros municípios da Zona da Mata Mineira, a produção agropecuária foi campo fértil para o desenvolvimento de Muriaé. Além disso, sua

localização geográfica também se tornou variável favorável ao progresso do município. Como é possível observar na Figura 2, Muriaé situa-se próximo à divisa com o estado do Rio de Janeiro e extremamente próximo à divisa com o estado do Espírito Santo. A cidade é cortada pelas rodovias BR116, BR 265 e BR356. Sendo a primeira, a maior e mais importante rodovia do Brasil, atravessa o território brasileiro do extremo Nordeste, com início em Fortaleza (CE) e término ao extremo Sul, em Jaguarão (RS) fronteira com Uruguai.

Nesse município o café vigorou como principal gênero de movimentação econômica até a crise de 1929 como apontado por Marinho (2016)¹⁵. Neste mesmo período, com a queda gradual da produção de café os fazendeiros começaram a investir na pecuária leiteira¹⁶. A inauguração da Estação Ferroviária Leopoldina em 1886 marcou o período áureo da produção cafeeira, pois possibilitou a ligação direta do município com a capital federal. Segundo IBGE (1959), ainda nesse período, 50% da produção agrícola era café e 30% da população estava ocupada com as atividades de agricultura pecuária e silvicultura. No mesmo documento do IBGE foi registrado que “Não havia no município indústria de grande vulto (IBGE, 1959, p.162).

A população absoluta do município no ano de 1955 segundo o Departamento de Estatística de Minas Gerais era de 44.445 habitantes, após o desmembramento do distrito de Patrocínio de Muriaé. Neste período, a situação domiciliar da população era de 66,77% rural e 33, 25% urbana.

A inauguração do trecho da BR 116¹⁷ no estado reestruturou o meio urbano e a economia de Muriaé. Nas entrevistas realizadas por Marinho (2016), observou-se que o setor de retífica de motores de Muriaé tornou-se referência nacional na área na década de 1960. Porém ocorreu uma queda da demanda por oficinas, na década seguinte, devido às melhorias ocorridas nos caminhões e estradas ao longo dos anos. Com isso, desenvolveu-se o setor de moda e confecções que até os dias atuais figura

¹⁵ Recentemente Marinho (2016, p.23) reuniu considerável material em sua dissertação de mestrado para “descrever o processo de evolução econômica de Muriaé e analisar as perspectivas de desenvolvimento a partir dos atores locais”, por esse motivo tal trabalho tornou-se indispensável como base para as reflexões expostas nessa sessão.

¹⁶ (...) durante a década de 1960 a cidade de Muriaé era considerada referência nacional em retíficas de motores Entrev_MANOEL (2015, apud MARINHO, 2016, p.62).

¹⁷ A inauguração da Rodovia Rio-Bahia (BR116), em 1939, colocou o município em plano destacado no quadro econômico da zona a que pertence, pondo a cidade em comunicação constante, através de ônibus, automóveis, caminhões e outros veículos, com a capital Federal e outras cidades da Zona da Mata e zonas rio Doce e Mucuri (IBGE, 1959).

como meio de produção de destaque no município. Levando em conta a relevância deste setor, foi criado o Polo da Moda de Muriaé em 2005 sendo “composto por 6 municípios limítrofes: Eugenópolis, Patrocínio de Muriaé, Muriaé, Mirai, Laranjal e Recreio, sendo Muriaé a cidade de destaque” (MARINHO, 2016, p.64).

Atualmente, os setores que mais se desenvolvem em Muriaé são os da saúde e da educação, sendo esses os possíveis responsáveis pela maior parte da atração do fluxo de pessoas para cidade. No primeiro, a criação do Hospital do Câncer da Fundação Cristiano Varela¹⁸ em 2001, foi decisiva para o desenvolvimento do setor da saúde. No setor educacional, por outro lado, a instalação do Instituto Federal do Sudeste e da faculdade FAMINAS estão ressignificando o papel desse setor na cidade junto a FASM (Faculdade Santa Marcelina) existente no município desde 1961.

Diante das variáveis aqui expostas nota-se a importância que Muriaé assume na rede urbana num primeiro momento é devido a sua localização geográfica privilegiada e em seguida pelo desenvolvimento recente de atividades de extrema importância na geração de fluxos de pessoas. Nota-se também que não houve relevante desenvolvimento de um parque industrial na cidade o que indica a hipótese da necessidade de se observar a expressividade dos fluxos decorrentes da área da saúde e da educação nesse município.

O município de Ubá, por sua vez, está localizado no centro da antiga mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais e da microrregião da qual era sede, conforme se verifica na Figura 2. Além disso, a cidade é cortada por rodovias¹⁹ com acesso aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A cidade de Ubá, atualmente, detém o título de “polo moveleiro” por possuir cerca de 300 fábricas do ramo, algumas de destaque nacional, fator que contribui para o incremento de suas funções urbanas. Além disso, há variados estabelecimentos comerciais de grande, médio e pequeno porte que atraem a população das cidades em seu entorno.

¹⁸ O Hospital do Câncer de Muriaé é referência nacional no tratamento e prevenção da doença. Atende a municípios em um raio de 600km de Muriaé, com população estimada de 5 milhões de pessoas. A cada ano, o hospital recebe 3.000 novos casos de câncer e, além de toda a estrutura hospitalar, a FCV oferece a Casa de Apoio, um local para o acolhimento de pessoas de localidades distantes que vêm em busca de tratamento e permanecem hospedadas gratuitamente, com suporte de uma equipe especializada e multiprofissional, além de todos os serviços de hospedagem e cinco refeições diárias”(Entrev_HENRIQUES, 2016, apud Marinho, 2016, p.52).

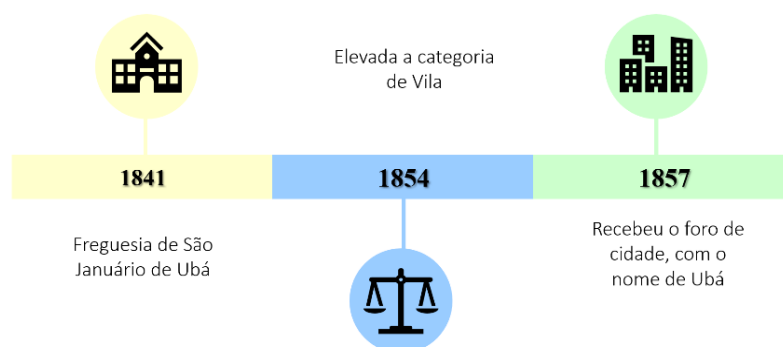
¹⁹ Rodovia BR120, rodovia longitudinal, projeto de ligação entre os municípios de Araçuí (MG) e Arraial do Cabo (RJ) e a BR 265, transversal, que liga São José do Rio Preto (SP) à Muriaé (MG).

Entretanto, por muito tempo a agricultura vigorou enquanto principal atividade nesse município. A ocupação da região da Mata em relação à região aurífera de Minas Gérias foi tardia. Apenas após a decadência da mineração, principalmente em Ouro Preto e Mariana, que a região passou a configurar uma área de interesse. Tal fato pode ser observado em Vasconcellos (1974), Carneiro; Matos (2010), Stephan; Soares; Ribeiro (2012) bem como em Pinto (2002, p.2), afirmando “À medida que se viam frustradas as descobertas de metais raros, a riqueza seria a própria terra que, removidos os obstáculos, manifestar-se-ia fértil e seria, em meados do século XIX, área de expansão da nova riqueza: o café.”.

Foi Guido Tomaz Marliére, Diretor de Índios da Freguesia de São Manuel do Pomba e São João Batista do Presídio, que em 1813 aconselhou o então governador a instituir o povoamento do município. O Governador autorizou a construção da capela no ano de 1815 e encarregou o Capitão-mor de Mariana, Antônio Januário Carneiro, com essa tarefa. “Antônio Carneiro adquiriu quatro sesmarias. Dessas, o Capitão-mor doou uma gleba, ia do Morro da Caixa D’água ao Morro das Três Porteiras, seguindo até a estação para que fosse construído o arraial. É o que se pode chamar, hoje, o centro da cidade” (GONÇALVES, 2002, p. 330).

O término da construção da capela de São Januário se deu apenas em 1841, segundo Gonçalves (2002), as famílias trazidas de Piranga para construir a capela receberam como doação do Capitão-mor pequenas glebas onde hoje se localiza a Rua Santa Cruz, ou “rua de trás”, em função de sua localização exatamente atrás da paróquia. Em 1857 a Vila de São Januário de Ubá recebeu o foro de cidade desvinculando-se da dependência de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco). Nesse sentido, observa-se na Figura 4 a formação administrativa da cidade de forma resumida.

Figura 4: Formação administrativa do município de Ubá (MG)



Fonte: IBGE, 1958.

Elaborado pela autora.

Entretanto, até a metade do século XX as atividades relativas ao café e posteriormente ao fumo, a partir de 1930, centralizaram a ocupação na zona rural do município. Segundo o censo demográfico de 1950, as atividades voltadas para 'Agricultura, pecuária e silvicultura" ocupavam 30,95% da população e mesmo a limitada a indústria de transformação dedicava-se aos produtos agrícolas, fumo milho e cana-de-açúcar. Neste período, o fumo constituía 42% do total produzido nas terras. A distribuição demográfica da população acompanhava também a ocupacional, sendo cerca de 60% da população residente na área considerada rural e 35% na sede do município. A população absoluta era constituída por 40.516 habitantes nesse período.

Nesse sentido, o período cafeeiro deixou como herança a Estrada de Ferro Leopoldina que fora inaugurada em 1880, a qual serviu de transporte até os primórdios das fábricas de móveis na cidade. E, não menos importante, a riqueza proveniente da produção de fumo foi a base para o início do desenvolvimento da indústria, segundo livro histórico produzido pela Prefeitura Municipal de Ubá no ano de 1980.

Essa breve revisão histórica dos municípios foi capaz de demonstrar a formação estrutural desses. Notou-se que, apesar de pertencerem à mesma unidade da federação, esses municípios revelam contrastes históricos que podem ser atrelados ao período de inicial de ocupação de cada um. Os municípios de Ubá e Muriaé são os que mais se assemelham no sentido econômico até certo ponto da história, no entanto, o município de Barbacena diferencia-se desde o período do início

da ocupação até as formas de desenvolvimento posteriores. Assim sendo, essas primeiras perspectivas são imprescindíveis para o entendimento da dinâmica demográfica e econômica realizada em sequência bem como para observação dos vestígios passados que refletem nos papéis desempenhados por esses municípios em suas respectivas regiões.

4.2 Dinâmica demográfica e econômica dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (Minas Gerais)

Entre os processos que configuram a dinâmica populacional está incluída “nossa interpretação dos movimentos passados da população e nossas expectativas sobre as tendências futuras que recaem, principalmente, sobre um corpo de observações e explicações conhecida como teoria da transição demográfica” (CALDWELL, 1976, p.321)²⁰. O mesmo autor expõe que os níveis de fecundidade alcançados em qualquer lugar são respostas racionais das circunstâncias da sociedade.

Assim, nesta seção, foi importante e necessário traçar um panorama demográfico dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá para observação do histórico de crescimento populacional e sua relação com a estruturação desses municípios. Conforme a Taxa de crescimento anual da população (TA) brasileira e do estado de Minas Gerais, apresentadas na Tabela 6, é visível a queda no crescimento populacional, o que representa o reflexo do processo de transição demográfica pelo qual atravessa o país, devido ao decréscimo das taxas de natalidade e mortalidade.

Ainda na Tabela 6, quanto ao municípios de Barbacena, pode-se observar que a TA segue em queda gradual acompanhando o panorama geral de todo período considerado (1970-2010), com exceção ao intervalo de 1991/2000 no qual a taxa aumenta em relação ao intervalo anterior. Neste período, a TA de Barbacena foi tenuamente superior à nacional, enquanto nos demais foi inferior. Tal alteração pode estar relacionada ao significativo desenvolvimento no setor industrial e de comércio e serviços no município, o qual discutiremos adiante, e por último a criação de dez

²⁰ Our interpretation of past population movements and our expectations about future trends rest primarily on a body of observations and explanations known as "demographic transition theory." (CALDWELL, 1976, p.321).

distritos que foram anexados ao município de Barbacena pela Lei n.º 3.365, de 08-11-1996²¹.

No entanto, apesar da queda nas TAs, em termos absolutos a população do município de Barbacena aumentou 70,89% em 40 anos, o que significa um acréscimo de 52.386 habitantes no período, atingindo 126.284 habitantes no último censo. Fator responsável pelo destaque do município como o de maior população absoluta com relação a Muriaé e Ubá em todos os períodos analisados. Tal superioridade pode estar atrelada aos fatores estruturais pretéritos de instalação do município que denota maior concentração de população absoluta desde o início do período analisado.

Tabela 6: Taxas de crescimento anual da população total e urbana (1970 a 2010)

Período	70/80		80/91		91/00		00/10	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Brasil	2,48	4,44	1,93	2,97	1,47	2,44	1,17	1,55
Minas Gerais	1,54	4,01	1,49	2,50	1,44	2,45	0,91	1,32
Barbacena	1,57	1,90	1,33	1,36	1,48	2,46	1,02	1,09
Muriaé	1,87	3,98	1,74	2,40	0,95	1,77	0,90	1,06
Ubá	1,82	3,93	2,03	1,91	2,77	3,96	1,78	2,44

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

A taxa de crescimento da população (TA) do município de Muriaé apresenta um padrão de declínio ao longo de todo período considerado acompanhando a perspectiva do processo de transição demográfica, sendo o primeiro intervalo o de maior taxa de crescimento. O período de maior decréscimo na TA de Muriaé ocorre entre os intervalos de 80/91 a 91/2000. É possível que esta brusca queda entre estes intervalos possa ser atribuída ao desmembramento do distrito de Rosário da Limeira para sua elevação à categoria de município pela Lei Estadual n.º 10.703, de 21-12-

²¹ Pela Lei n.º 3.365, de 08-11-1996, foram criados os distritos de Colônia Rodrigo Silva, Costas da Mantiqueira, Faria, Galego, Mantiqueira, do Palmital, Pinheiro Grosso, Ponte do Cosme, Ponte Chique do Martelo e São Sebastião dos Torres e anexados ao município de Barbacena. Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 13 distritos: Barbacena, Colônia Rodrigo Silva, Correia de Almeida, Costas da Mantiqueira, Faria, Padre Brito, Galego, Mantiqueira do Palmital, Senhora das Dores, Pinheiro Grosso, Ponte do Cosme, Ponte Chique do Martelo e São Sebastião dos Torres." Fonte: Prefeitura Municipal de Barbacena. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>

1995²². Caso não houvesse o desmembramento desse distrito, a queda nas TAs de Muriaé poderiam ter ocorrido de maneira gradual de acordo com o padrão das taxas nos outros intervalos.

Com relação às taxas dos outros municípios enfocados, Muriaé apresentou a maior taxa no primeiro intervalo entre as demais, cai para segunda maior taxa de crescimento no intervalo de 80/1991 e se torna a cidade com menor taxa de crescimento nos dois últimos intervalos.

O município de Ubá, por sua vez, apresenta queda na taxa de crescimento da população apenas no último intervalo considerado, fato que o difere das demais realidades. O intervalo com maior taxa de crescimento da população foi o período de 91/2000. Com relação às taxas nacionais esse município apresenta taxa inferior apenas no primeiro intervalo considerado. Ao compararmos as taxas de crescimento estadual com as de Ubá observa-se que o município apresentou taxas superiores em todo o período considerado, sendo o intervalo de 91/2000 o período com maior diferença.

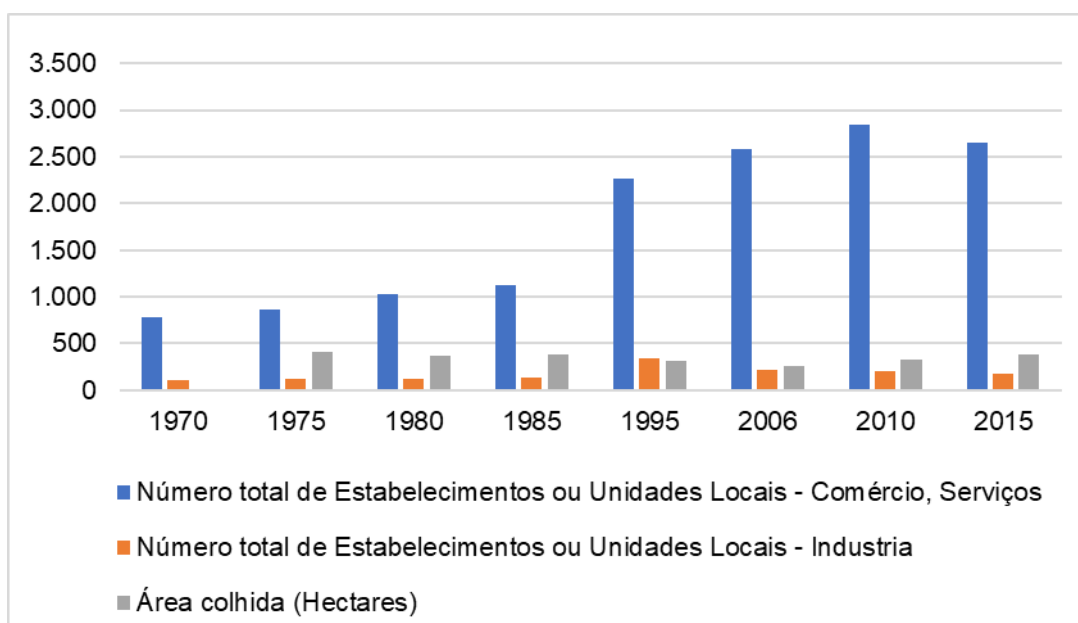
No tocante aos demais municípios estudados, apenas no primeiro intervalo Ubá fica atrás de Muriaé. A partir do segundo destoa consideravelmente dos demais. Em termos relativos observou-se que apesar da TA de Ubá cair no último intervalo analisado, ela ainda supera as taxas dos demais municípios, do estado e do Brasil. O que denota o quanto ainda emerge de crescimento neste município. Ainda em termos relativos foi a cidade que apresentou maior crescimento no período todo. Em 40 anos Ubá teve um acréscimo de 57.016 habitantes o que significa que a população total cresceu 128%.

É importante atentar para situação de residência dos indivíduos através da Taxa de crescimento anual da população urbana (TAU). Conforme a Tabela 6, observa-se que o crescimento da população urbana em Barbacena foi inferiores ao nacional e estadual em todos os períodos com exceção do intervalo de 1991/2000.

²² Fonte IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/historico>

Ao investigar o destaque desse intervalo foram consultados dados como o número total de unidades locais industriais e de comércio e serviços (IPEA/IBGE) e área colhida em hectares²³ (SIDRA/IBGE) entre os anos de 1975 a 2010. Assim, de acordo com Figura 5 é possível observar que o número de estabelecimentos de comércio e serviços e de unidades locais industriais cresceram de forma relevante no período compreendido entre os anos de 1985 e 1995.

Figura 5: Atividade econômicas do município de Barbacena-MG (1970 a 2015)



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

Elaborado pela autora.

O desenvolvimento desses setores, que são majoritariamente urbanos, possivelmente incrementou a atratividade da cidade e acarretou uma taxa geométrica de crescimento da população rural negativa em Barbacena (-4,97%), sendo este o único intervalo no qual Barbacena apresentou taxa negativa de crescimento da população rural. Ainda nesse período de incremento das funções urbanas do município (1991/2000) há queda na área colhida.

²³ Tabela 1613 “Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Variável - Área colhida (Hectares).” Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>

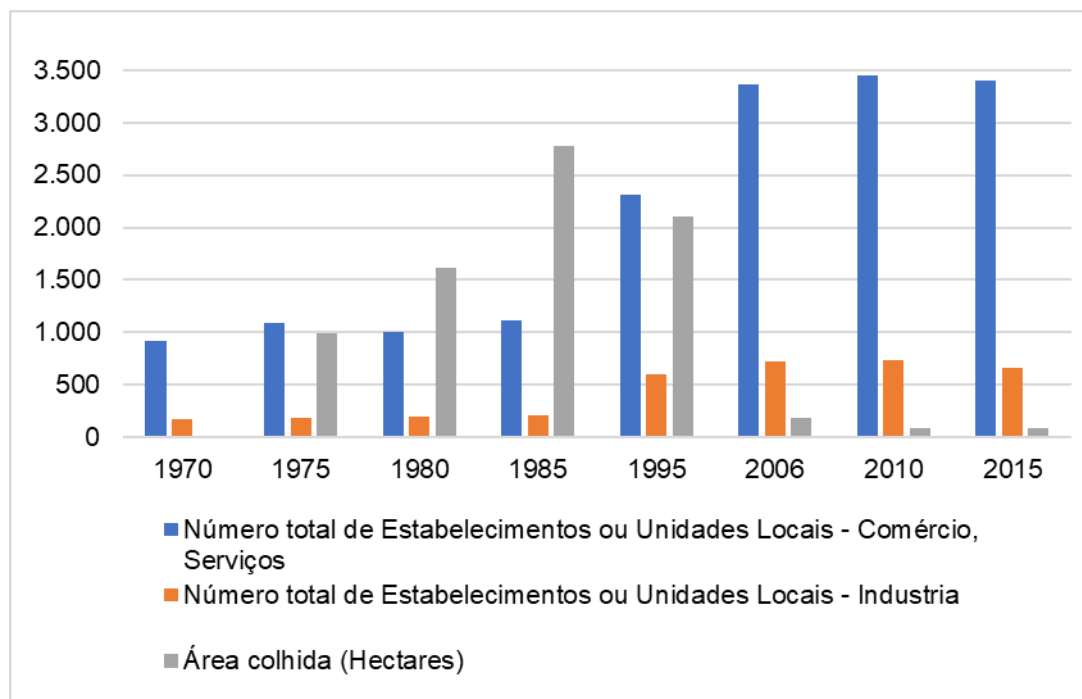
Acerca das demais cidades em estudo, a TU de Barbacena supera Muriaé a partir do terceiro intervalo considerado, porém ao comparar as taxas de Barbacena com as de Ubá, nota-se que essas apresentam-se sempre inferiores. Entretanto, em termos de população absoluta Barbacena possui maior número de indivíduos recenseados em situação de domicílio urbano desde o primeiro período de análise. O acréscimo da população urbana absoluta entre 1970 a 2010 foi de 56.066 habitantes, ou seja, a população urbana cresceu 94,23%.

As taxas de crescimento da população urbana de Muriaé seguem a mesma tendência de queda das TAs ao longo do período considerado. Apesar disso, as TAUs são sempre superiores em relação as TA, sendo a maior taxa observada no intervalo de 1970 a 1980. No último intervalo, ambas as taxas encontram-se bem próximas. Tal proximidade indica que além da redução no ritmo de crescimento da população de forma geral, que o crescimento que ainda ocorre depende majoritariamente da população urbana, uma vez que a população rural apresenta taxas de crescimento negativas para todos os períodos.

Infere-se que o município acompanha de certa forma o padrão de crescimento nacional e estadual. Em relação às outras cidades em análise, Muriaé obteve as melhores taxas de urbanização nos dois primeiros intervalos e a menor nos dois últimos. Tal transição possivelmente está relacionada a dois fatores principais, o primeiro, já mencionado anteriormente, o desmembramento do distrito de Rosário da Limeira e o segundo por fatores econômicos.

Ao observar os dados apresentados na Figura 6 nota-se que entre o período de 1970 a 1975 o número de estabelecimentos de comércio e serviços aumenta de 583 estabelecimentos para 1085 estabelecimentos, todavia, há uma estagnação após o ano de 1975 no número de unidades até o ano de 1985.

Figura 6: Atividades econômicas do município de Muriaé-MG (1970-2015)



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

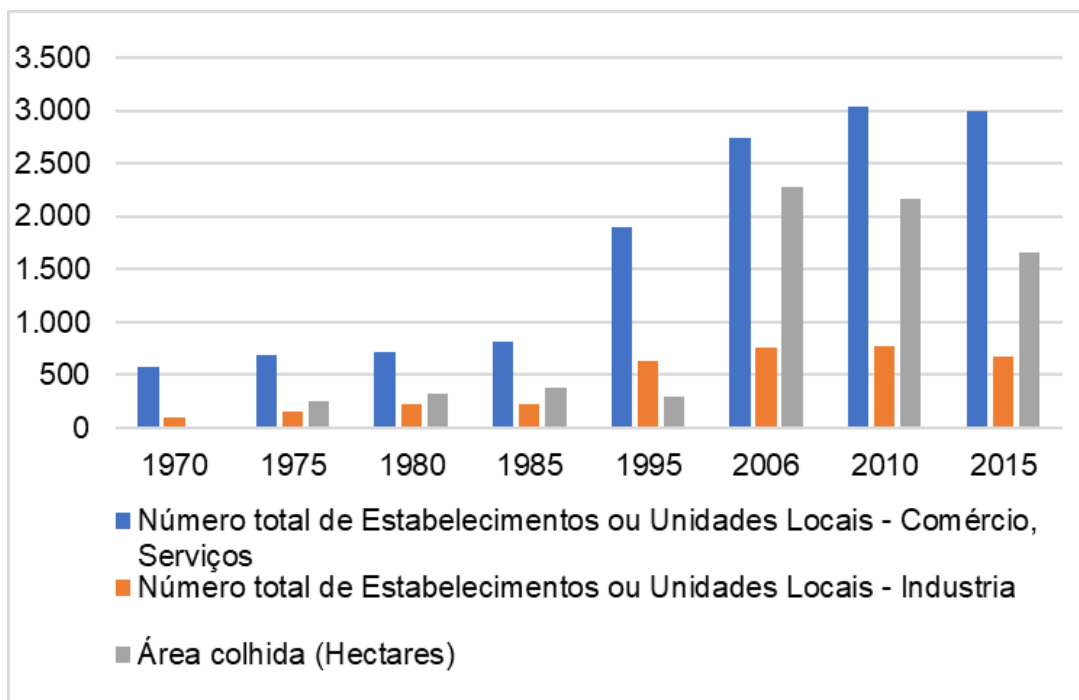
Elaborado pela autora.

Em contraponto, nesse período de 10 anos, ocorre uma elevação na área colhida de 955 hectares para 2782 hectares. Assim, o fato observado pode denotar que a queda no desenvolvimento de atividades econômicas urbanas refletiu na dinâmica demográfica desse município, e, além disso foi balanceada pelo desenvolvimento de atividades no meio rural.

A respeito de Ubá observa-se grande dinamicidade no crescimento da população urbana. O intervalo dos anos de 1970 e 1980 no qual a taxa de urbanização (3,93) foi mais que o dobro da TA (1,82). Tal fato ocorreu devido ao que talvez possamos chamar de grande impulso no desenvolvimento das atividades econômicas urbanas nesse município. Conforme a Figura 7, nota-se o crescimento tanto do número de unidades locais de comércio e serviços como de indústrias.

Esse foi o primeiro suspiro da indústria moveleira em Ubá “neste período, da crescente pavimentação das estradas do país e da gradual desativação das antigas

Figura 7: Atividades econômicas do município de Ubá-MG (1970 a 2015)



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

Elaborado pela autora.

linhas férreas, que os móveis de Ubá ganharam o Brasil” (Arquivo Histórico da Cidade de Ubá)²⁴. Segundo o mesmo arquivo, três grupos se destacavam neste período; o Grupo Parma, a Itatiaia e os Móveis Apollo. Um quarto grupo surgiu da separação de um dos irmãos no grupo Parma e formou o grupo DOMANI que era a maior fábrica na época, com cerca de 1000 funcionários. No entanto, esta última empresa foi alocada para o Maranhão nos anos seguintes²⁵.

O número de unidades volta a crescer em 1995 chegando a 1904 unidades de comércio e serviço e a 638 indústrias. Tais números são capazes de justificar a maior

²⁴ Citação extraída de material sedito em visita ao acervo do Arquivo Histórico da Cidade de Ubá. Este material foi confeccionado pela secretaria de cultura, esporte e lazer do município, no ano de 2017. Maria da Conceição Aparecida Rocha Ramos. Trata-se de uma apresentação em Power point intitulada “A Transformação Econômica de Ubá: Agricultura X Polo Moveleiro”.

²⁵ Outro intervalo são os anos 1980-91, no qual houve uma queda brusca na taxa de crescimento da população urbana, sendo esse intervalo também o de menor TA. Há duas possíveis evidências desse desvio no padrão de crescimento pelo qual Ubá passava. A primeira hipótese trata-se da criação do distrito de Miragaia, que foi anexado ao município de Ubá pela Lei Estadual n.º 8.285, de 08-10-1982. Coincidentemente, neste mesmo período, a taxa de crescimento da população rural foi positiva e superior a urbana (2,57%) com um acréscimo de 3.034 habitantes na população rural. Outra evidência para essa queda é a aparente estagnação nos setores de comércio, serviço e industrial. No ano de 1985 o número de unidades locais de comércio e serviços eram de 815 e as industriais eram de 221. Número de unidades muito próximas ao contabilizado em 1980.

taxa de crescimento da população urbana de Ubá ser no período de 91/2000 (3,96). No município de Barbacena, foi observado semelhante panorama na mesma época. Assim é possível, atrelar esse momento de crescimento “ao clico de crise econômica pelo qual passava a economia brasileira, com escassez de postos no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos” (LOBO et. al, 2018, p. 181).

Por fim, com relação ao panorama estadual e nacional as TAUs de Ubá foram inferiores nos dois primeiros períodos e consideravelmente, superiores nos dois últimos intervalos. A população urbana de Ubá cresceu 227% no período considerado.

Apesar das ponderações e anomalias ocorridas dentro de todo período considerado, os três municípios apresentaram Grau de urbanização (GU) superior a média nacional e estadual, superiores a 90%. Barbacena foi a cidade que apresentou menor aumento em todo período, porém, em 1970 já apresentava um GU de 80%. Muriaé, por sua vez, apresentou as maiores taxas nos dois primeiros anos e Ubá foi a cidade que apresentou maior Grau de urbanização nos dois últimos anos. Assim, a presente análise denota a evidente diferenciação de Ubá quanto aos outros dois municípios, pois a partir do período de 1991/2000, tanto o GU destaca-se consideravelmente, como o volume das atividades econômicas presentes nesse município.

5. As articulações regionais dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá por meio da construção de Matrizes de Relações

Os estudos regionais que visam à divisão do território nacional são pesquisas consolidadas no Brasil, sendo a maior parte realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia de e Estatística (IBGE). Tais esforços de parcelamento vêm sendo executados por esse órgão público com um objetivo geral bem definido - utilizar as divisões regionais como meio de divulgação estatística - bem como para auxiliar na administração pública regional e nacional. Com isso, dada a diversidade do território brasileiro, cada estudo geralmente apresenta o retrato do período ao qual está vinculado e fornece aos pesquisadores e gestores de diferentes áreas a base para o entendimento da dinâmica regional em diferentes épocas e escalas.

Nesse sentido, a dinâmica regional constitui elemento primordial para o estudo dos papéis de intermediação das cidades médias e para a identificação da área

potencial de deslocamentos pendulares. Desse modo, na presente pesquisa foi essencial o entendimento das respectivas dinâmicas regionais dos municípios enfocados. Por se tratar de regiões não metropolitanas, foi necessário utilizar uma Matriz de Relações para cada município enfocado com o intuito de abranger um número justificável de municípios para a análise dos deslocamentos pendulares.

Para formação dessa matriz de relações foram levadas em consideração duas divisões regionais do IBGE e os saldos dos deslocamentos pendulares de destino sob os de origem dos municípios enfocados. O resultado dessa matriz foi o elemento determinante da área de análise no entorno dos municípios sede, ou seja, o número de municípios inseridos numa possível área de atração para trocas materiais e imateriais.

Assim sendo, neste capítulo, a discussão encontra-se fracionada em dois momentos. No primeiro, apresenta-se a análise da constituição da Matriz de Relações de cada município enfocado. Depois, foram analisadas séries históricas de indicadores baseados em dados demográficos e econômicos, quando necessário, do conjunto de municípios pertencentes a matriz de relações de Barbacena, Muriaé e Ubá.

5.1 Constituição da matriz de relações dos núcleos principais

Neste momento analisar-se-á a organização de cada um dos três critérios utilizados para construção do recorte espacial da Matriz de Relações (MRs) dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá com o objetivo de observar as semelhanças, as especificidades e as organizações e reorganizações regionais feitas a partir de estudos do IBGE.

Conforme a Figura 8, observa-se a formação da MRs do município de Barbacena. Nessa figura, a Microrregião Geográfica de Barbacena, encontra-se representada no primeiro quadrante à esquerda. A divisão regional formada em 1990 era composta por 12 municípios e inserida na Mesorregião do Campo das Vertentes. No período de criação dessa delimitação Barbacena já se destacava como centro articulador correspondendo aos critérios de classificação do IBGE para se tornar o

município sede de sua microrregião, pois representava o maior contingente populacional²⁶ entre os demais, além de ser o município mais antigo.

Na “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (2017) o município de Barbacena foi classificado enquanto município polo de articulação da sua Região Imediata como também da Região Intermediária a qual faz parte. Tal indicação se deu em função do critério utilizado para escolha do município sede da Região Geográfica Intermediária, que era a presença de ao menos uma Capital Regional segundo a REGIC de 2007 entre os municípios das R. G. Imediatas que fazem parte da R. G. Intermediária. No entanto,

Devido às características da rede urbana brasileira, nem sempre foi possível atender à premissa da Capital Regional. Com isso, admitiu-se a criação de Regiões Geográficas Intermediárias com pelo menos um Centro Sub-regional, centros com atividades de gestão menos complexas, apresentando áreas de atuação mais reduzida que as Capitais Regionais, mas que atuam como polo de referência para as Regiões Geográficas Imediatas de seu entorno” (IBGE, 2017, p.33).

Por ter sido classificado como Centro Sub-regional de nível A na REGIC de 2007 foi determinado também como polo da R. Intermediária²⁷, pois esse era o maior nível hierárquico entre os municípios polo das R. G. Imediatas consideradas, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei. Isso posto, torna-se possível observar na Figura 8 que a R. G. Imediata de Barbacena abrange uma área maior e diferenciada quando comparada a sua Microrregião Geográfica²⁸. Além disso, nota-se uma

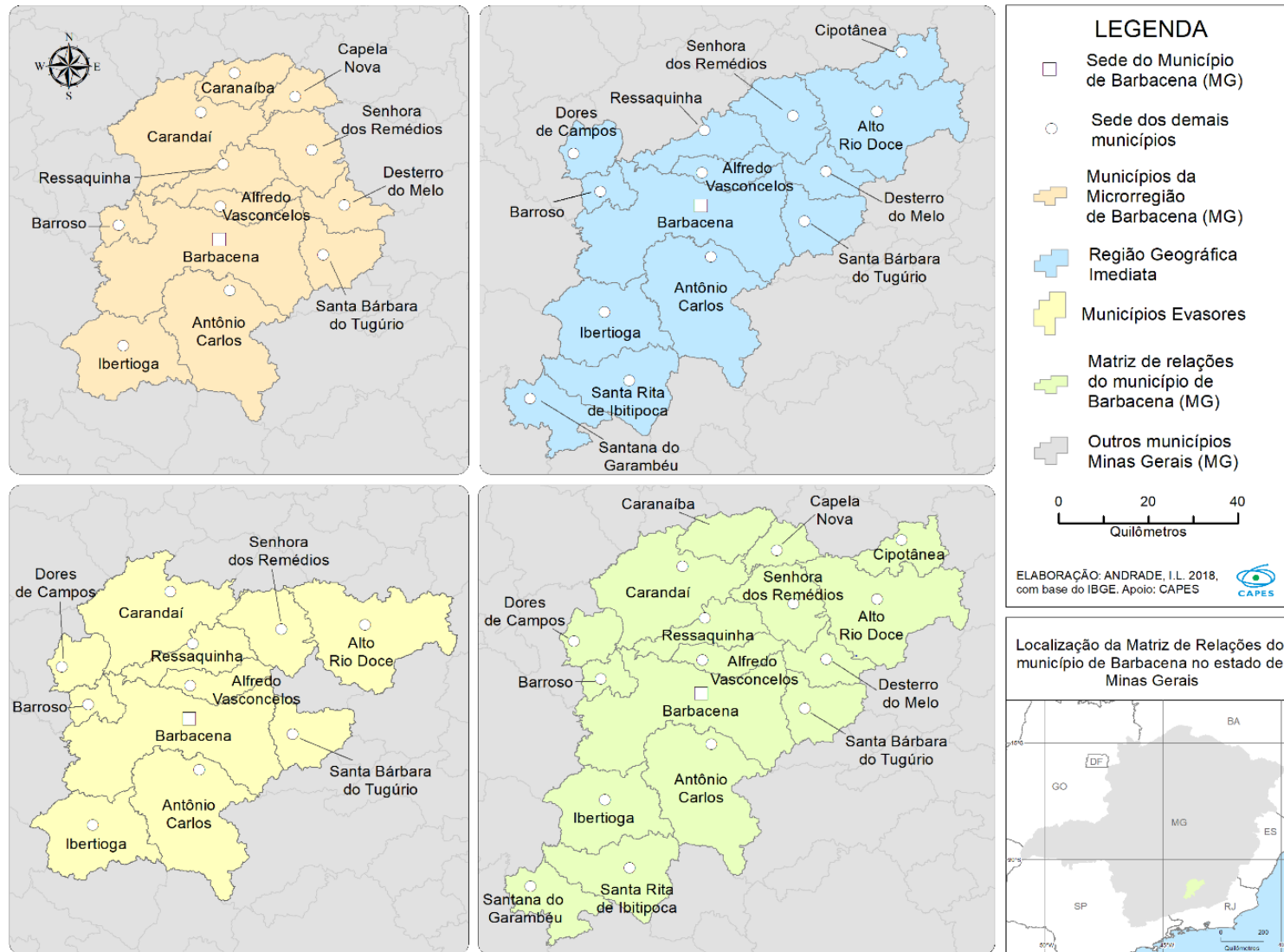
²⁶ No censo de 1980 o contingente populacional desse município era de 86.391 habitantes e 99.954 habitantes em 1991 (IBGE, 1980, 1991). No mesmo período o segundo município com maior contingente populacional era Carandaí, onde foi recenseada uma população residente de 15.621 habitantes em 1980 e 18.833 habitantes em 1991.

²⁷ Apesar disso, para construção da matriz de relações empregou-se apenas os municípios pertencentes a Região Geográfica Imediata de Barbacena no intuito de padronizar o nível de classificação com os demais municípios enfocados, Muriaé e Ubá.

²⁸ Dos 14 municípios pertencentes a R. G. Imediata, 8 já pertenciam à divisão anterior (Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barroso, Desterro do Melo, Ibertioga, Ressaquinha, Santa Bárbara do Tugúrio e Senhora dos Remédios) e outros 5 municípios foram acrescentados (Alto Rio Doce, Cipotânea, Dolores de Campos, Santa Rita de Ibitipoca e Santana do Garambéu.). Por outro lado, 3 municípios que integravam a Microrregião Geográfica de Barbacena na nova divisão passaram a integrar a R.G. Imediata de Conselheiro Lafaiete (Carandaí, Capela Nova e Carnaíba).

expansão da área de influência imediata de Barbacena para os vetores Nordeste e Sudoeste e uma retração do vetor Norte nesse novo estudo.

Figura 8: Constituição da matriz de relações do município de Barbacena (MG)



Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

Por conseguinte, o último critério utilizado para formação da matriz de relações foi o saldo dos deslocamentos pendulares segundo o censo de 2010. Observa-se que a maior parte desses municípios, com os quais Barbacena obteve saldo pendular positivo superior a 100, são limítrofes ao núcleo principal com exceção de Senhora dos Remédios e Alto Rio Doce. Além disso, esses 10 municípios, também se encontram presentes nas duas regionalizações do IBGE.

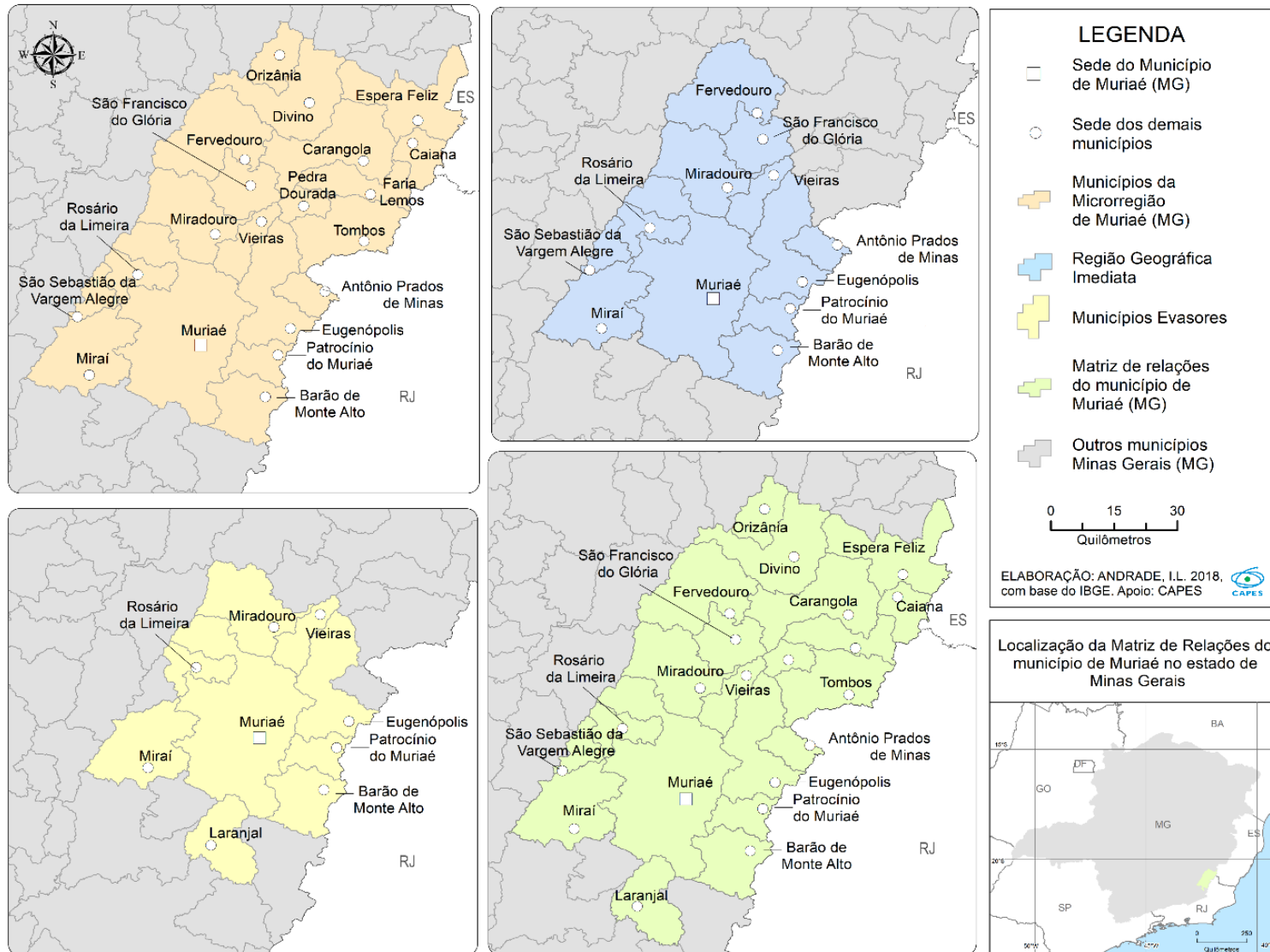
Dessa forma, a matriz de relações do município de Barbacena ficou composta por 17 municípios. Sendo ainda válido mencionar que 7 desses corresponderam a todos os critérios preestabelecidos, fator que pode indicar maior grau de relações entre esses municípios e o núcleo principal.

A matriz de relações do município de Muriaé, por sua vez, foi composta por 21 municípios ao todo. Na Figura 9, o primeiro quadrante a esquerda, reúne todos os municípios pertencentes a Microrregião Geográfica de Muriaé (1990). Essa divisão territorial era composta por 19 municípios, sendo Muriaé a sede desta microrregião devido a identificação de sua relevância como município articulador, pois, assim como Barbacena, Muriaé era o município mais antigo e possuía o maior contingente populacional no período de elaboração da Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.

No primeiro quadrante à direita pode ser observada a Região Geográfica Imediata de Muriaé (IBGE, 2017). Nessa divisão 12 municípios compõem a área de relações imediatas de Muriaé, sendo esses também parte da divisão citada anteriormente. No entanto, nota-se uma perda na área de influência do município de Muriaé no período compreendido entre os dois estudos bem como a emergência de outra centralidade nas proximidades de Muriaé, pois 8 municípios componentes de microrregião passaram a compor a Região Imediata de Carangola em 2017. Tal repartição ocorreu em função de uma das regras utilizadas no estudo atual, conforme se verifica,

Caso uma Região Imediata de Articulação Urbana possuísse mais de um centro urbano na REGIC de 2007, ela poderia dar origem a mais de uma Região Geográfica Imediata, desde que cada centro articulasse quatro ou mais municípios e tivesse população total superior a 50.000 habitantes (IBGE, 2017, p.24).

Figura 9: Constituição da matriz de relações do município de Muriaé (MG)



Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

Esse é o caso da Região Imediata de Articulação Urbana de Muriaé, a qual apresentou centralidade policêntrica, sendo Muriaé um Centro Sub-regional A e Carangola um Centro de Zona A, com no mínimo 5 municípios polarizados somando mais de 50.000 habitantes. Por essa concepção, o município de Carangola foi considerado articulador em seu território. Ao comparar os municípios da microrregião geográfica e da região geográfica imediata de Muriaé observa-se que a maior parte dos municípios da porção norte da microrregião encontram-se ligados contiguamente a Carangola, fator que contribui para o incremento das relações entre esses municípios.

A ligação mais incisiva entre Muriaé e os municípios mais próximos também se evidenciou no critério do saldo de deslocamentos pendulares. Conforme a Figura 9, pode-se observar que os 8 municípios com os quais Muriaé obteve saldo positivo de mobilidade pendular superior a 100 indivíduos são limítrofes. Ainda, com exceção do município de Laranjal, todos esses compõem as divisões regionais já mencionadas.

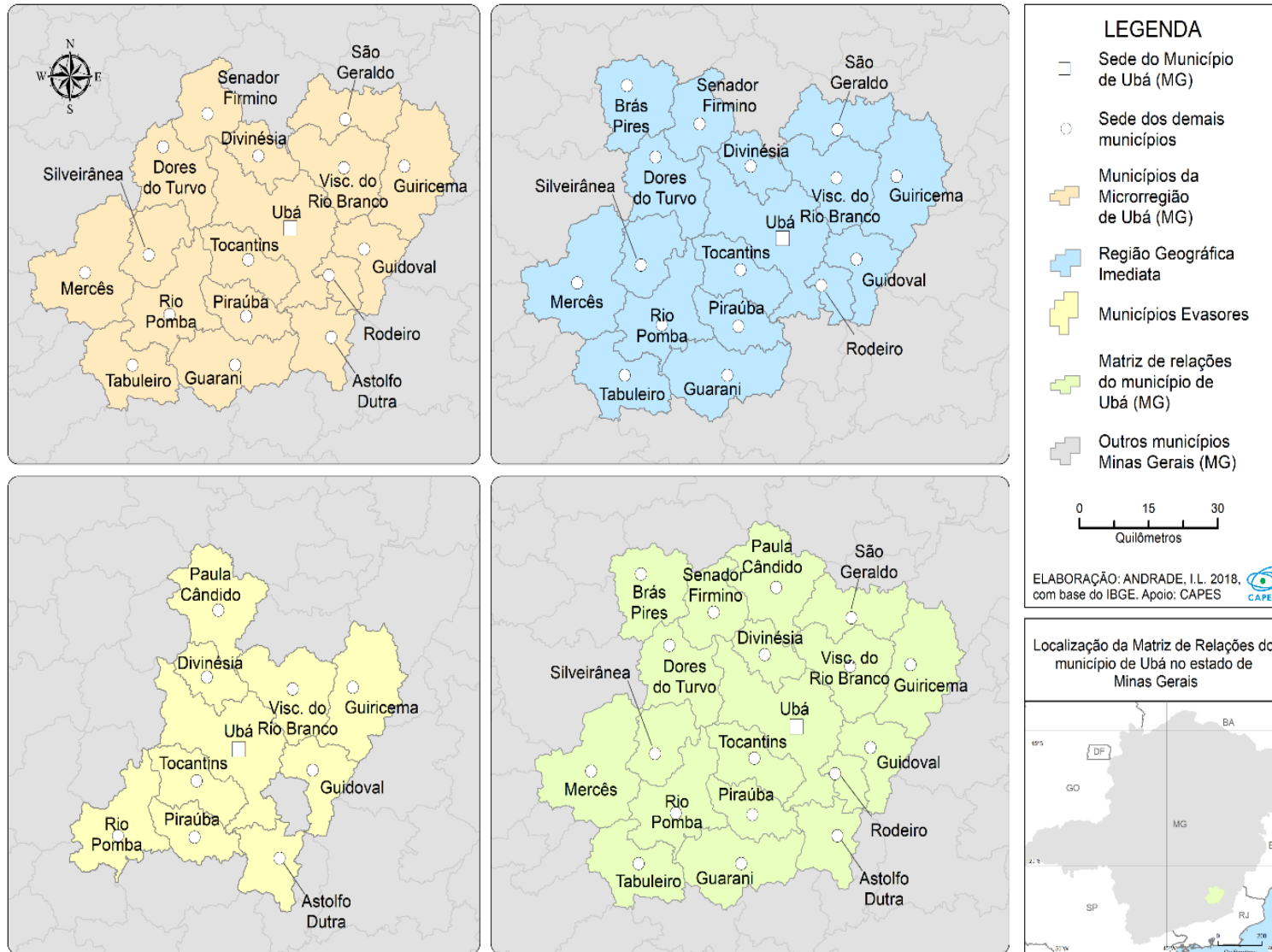
Assim, a matriz de relações do município de Muriaé ficou constituída de 21 municípios, dos quais 7 atenderam aos três critérios. Em termos de organização espacial é possível notar que a extensão nordeste dessa matriz de relações existe apenas em função da classificação do estudo das Microrregiões Geográficas (1990).

Conforme visto anteriormente, foram apresentadas as análises referentes à construção das matrizes de relações dos municípios de Barbacena e Muriaé. Nesse segmento, será discutida a matriz de relações do terceiro município enfocado nessa pesquisa, Ubá (Figura 10).

O primeiro quadrante à esquerda representa a divisão da Microrregião Geográfica de Ubá à qual foi inserida na Mesorregião Geográfica da Zona da Mata Mineira (ZMM) (IBGE,1990). Nessa divisão, assim como os outros dois municípios enfocados, Ubá foi considerado polo articulador nomeando também a sua microrregião²⁹. A supremacia do contingente populacional de Ubá representou um importante característica para essa escolha.

²⁹ No período da criação dessa divisão regional a população de Ubá era de 53.306 habitantes em 1980 e 66.511 habitantes em 1991. Enquanto, o segundo município com maior contingente populacional era Visconde do Rio Branco com 26.257 e 28.481 habitantes respectivamente.

Figura 10: Constituição da matriz de relações do município de Ubá (MG)



Fonte: IBGE, 1990, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

A centralidade exercida por Ubá também pode ser verificada na “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (2017), pois nesse estudo foi elencado como polo articulador em sua R. G. Imediata³⁰. Isso ocorreu devido à constatação da capacidade em ofertar postos de trabalho, bens e serviços para os municípios em sua região imediata. Além disso, Ubá foi o único município entre os demais classificado como Centro de Zona A no REGIC de 2007, critério utilizado pelo IBGE para identificação dos polos articuladores das Regiões Imediatas.

É válido observar que praticamente não há alteração nos municípios polarizados por Ubá nos estudos do IBGE, com manutenção da área de influência. A partir desse pressuposto cabe observar em outros dados e indicadores dessa pesquisa se a relação entre os municípios tributários e o núcleo principal foi estreitada no decorrer dos anos a ponto de limitar a área polarizada, ou ainda se a existência de outras centralidades num raio próximo impede essa expansão.

Por fim, foram identificados 9 municípios com os quais Ubá obteve saldo de deslocamento pendular superior a 100 indivíduos no censo de 2010. Com esse critério foi adicionado o município de Paula Cândido à matriz de relações do município de Ubá, pois Paula Cândido não compõe o grupo de municípios sob a área de influência de Ubá em nenhum dos dois estudos do IBGE, sendo esse município parte da Microrregião Geográfica e da R. G. Imediata de Viçosa. No entanto, esse município apresentou evasão de 192 indivíduos por deslocamento pendular para Ubá no último censo demográfico. Fator que levou a inclusão desse na matriz de relações do município de Ubá.

A MRs do município de Ubá ficou composta por 19 municípios, dos quais 7 atenderam a todos os critérios considerados, entre esses quatro são municípios limítrofes (Divinésia, Visconde do Rio Branco, Guidoal e Tocantins) e os outros três, apesar da proximidade não são limítrofes (Rio Pomba, Piraúba e Guiricema).

Ao se comparar os resultados das matrizes de relações dos municípios enfocados observa-se que apesar de estarem ligadas territorialmente, não houve

³⁰ A R. G. Imediata de Ubá ficou composta por 17 municípios, mesmo número de municípios considerados na Microrregião Geográfica, porém com duas alterações. O município de Astolfo Dutra que fazia parte da Microrregião Geográfica de Ubá (1990) no estudo mais recente passou a compor a Região Geográfica Imediata de Cataguases. O município de Brás Pires que não fazia parte da microrregião de Ubá passou a integrar a R. G. Imediata de ubá.

dupla polarização de nenhum município entre as três matrizes. Nota-se ainda que a Matriz de relações mais extensa é a do município de Muriaé (21 municípios), seguida por Ubá (19 municípios) e Barbacena (17 municípios). No entanto há que se ponderar a respeito da extensão da matriz de relações do município de Muriaé, pois essa se deu em função do número de municípios que a sua Microrregião geográfica polarizava na divisão de 1990.

Nas duas divisões regionais do IBGE, em termos numéricos, observou-se que o município de Barbacena foi o único que obteve sua área ampliada entre o período que separa os dois estudos, em 1990 sua microrregião era composta por 12 municípios e em 2017 a sua R.G. Imediata foi composta por 14 municípios. O município de Ubá manteve o número de municípios sob sua influência nos dois estudos. O município de Muriaé, por sua vez, “perdeu” 7 municípios entre o estudo mais antigo e o recente.

Quanto ao critério do saldo dos deslocamentos pendulares o município de Barbacena obteve maior número de municípios (10), seguido por Ubá (9) e por último Muriaé (8). Isso significa que após a subtração dos deslocamentos com origem nesses municípios dos deslocamentos de destino cada respectivo número de municípios ainda apresentou a evasão de mais de 100 indivíduos para os enfocados. Por fim, os três municípios enfocados apresentaram o mesmo número de municípios que corresponderam aos três critérios utilizados para formação da matriz de relações (7).

Diante do exposto, a partir da análise da formação de cada matriz de relações, torna-se possível dar seguimento aos demais componentes de investigação desse trabalho. Em seguida serão analisados indicadores demográficos para observação do processo de estruturação e desenvolvimento regional dentro dessas matrizes de relações, e, por conseguinte, proceder-se-á com a análise dos deslocamentos pendulares nessas matrizes de relações.

5.2 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Barbacena (MG)

Uma vez analisada a construção de cada matriz de relações, faz-se necessário observar como se comportou ao longo dos anos a dinâmica demográfica de cada conjunto de municípios, como também identificar elementos comuns e diferenciais entre as três matrizes. Para isso foram utilizados os indicadores demográficos Taxa de crescimento anual da população (TA)³¹ e Grau de Urbanização (GU), como também dados de cunho econômico para auxiliar na interpretação das referidas taxas quando necessário. Nesse sentido, considerou-se o número de estabelecimentos locais industriais, de comércio e serviço. Para os casos de pico de crescimento ou decréscimo acentuado nas taxas também se considerou a variável de migração data fixa.

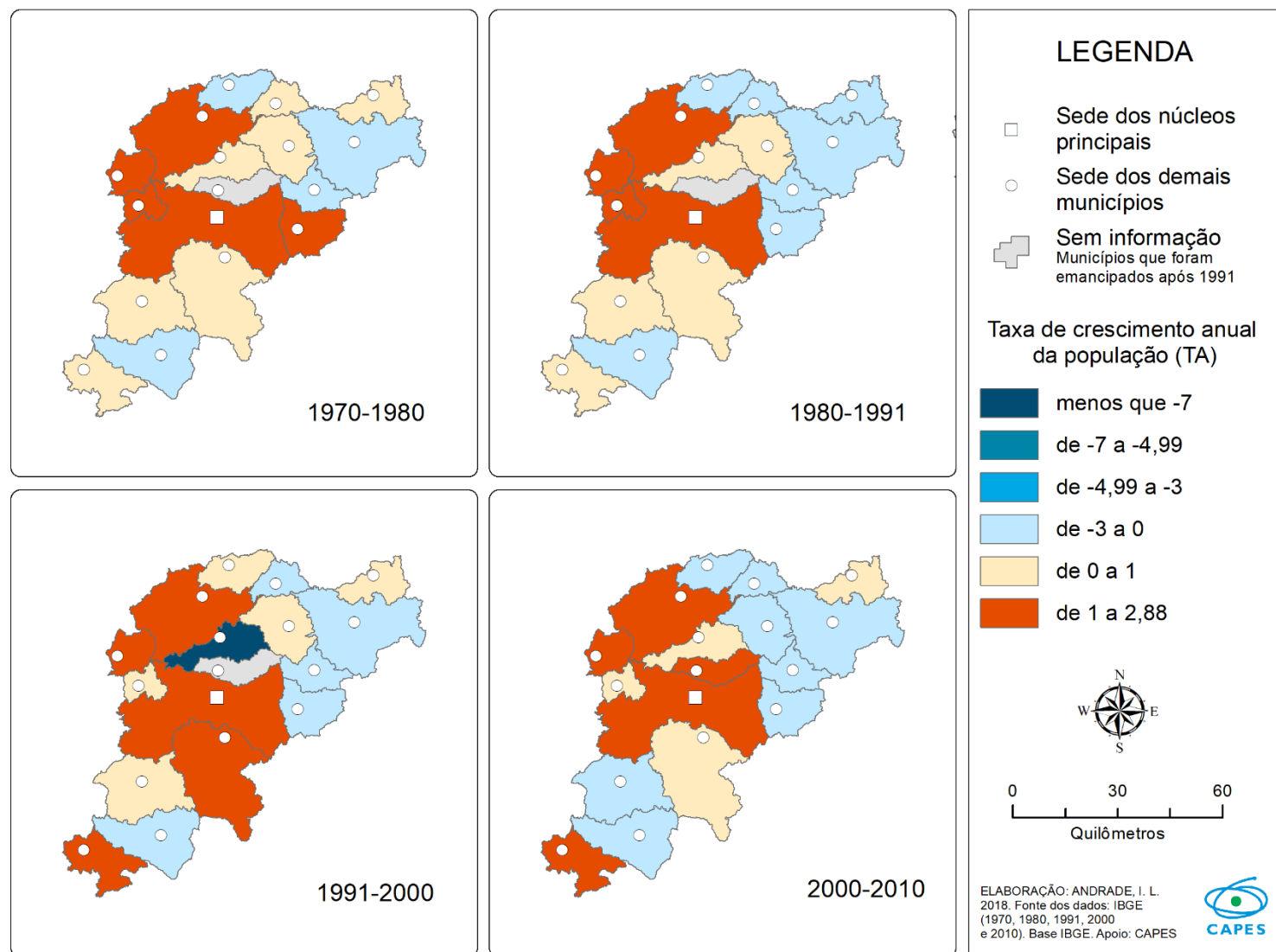
Os indicadores TA e GU foram utilizados para observação temporal do crescimento da população bem como para análise das áreas consideradas perante o processo geral de interiorização da rede urbana. Além disso, os indicadores contribuíram para o estudo do desdobramento regional da dinâmica demográfica dos municípios das matrizes de relações e seus respectivos municípios polo. Dessa forma, verificou-se se há expansão irradiante dos municípios polo para os demais, se ocorre concentração do desenvolvimento nesses ou ainda se o desenvolvimento dos municípios em suas respectivas regiões é disperso.

No cálculo da Taxa de crescimento anual da população foram utilizadas as séries históricas de população total residente dos censos demográficos correspondentes aos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Esse extenso recorte temporal foi necessário para se observar o incremento médio anual da população durante o período considerado como o de primórdio do espraiamento populacional brasileiro até o censo mais recente, 2010.

Os resultados obtidos do cálculo do indicador para cada município pertencente às matrizes de relações também foram tratados espacialmente e agrupados de acordo com a respectiva matriz de relação. Na Figura 11 é possível observar a série histórica

³¹ A descrição desse indicador foi obtida em: <http://datasus.saude.gov.br/indicadores-e-dados-basicos-idb>

Figura 11: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações de Barbacena (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2010 e 2017.

Elaborado pela autora.

de evolução das TAs referentes à matriz de relação do município de Barbacena. Nessa Figura observa-se uma tendência geral de queda nas TAs, principalmente entre os dois últimos períodos observados, com exceção do município de Alfredo Vasconcelos, o qual foi emancipado apenas em 1992 a partir de seu desmembramento do município de Ressaquinha. Nesse sentido, torna-se possível afirmar que esse processo de queda nas taxas de crescimento pode ser um reflexo de um movimento estrutural mais amplo pelo qual tem passado a população brasileira, em função da redução nas taxas de natalidade.

Ao observar o conjunto da série histórica ainda é possível notar que não há bruscas variações nas taxas ao longo de todo período, uma vez que essas variam entre as classes intermediárias (-3 e 2,88). Com exceção do município de Ressaquinha que obteve uma taxa negativa expressiva no período de 1991-2000 (-7,71), resultado relacionado ao desmembramento do município de Alfredo Vasconcelos na mesma época.

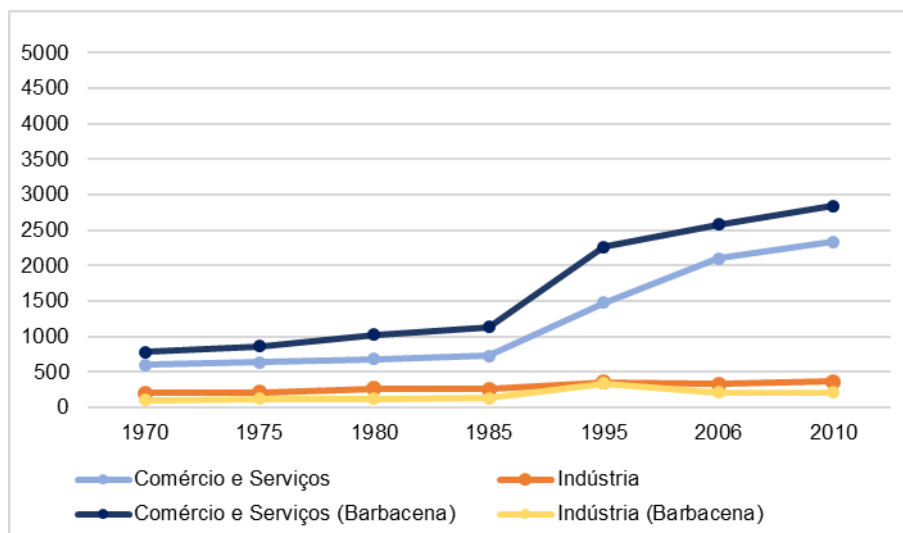
Os municípios do vetor Nordeste apresentaram em todos os períodos observados taxas positivas, variando entre a classe 0 e 1 como uma clara tendência para TAs negativas, confirmadas no quadrante correspondente ao ano de 2010. Por outro lado, é notável uma concentração de taxas positivas na porção centro-noroeste da matriz em todos os períodos, principalmente nas proximidades do município de Barbacena.

Aparentemente, ao observar a distribuição espacial das TAs dos municípios da matriz de relações de Barbacena, tem-se a impressão de que ocorreu um desenvolvimento integrado onde certamente poderia ser considerado que o progresso da cidade pelo influenciou/impulsionou o desenvolvimento dos municípios limítrofes. No entanto, no caso dos municípios de Dores de Campos e Barroso parece ocorrer em certa medida uma inversão de papéis. Pois, enquanto o setor industrial estagnou-se em Barbacena durante os anos de 1975 e 1985, esse setor se desenvolveu e se fortaleceu em Barroso e Dores de Campos.

Tal perspectiva também pode ser observada na Figura 12, que apresenta o número de unidades locais de comércio e serviço e da indústria dos municípios pertencentes essa MR em contraste com o município sede. Nessa figura é possível notar a concentração econômica no município sede em relação aos demais municípios, pois o número de unidades de comércio e serviço presentes no município

de Barbacena se demonstra superior ao montante de unidades dos demais municípios em todo o período expresso. No entanto, a quantidade de unidades locais de industriais presentes no núcleo principal se apresentou inferior ao montante das unidades dos demais municípios da MR em todo o período.

Figura 12: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Barbacena (MG), 1970 a 2010



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

Elaborado pela autora.

Dessa forma, possível assumir que atualmente o setor industrial não é a atividade representativa do município de Barbacena e sua matriz de relações, dada a relevância que o setor terciário desponta em número de unidades locais, bem como a concentração de unidades industriais em três municípios específicos. Esse resultado corrobora com pensamento de Bellet et. al³² (2015) quem considera que há uma tendência de concentração da economia no setor terciário. Lozano e Sposito (2015, p.80) também expõem que “de forma geral, os serviços foram responsáveis, durante os últimos anos, por quase 70% do PIB do país, sendo o comércio aquele que possui a maior participação 37%.”.

³² “La tendencia actual a La concentración económica em el sector de comercio y servicios es muy notoria. Se el proceso de multinacionalización de las empresas, em lo que respecta al sector industrial, era yanotable a principios de siglo XX, este pasa en el último cuartodelsiglo XX a ser también importante em el sector terciário.” (2015, p.26)

Assim, através da articulação entre os parâmetros econômicos e demográficos, percebe-se como se edificou a articulação intrarregional dos municípios ao longo dos anos, sendo possível inferir que a concentração de taxas de crescimento da população positivas esteja atreladas ao desenvolvimento das atividades econômicas na área restrita ao entorno do núcleo principal.

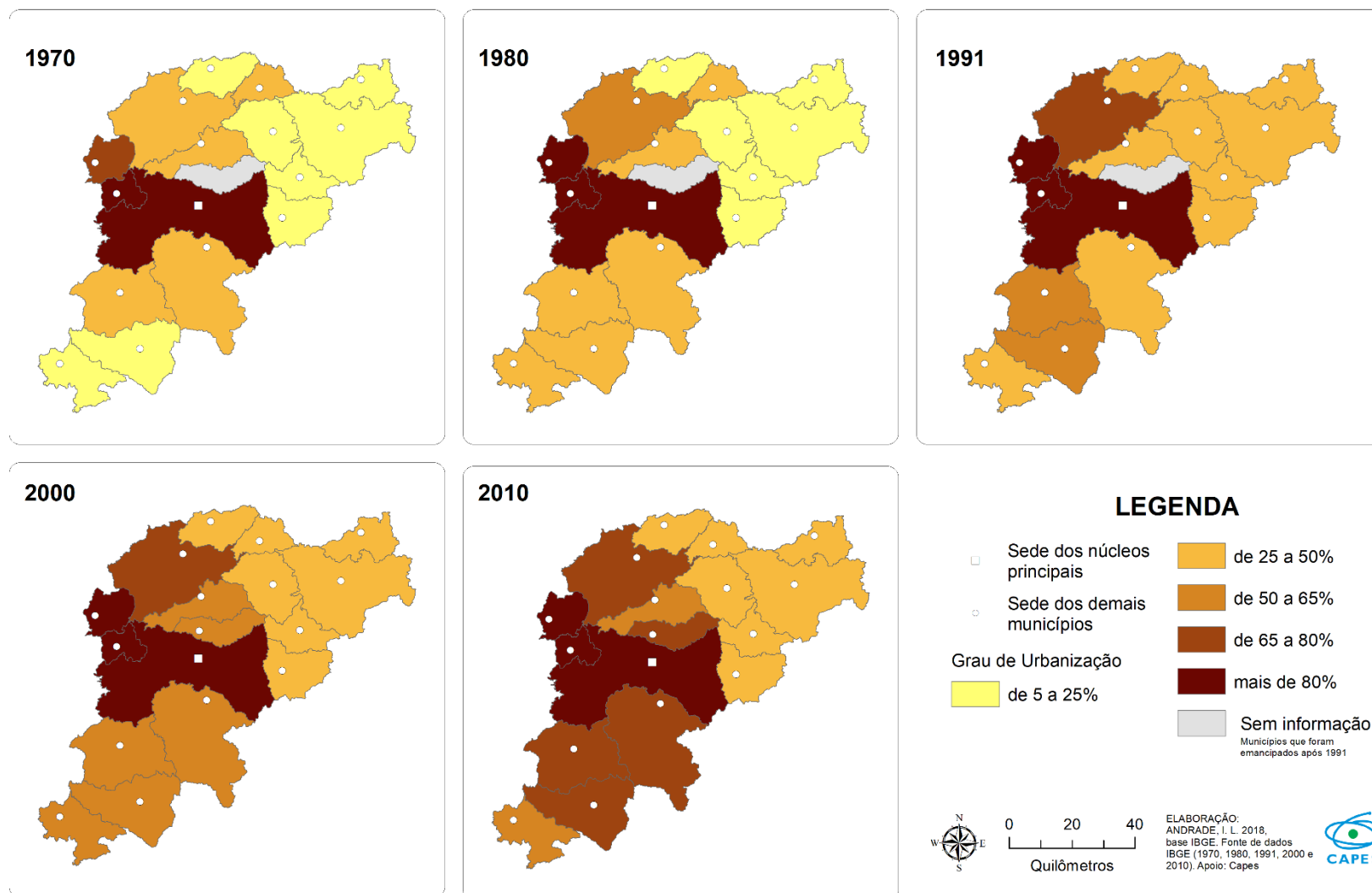
A Figura 13, também, denota de maneira geral, que os maiores Graus de Urbanização (GU) dessa MRs encontram-se concentrados na área ocupada pelos municípios de Barbacena, Barroso e Dolores de Campos durante todo o período considerado (1970-2010). O maior destaque se trata do município de Barroso apresentou, o qual apresentou GUs superiores a Barbacena e os demais municípios em todos os períodos.

Retomando a análise dos fatores econômicos (Figura 12) é possível inferir que a industrialização impulsionou, não apenas o crescimento da população absoluta, mas também o processo de urbanização nos municípios de Barroso e Dolores de Campos. Já o núcleo principal aparenta uma estagnação nas TUs entre 1970 e 1991, podendo ser este lento crescimento associado neste caso ao progresso dos municípios de Barroso e Dolores de Campos no setor industrial. O Grau de Urbanização (GU) cresce consideravelmente durante a década de 1990, período no qual houve um pico de industrialização nesses três municípios e posterior ascensão do setor terciário como atividade de crescimento de maior destaque nessa década.

Nesse sentido, é possível afirmar que o incremento do setor terciário de maneira geral foi responsável pelo incremento do Grau de Urbanização nos municípios da matriz de relações de Barbacena da década de 90 em diante.

Destarte, é importante e necessário notar que os municípios do vetor nordeste apresentaram acréscimos lentos e graduais do Grau de Urbanização em todos os períodos observados. Podendo, assim, essa estagnação da dinâmica demográfica estar atrelada a concentração do desenvolvimento econômico no entorno do município sede

Figura 13: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações s de Barbacena (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

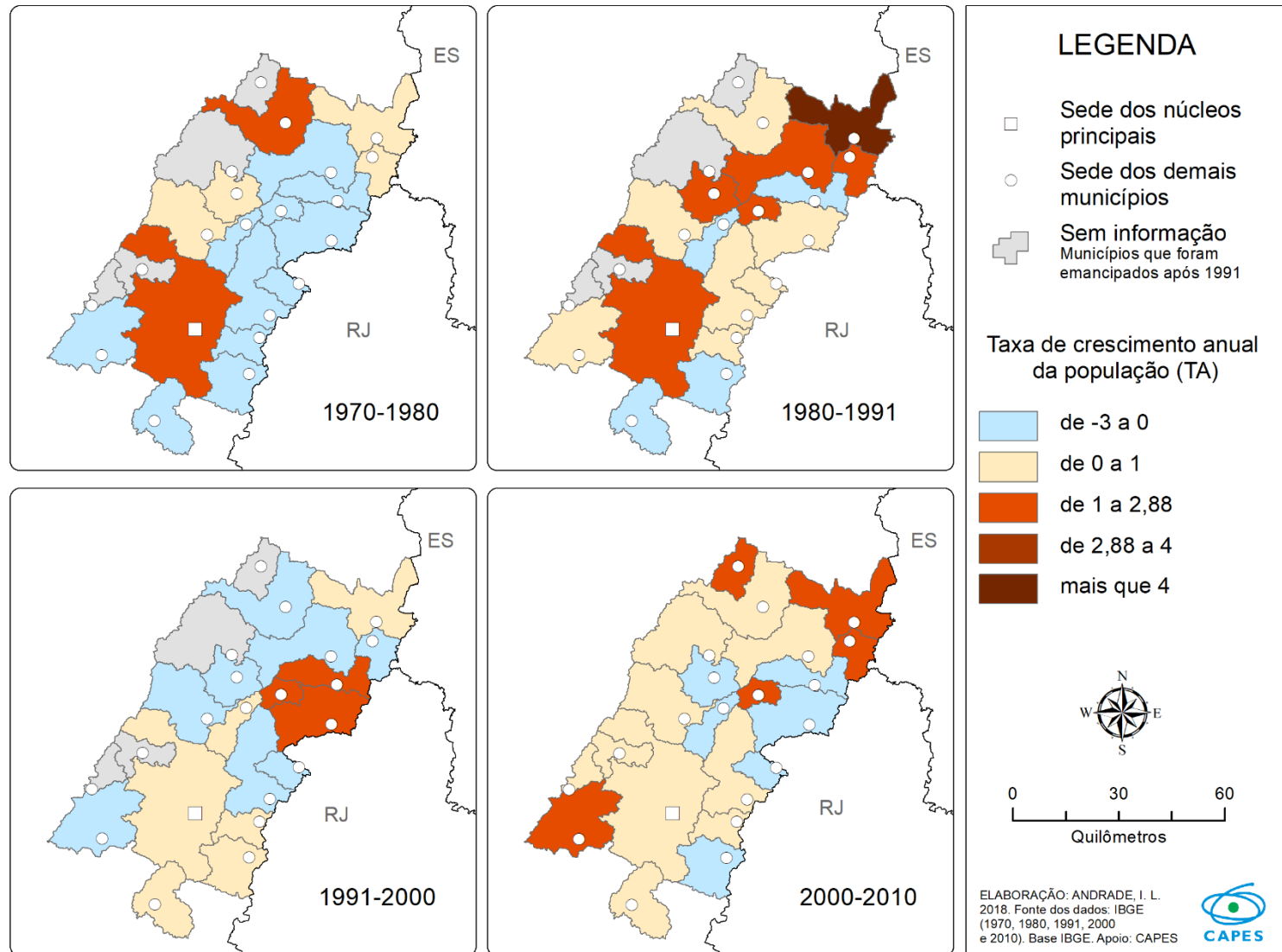
5.3 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Muriaé (MG)

Seguindo a perspectiva de análise dos parâmetros demográficos e econômicos da matriz anterior, serão explorados, nesse momento, os indicadores de Taxa de Crescimento Anual da População (TA) e Grau de Urbanização dos municípios pertencentes à matriz de relações de Muriaé no período de 1970 a 2010. Observa-se na Figura 14³³, de maneira geral, que parece haver um movimento contrário ao padrão esperado de decréscimo nas taxas de crescimento da população, pois nos dois últimos períodos a maior parte dos municípios apresentaram taxas positivas.

Com semelhante propósito, Augusto (2007) observou que a Microrregião de Muriaé passou a apresentar um saldo migratório positivo no quinquênio 1995/2000, sendo os imigrantes desse período provenientes principalmente dos estados da região sudeste com predominância do estado do Rio de Janeiro. Já nos dois quinquênios anteriores o autor observou saldos migratórios negativos para essa microrregião. Nesse sentido, ao que tudo indica, a concentração de baixas e/ou negativas taxas de crescimento populacional nos primeiros períodos pode estar relacionada à emigração dos indivíduos em decorrência do baixo dinamismo econômico dessa área, além de a maioria dos municípios serem por essência com pequeno contingente populacional o que dificulta ainda mais as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

³³ Os municípios nominados como “sem informação” são aqueles que eram considerados como distritos de outros municípios. Essa questão pode ser observada nos três primeiros quadrantes, nos quais quatro dos vinte e um municípios pertencentes à matriz de relações de Muriaé obtiveram emancipação apenas durante a década de 1990. (São Sebastião da Vargem Alegre, Rosário da Limeira, Fervedouro e Orizânia).

Figura 14: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações de Muriaé (MG) de 1970 a 2010



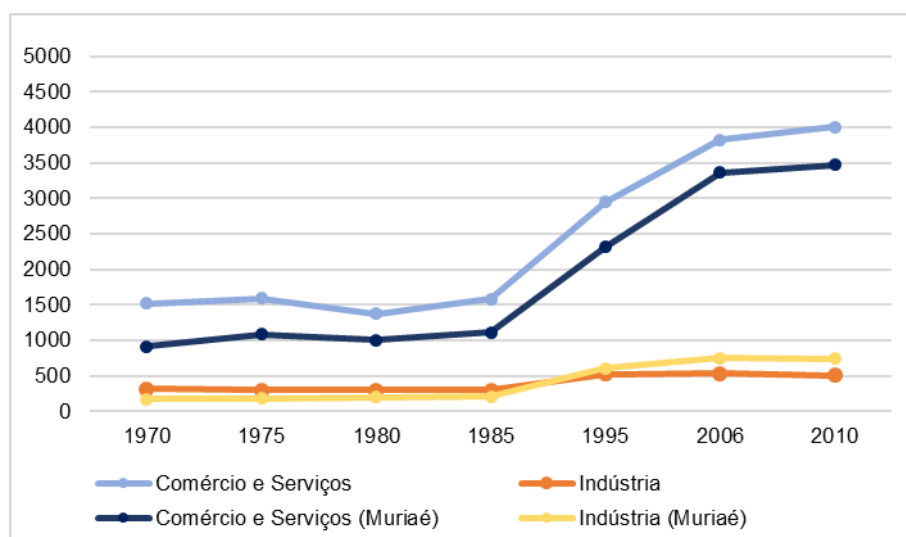
Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2010.

Elaborado pela autora.

A observação do número de unidades locais industriais e de comércio e serviços (IBGE e IPEA, 1970 a 2010) ajuda a compreender a interpretação observada anteriormente, uma vez que toda a matriz de relações de Muriaé apresentou baixos e constantes números de unidades locais em ambos os setores até o ano de 1985, conforme a Figura 15. O número de unidades de ambos os setores se desenvolve com maior expressividade apenas durante a década de 1990, logo, as taxas de crescimento da população positivas no último período (2000-2010) provavelmente estejam relacionadas ao desenvolvimento econômico iniciado durante a década de 1990.

Ao somar as unidades locais de indústria de todos os municípios nota-se que esse setor dobrou em número de unidades no período de 1985 a 1995. No entanto, ao desagregar por município observou-se que 54% dessas unidades estavam concentradas no município de Muriaé no ano de 1985, perspectiva constante também nos anos seguintes, chegando a quase 60% no ano de 2010. Todavia, há uma estagnação no setor industrial dessa matriz após o pico de crescimento entre os anos de 1985 e 1995, de forma que não foi observado crescimento expressivo após esse período.

Figura 15: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Muriaé (MG), 1970 a 2010



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

Elaborado pela autora.

No que se refere ao número de unidades locais de comércio e serviços é possível afirmar que o setor cresceu de forma acelerada entre os anos 1985 a 2006. No entanto, entre os dois últimos períodos parece ocorrer uma estagnação no crescimento do setor.

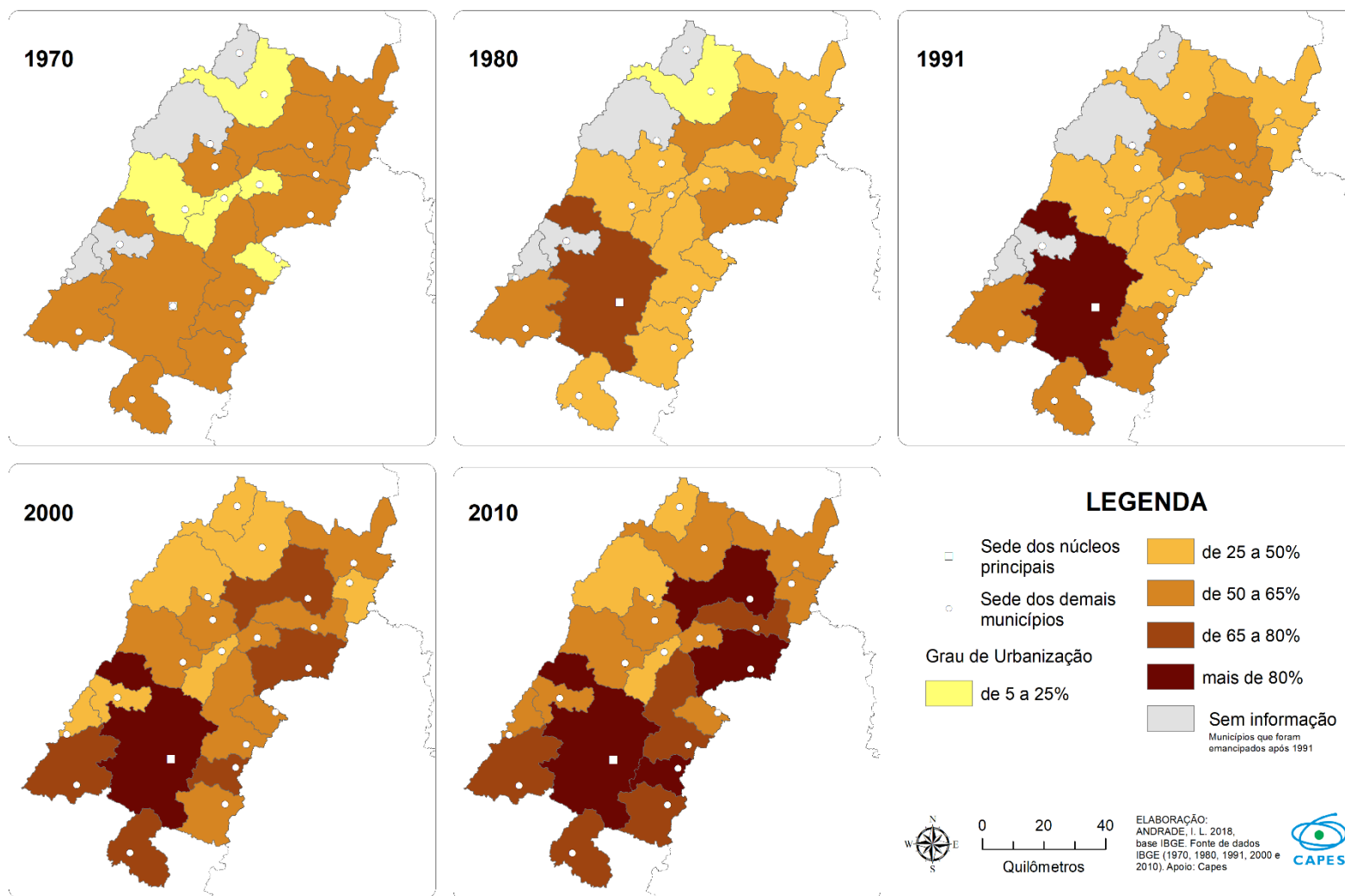
Diante do exposto, afirma-se que o panorama inverso à expectativa geral de redução nas TAs esteja relacionado ao fomento econômico ocorrido nos municípios pertencentes a essa matriz de relações a partir da década de 1990. Esse crescimento pode ter ocasionado a fixação e atração de população em função do incremento das oportunidades.

O indicador do Grau de Urbanização (GU) que se encontra representado na Figura 16, complementa as perspectivas observadas na análise do indicador da TA. Assim, pode-se observar no quadrante referente ao ano de 1970 que a maior parte dos municípios da matriz de relações de Muriaé apresentaram GUs inferiores a 50. Nesse mesmo ano, apenas os municípios de Carangola (52,06%) e o de Muriaé (64,20%) apresentaram graus superiores a 50%.

Em seguida, no quadrante que representa o GU do ano de 1980, nota-se que o município sede passa a se destacar dos demais com Grau de Urbanização de 78%. Nos demais municípios, por outro lado, não há significativas alterações em relação ao período anterior. No ano de 1991, por sua vez, pode-se observar o início da concentração do desenvolvimento de áreas urbanas nos municípios em dois vetores próximos que aparentam desenvolver-se de forma desintegrada, quais sejam, o vetor de Muriaé na porção sudoeste e o vetor de Carangola na direção nordeste.

Por conseguinte, observa-se uma redução no ritmo de crescimento urbano do município sede entre os anos 2000 e 2010, pois Muriaé atingiu um GU de 92,52% em 2010, valor pouco superior ao alcançado no ano de 2000. Nesse sentido, é possível inferir que o desenvolvimento dos municípios do entorno esteja relacionado a esse processo de estagnação, tendo em vista que nos períodos anteriores o GU desses foi aos poucos se aproximando do núcleo principal.

Figura 16: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações s de Muriaé (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

A partir dessa interpretação cabe ressaltar o desenvolvimento do setor de confecções nesse período, como favorável fator ao desenvolvimento da economia nessa região. No outrora mencionado “Polo da Moda de Muriaé”, inaugurado em 2005, foram incluídos os municípios de Laranjal, Eugenópolis, Mirai, Patrocínio de Muriaé e Recreio. Além disso, outro fator importante a se levar em consideração é o espraiamento do setor terciário do ano de 1995 em diante que pode ter acarretado além da fixação da população o aumento na população em área urbana. No vetor nordeste, por sua vez, há emergência de uma nova centralidade aparentemente liderada pelo município de Carangola.

Destarte, infere-se que os municípios da MRs de Muriaé acompanham de forma tímida o padrão esperado de intensificação da urbanização no interior do país. A dinâmica da população e o desenvolvimento da rede urbana nessa matriz de relações demonstra ter enfrentado barreiras econômicas, pois o desenvolvimento econômico alcançou maior expressividade a partir de 1985, consolidando-se apenas em meados da década de 1990, com uma grande concentração no município sede, que se espraiou aos poucos para os municípios limítrofes.

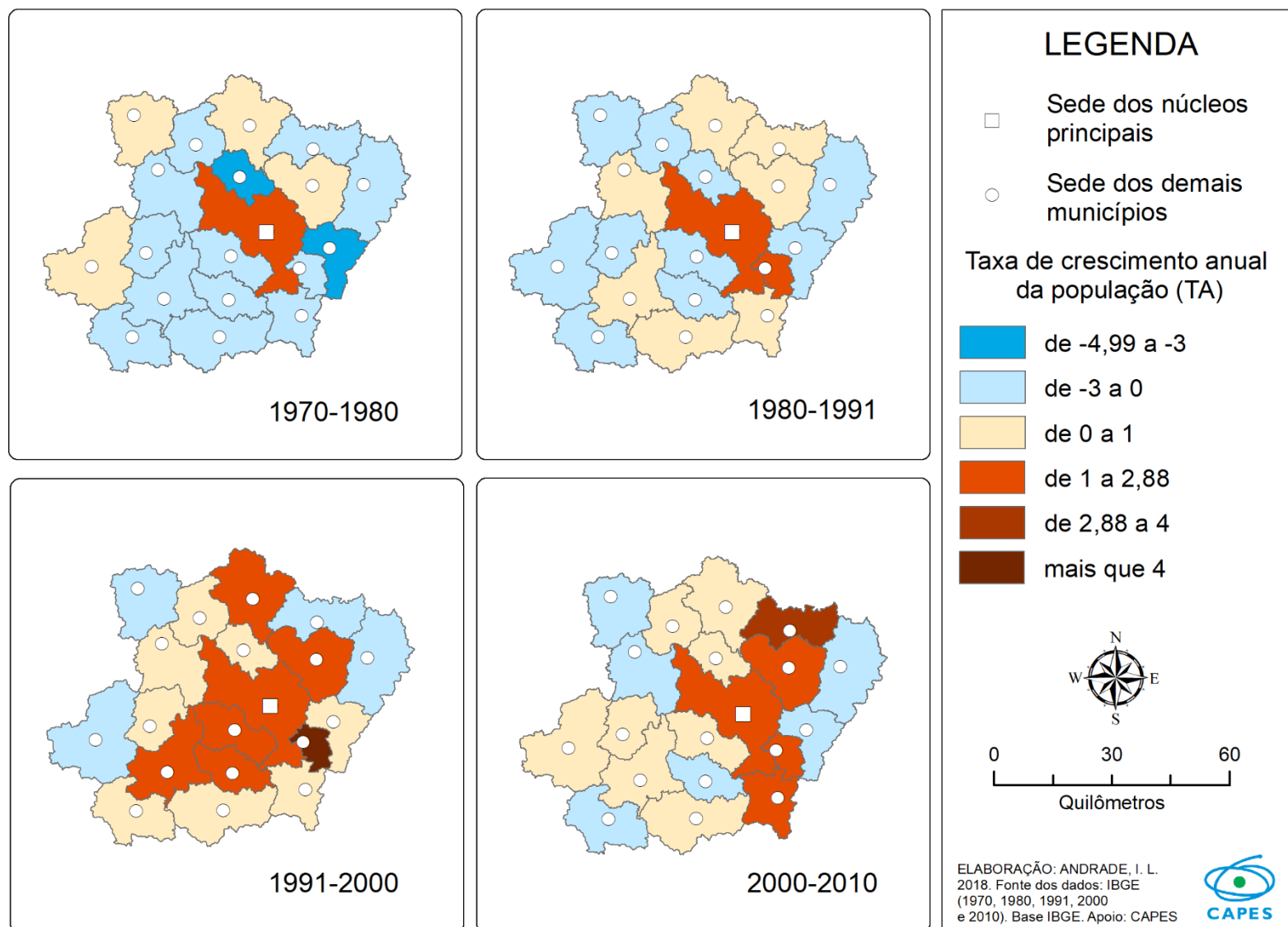
Nesse sentido, o município núcleo, ao mesmo tempo em que expressa as características das atividades de sua região, também passa a contribuir para o desenvolvimento dessas à medida que o crescimento econômico parece alcançar um limite no município sede.

5.4 Parâmetros demográficos para caracterização da matriz de relações do município de Ubá (MG)

Conforme a Figura 17, entre 1970 a 2010, nota-se a formação de um eixo de concentração do crescimento demográfico, no qual o município de Ubá ocupa o centro entre os municípios de Rodeiro e Astolfo Dutra no sentido Sul e São Geraldo e Visconde do Rio Branco no Norte.

Nessa matriz observa-se, como em Muriaé, uma inversão das taxas de crescimento da população fora da perspectiva que se espera de queda ao longo dos anos, pois nos dois últimos períodos há predominância de taxas positivas. A ocorrência dessa perspectiva, que contraria o aguardado como tendência, ocorreu em

Figura 17: Taxa de crescimento anual da população dos municípios da matriz de relações s de Ubá (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

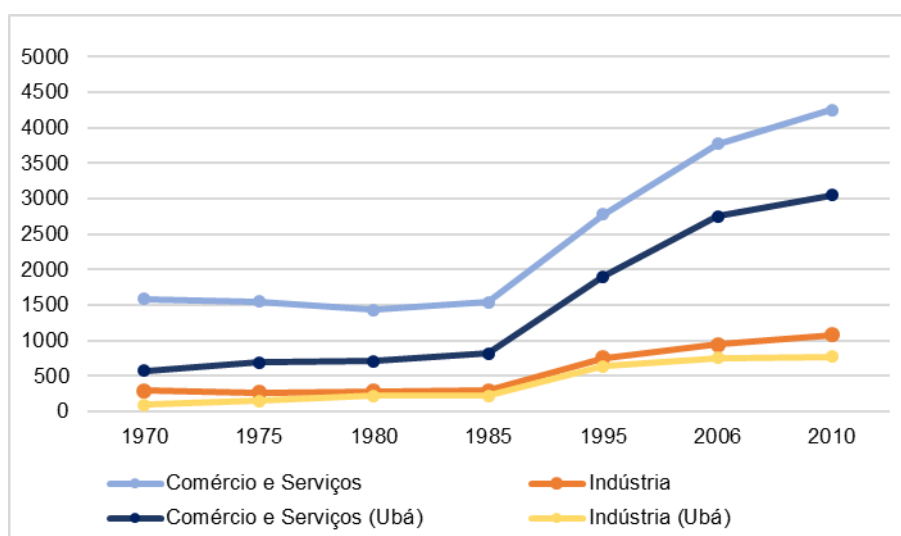
Elaborado pela autora

função do fluxo migratório absorvido pelos municípios dessa matriz de relações nos períodos mais recentes que continuou refletindo na dinâmica demográfica.

É importante recordar que o período de maior crescimento dos municípios dessa matriz de relações coincide com o momento em que o país passava por uma expansão da rede urbana para o interior do país em função da superlotação das metrópoles, o que possibilitou a formação de novas centralidades. Assim, os indicadores econômicos e do Grau de Urbanização a serem considerados a seguir visam complementar tais evidências para a hipótese sondada.

Na Figura 18 nota-se, de forma geral, que o período compreendido entre os anos de 1970 e 1985 apresentou lenta evolução no número de unidades locais industriais e de comércio e serviços. Por outro lado, entre os anos de 1985 a 1995 verifica-se um divisor de águas no desenvolvimento de ambos os setores, visto que no setor terciário há um acréscimo de 2323 unidades e no setor industrial ocorre um incremento de 873 unidades, nessa matriz como um todo. No período de 1995 a 2010 é possível inferir que apesar do setor terciário estar seguindo um caminho de liderança na economia a presença do setor industrial ainda é muito marcante nessa matriz de relações.

Figura 18: Atividades econômicas dos municípios da matriz de relações de Ubá (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IPEA/ IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006, 2010 e 2015.

Elaborado pela autora.

Cabe aqui fazer menção ao contingente migratório recebido pelos municípios dessa matriz de relações durante a década de 1990 e 2000, pois o período de maior acréscimo no número de unidades locais industriais e de comércio e serviços nessa matriz de relações coincide com esse período de prosperidade econômica. Dessa forma, pode-se afirmar que esse período foi decisivo para o futuro desses municípios.

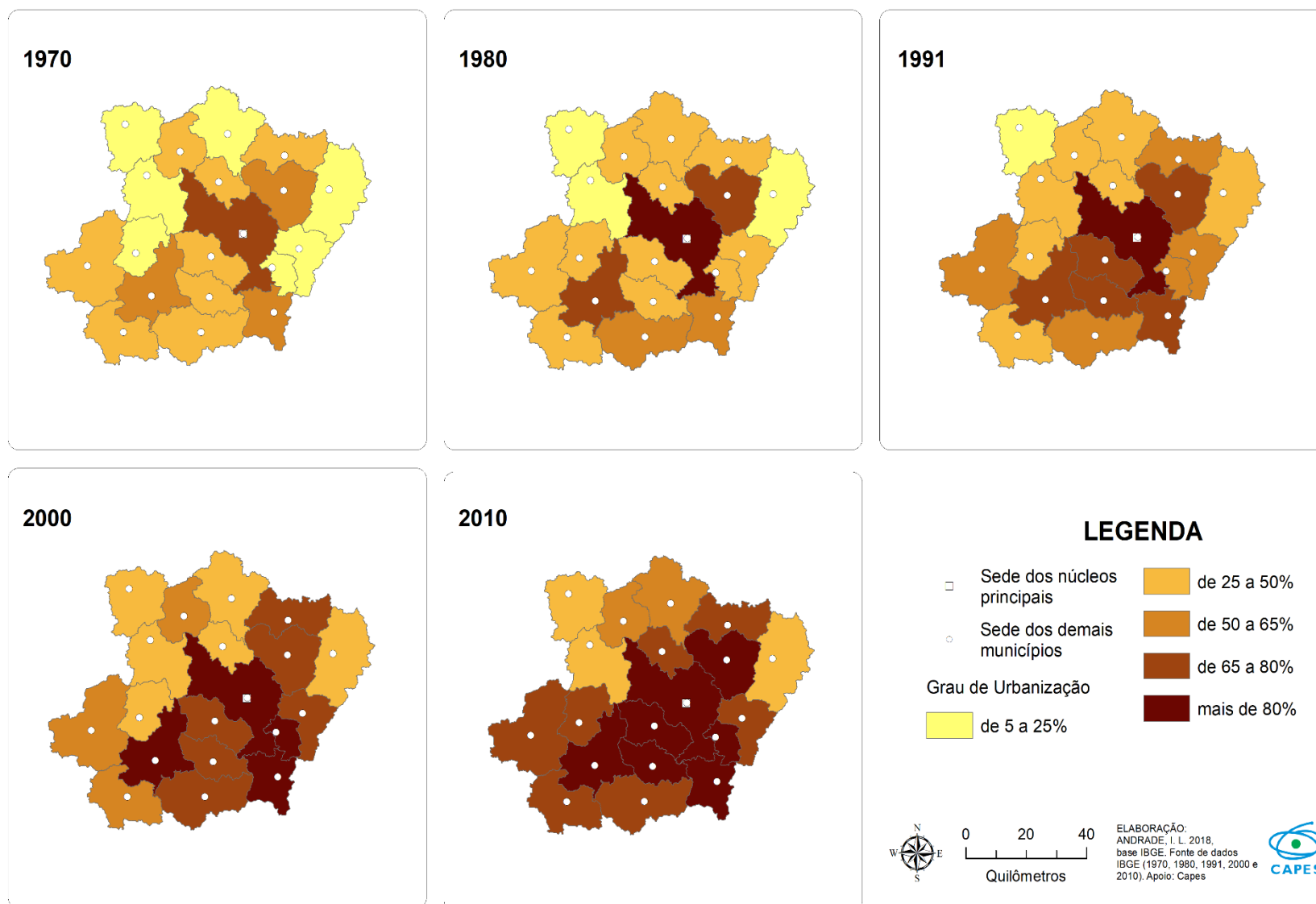
Os reflexos das TAs e da evolução econômica do município também podem ser observados na evolução do Grau de Urbanização dos municípios pertencentes a essa matriz de relações.

Na Figura 19, no ano de 1970, percebe-se que a maior parte dos municípios apresentaram GU incipiente, e, ainda a concentração urbana era praticamente restrita ao município de Ubá. Perspectiva que se assemelha a observada nas taxas de crescimento anual da população no mesmo período, as quais foram negativas para maior parte dos municípios.

O município de Ubá alcançou um Grau de Urbanização superior a 80% no ano de 1980 e continuou sendo o município com maior expressividade no crescimento urbano em sua MRs. Nesse mesmo período, apesar dos avanços dos municípios de Visconde do Rio Branco, Rio Pomba, Astolfo Dutra e Guarani, a maior parte manteve GU inferiores a 50% no ano de 1980. Nesse sentido, cabe assinalar que no referido ano esses cinco municípios juntos concentravam 71% das unidades locais industriais e 68% das unidades de comércio e serviços, atividades essas, capazes de influenciar na dinâmica da populacional e impulsionar o desenvolvimento das áreas urbanas.

A definição de uma área de concentração de significativas GUs no entorno imediato do município de Ubá já pode ser observada no quadrante referente ao ano de 1991. Porém, nota-se uma estagnação do GU do município núcleo nesse período, o que pode ter beneficiado os municípios que lhe são tributários. Assim sendo, esses resultados denotam que no ano de 1991 apenas a metade dos municípios apresentavam GU inferior a 50% relevando uma tendência gradual de concentração populacional na área urbana dos municípios. No ano de 2000, por outro lado, é possível verificar que a maior parte dos municípios manifestaram GUs superiores a 50% demonstrando a urbanização como um fenômeno mais emergente nesse período.

Figura 19: Grau de Urbanização dos municípios da matriz de relações de Ubá (MG) de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Em 2010 a maior parte dos municípios apresentaram expressivas evoluções. Uma vez que, 16 dos 19 municípios revelaram Grau de Urbanização superior a 65%. Identificou-se também a existência de uma clara concentração de municípios mais urbanizados no entorno imediato de Ubá. Essa área de concentração, composta por 7 municípios, também aglomera 80% de todas as unidades locais industriais e de comércio e serviço no ano de 2010. Nesse sentido, pode-se inferir que a ampliação das atividades desenvolvidas por esses municípios acarretou numa mudança da dinâmica demográfica no que tange a situação de residência da população.

A partir da análise das Taxas de crescimento anual da população e do Grau de Urbanização o ao longo dos anos em conjunto com o indicador econômico é possível observar dois movimentos entre os municípios dessa matriz de relações. Num primeiro momento o desenvolvimento de Ubá ocorre por meio de uma relação inversa com as cidades que lhes são tributárias. Num segundo momento quando o crescimento econômico parece estabilizar, ou até mesmo alcançar um limite de crescimento nos limites desse município é possível observar um desenvolvimento para fora do município centralizador. Dado o crescimento das cidades pequenas que lhes são tributárias. Outro fator importante a ser observado é que apesar de serem municípios de baixo contingente populacional, o Grau de Urbanização observado demonstra que nessa matriz de relações os municípios correspondem à perspectiva esperada de interiorização da rede urbana.

Por conseguinte, com a análise da construção das três matrizes bem como dos indicadores de caracterização demográfica e econômica, serão apontadas observações acerca das semelhanças e diferenças entre elas.

Assim sendo, notou-se que as Taxas de crescimento anual população (TA) dos municípios da MRs de Barbacena demonstraram, de maneira geral, que seguem a tendência de queda ao longo dos anos de 1970 e 2010, sendo essa a única matriz entre as três a apresentar esse padrão de forma mais concisa. No que tange ao desenvolvimento econômico, evidenciou-se uma concentração em três municípios, panorama que denota significativa desigualdade entre os demais, principalmente no que concerne ao setor industrial que apesar de ter apresentado relativo crescimento durante a década de 90, estagnou-se e cedeu espaço para o desenvolvimento do setor terciário.

Ainda assim, no ano de 2010, os resultados obtidos para o indicador de Grau de Urbanização também revelaram desigualdade entre os municípios, uma vez que 7 deles apresentaram GU inferior a 50%, e, apenas três dos 17 apresentaram acima de 80%, os quais se encontravam nesse intervalo desde o ano 1980, resultado que confirma a relativa estagnação no desenvolvimento urbano desses municípios. Essa matriz, ainda se revelou como a de menor dinamismo econômico entre as três consideradas.

Os municípios da MR de Muriaé, por outro lado, apresentaram crescimento demográfico positivo a partir do ano de 1991. O ocorrido pode ser relacionado ao desenvolvimento mais incisivo dos setores da economia durante a década de 1990 que pode ter acarretado maior atratividade para fixação de população.

Situação semelhante aconteceu com a MRs de Ubá, no entanto com proporções de crescimento mais expressivas, visto que no ano de 2010 apenas 4 municípios, da matriz de Muriaé, apresentaram taxas de urbanização superiores a 80%.

Além desses fatores é necessário que se considere o notável peso que a migração adquiriu no crescimento desses municípios. Esse cenário reafirma a característica de área de expulsão de população que perdurou no estado de Minas Gerais por muitas décadas. Esse estado, junto à região Nordeste, foi considerado como “o celeiro de mão de obra nacional” que alimentava o parque industrial de São Paulo. LOBO, C. et al (2018) observou que a partir da década de 1980 ocorre um arrefecimento no volume de emigrantes e o aumento do número de emigrantes no estado de Minas Gerais que se configurou num processo contínuo até o censo de 2010. Além disso, para os autores esse processo denota o reflexo não apenas da migração de retorno dos mineiros como também a migração de indivíduos nascidos em outras unidades da federação que se mudaram em função da ampliação das oportunidades de trabalho.

Ainda com relação à MRs de Muriaé há uma notória fragmentação nessa matriz, já que foi observada a emergência do município de Carangola como uma nova centralidade desligada territorialmente e possivelmente economicamente do núcleo principal.

Na MRs de Ubá, durante a década de 1990, observou-se significativa expansão econômica continuada durante a década de 2000. Notou-se que o setor industrial foi e continuou sendo muito importante para o desenvolvimento dessa matriz como um todo, mesmo que o setor terciário comece a ganhar lugar, principalmente nos municípios onde o setor industrial parece ter alcançado um limite de desenvolvimento.

Além disso, ocorre nitidamente um desenvolvimento regional integrado entre Ubá e os municípios que lhe são tributários, diferente do observado nas outras matrizes. Essa perspectiva apareceu de forma evidente na análise de todos os indicadores, confirmando-se no último período analisado, em que a maior parte dos municípios dessa matriz apresentou Grau de Urbanização superior a 80%. No mesmo ano, foram registradas 7300 unidades comerciais e de serviços nessa matriz, e 1852 unidades industriais, fazendo o setor industrial mais volumoso entre as três MRs consideradas na presente pesquisa.

A MRs do município de Ubá foi a única que não apresentou a criação de novos municípios durante todo o período observado, fator que pode ter contribuído para estabilidade no desenvolvimento regional. Outra especificidade interessante de ser mencionada trata-se da localização de Ubá em relação a Barbacena e Muriaé, pois, apesar de esses dois estarem mais bem localizados³⁴ espacialmente, o desenvolvimento regional da MR de Ubá revelou-se mais expressivo.

Ainda é possível inferir acerca centralidade observada nos núcleos principais, apesar de suas especificidades elencadas. Primeiro, por se localizarem em regiões onde quase todos os municípios possuem contingente populacional muito aquém do observado no município sede, principal fator que denota a capacidade de retenção populacional por parte desses municípios. Em segundo, está a capacidade observada de ofertar bens e serviços, de acordo com o número de unidades comerciais, de serviço e indústrias presentes nos municípios sede dessas MRs, assim como é possível levantar como a hipótese a capacidade desses núcleos em ofertar postos de trabalho³⁵.

³⁴ Esses municípios serem cortados por duas importantíssimas rodovias federais como a BR 040, e a BR 116.

³⁵ Essa perspectiva será verificada através da observação da população residente ocupada segundo grupos do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) nos censos demográficos de 2000 e 2010.

Destarte, de acordo com as evidências apresentadas pelo indicador do Grau de Urbanização, no qual os municípios sede destacaram-se dos demais na maior parte dos períodos considerados, é possível também inferir que a concentração urbana se apresenta um condicionante do papel central exercido por esses municípios e isso não há como negligenciar.

Assim, a análise dos dados relativos à mobilidade pendular possibilitará a complementação das impressões encontradas no presente momento, pois a existência da pendularidade demonstra-se como um indicador possível para evidenciar os papéis de centralidade exercidos pelos núcleos urbanos à medida que esse indicador contabiliza os indivíduos que se deslocam por motivo de trabalho e/ou estudo.

6. Caracterização dos núcleos principais enquanto cidades médias através da utilização dos deslocamentos pendulares

O caminho percorrido até aqui foi de fundamental importância para compreensão da estruturação regional das três matrizes de relações como também para a observação do papel desempenhado pelos municípios. Dessa forma, a análise dos dados referentes a mobilidade pendular apresenta-se com o objetivo de compreender a organização das ligações entre esses núcleos, além de investigar a maneira que esse processo pode contribuir como provável indicador na caracterização desses municípios enquanto centros de articulação urbana que exercem o papel de cidades médias nas áreas nas quais estão inseridos.

Numa análise preliminar, constatou-se que 8,5 mil indivíduos era o número de residentes na MR de Barbacena que se deslocava com regularidade por motivo de trabalho e/ou estudo no ano de 2000. Desse contingente 3 mil casos correspondiam a movimentos pendulares com origem e destino nos municípios internos a essa matriz, dos quais 34,4% destinavam-se ao núcleo principal. Por outro lado, no ano de 2010, observou-se que o contingente total de pendulares cresceu para 15,4 mil indivíduos, número que representava 7,65% da população em idade ativa dessa MR.

Em comparação, Lobo et al. (2017), observou um percentual de pendularidade que "correspondia a aproximadamente 11% da população" da Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2010. Resguardadas as devidas especificidades regionais e

escalares, a mobilidade pendular vem se tornando um importante componente na dinâmica regional dos municípios da MR de Barbacena.

Conforme a Tabela 7, observa-se que a razão entre os deslocamentos internos e externos (Inter/Exter) no ano de 2000, indica baixa conectividade entre os municípios, visto que, nesses casos, a maior parte dos núcleos apresentaram razões inferiores a 1. Dessa forma, a dispersão da pendularidade para áreas externas é clara nessa análise, uma vez observada a parcela da população que busca oportunidades em municípios fora da MR, o que pode denotar, de certa forma, baixa dinamicidade econômica interna. No entanto, em 2010, o resultado demonstra aumento da integração entre os municípios uma vez que o número de ligações entre eles se ampliou ligeiramente. Já a capacidade de retenção dos fluxos por parte do núcleo principal cresceu muito pouco entre os períodos observados, pois a diferença entre os anos de 2000 e 2010 ficou no entorno de 3,5%.

No que diz respeito ao peso relativo dos deslocamentos pendulares sobre a população em idade ativa residente (Saídas/PIA), observou-se que 10 dos 14 municípios apresentaram pesos superiores a 5%, no ano de 2000. O município de Antônio Carlos apresentou o mais significativo peso (12,67%), valor próximo ao encontrado por Frey e Dota (2013) ao analisarem municípios de portes demográficos consideravelmente superior como Arthur Nogueira, Cosmópolis e Valinhos, na RM de Campinas, São Paulo. Nesse sentido, o resultado denota que, apesar do pequeno porte demográfico apresentado pelos municípios, a pendularidade configurava uma necessidade da população de se deslocar na busca de trabalho e/ou estudo dos respectivos locais de residência.

No ano de 2010, por sua vez, observa-se aumento do peso relativo, onde o município de Alfredo Vasconcelos (18,88%) apresentou o peso de maior relevância. Valores semelhantes também foram observados por Frey e Dota (2013) ao realizarem o mesmo tipo de cálculo para municípios da RMC, o que pode se tornar um indicativo de que a mobilidade pendular, aos poucos, torna-se um fenômeno mais amplo em cidades de porte demográfico diferente das regiões metropolitanas. O aumento dos fluxos, principalmente nesses municípios de pequeno porte demográfico, pode ser capaz de demonstrar a carência em oportunidades de emprego e estudo nessas áreas.

Tabela 7: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Barbacena (2000 e 2010)

Indicadores de pendularidade: Municípios da MR de Barbacena 2000 e 2010 (mobilidade, interações e peso)						
Município	Mobilidade (Inter/Exter)		Interações com o Núcleo Principal (Saídas para NP/Total de saídas)		Peso relativo (Saídas/ PIA)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alfredo Vasconcelos	4,09	8,18	0,64	0,77	9,71	18,88
Alto Rio Doce	0,17	0,36	0,10	0,24	9,24	7,32
Antônio Carlos	5,08	5,21	0,82	0,83	12,67	17,62
Barbacena	0,21	0,28			3,29	4,41
Barroso	0,55	0,96	0,17	0,22	6,25	13,67
Capela Nova	0,14	0,42	0,11	0,17	6,94	8,66
Caranaíba	0,39	0,29	0,19	0,08	5,68	11,96
Carandaí	0,58	0,34	0,29	0,18	3,55	11,87
Cipotânea	0,59	0,30	0,13	0,14	5,04	10,96
Desterro do melo	1,33	2,29	0,49	0,55	1,51	4,71
Dores de Campos	0,98	0,90	0,25	0,31	3,09	4,65
Ibertioga	1,74	3,03	0,52	0,60	2,58	6,27
Ressaquinha	2,54	2,22	0,44	0,43	7,37	10,86
Santa Bárbara do Tugúrio	0,94	3,25	0,48	0,71	5,24	8,97
Santa Rita de Ibitipoca	0,88	1,36	0,47	0,42	2,19	5,69
Santana do Garambéu	0,14	1,15	0,13	0,47	2,24	9,61
Senhora dos Remédios	0,45	0,90	0,19	0,29	8,42	8,84
Mediana	0,59	0,96	0,27	0,37	5,24	8,97
% (Total)	35,69	42,49	34,48	37,97	4,84	7,65

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Na MR de Muriaé, observou-se que a mobilidade pendular englobava um total de 6,8 mil indivíduos residentes em 2000. Esse contingente correspondia apenas a 3,5% de toda população em idade ativa. É possível notar, como em Lobo et al. (2017), que os municípios com maior contingente populacional revelaram os maiores fluxos de deslocamento, como Muriaé (2,2 mil) e Carangola (819).

Em 2010, os indivíduos pendulares correspondiam a 5,6% de toda a população nessa mesma faixa etária, uma vez que o fluxo de pendularidade quase dobrou.

Na Tabela 8, ao analisar a razão entre os deslocamentos internos e externos constata-se que 70% dos municípios apresentaram razão inferior a 1, demonstrando o baixo grau de interação dessa matriz em 2000. Porém, acerca do resultado obtido para 2010, pode-se inferir que há uma melhoria na integração regional visto que a metade dos municípios apresentaram razões superiores a 1. Essa perspectiva também pode ser observada na porcentagem de deslocamentos internos, pois no ano de 2010 esses configuravam quase 40% da pendularidade. Essa perspectiva apresenta-se, *a priori*, enquanto reflexo do progresso econômico observado nos municípios dessa MR a partir da década de 1990 com maior estruturação durante 2000, principalmente no núcleo principal. Além disso, a interiorização do ensino superior também se apresenta como variável nesse incremento da mobilidade populacional, uma vez que o Centro Universitário UNIFAMINAS como também o Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IFET) foram instalados nessa mesma época no município de Muriaé.

Essas questões também refletiram nas interações com o núcleo principal, pois, no ano de 2000 apenas 15,72% dos deslocamentos tinham como destino Muriaé, mas na década seguinte houve relativo acréscimo no volume na proporção de pendulares que trabalhavam e/ou estudavam nesse município (21,5%). Além disso, o município sede continua sendo aquele a receber o maior contingente quando comparado aos demais municípios de sua MR.

Tabela 8: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Muriaé (2000 e 2010)

Indicadores de pendularidade: Municípios da MR de Muriaé 2000 e 2010 (mobilidade, interações e peso)						
Município	Mobilidade (Inter/Exter)		Interações com o Núcleo Principal (Saídas para NP/Total de saídas)		Peso relativo (saídas/ PIA)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Antônio Prado de Minas	0,74	0,86	0,11	0,15	8,59	11,80
Barão de Monte Alto	0,72	2,58	0,26	0,56	10,67	7,07
Caiana	5,79	1,05	0,00	0,00	4,17	10,54
Carangola	0,44	0,44	0,05	0,07	3,49	3,57
Divino	0,29	0,90	0,05	0,16	1,13	3,04
Espera Feliz	0,35	0,52	0,00	0,06	2,74	6,90
Eugenópolis	1,47	1,15	0,41	0,36	6,76	7,72
Faria Lemos	1,78	2,87	0,00	0,02	9,00	9,89
Fervedouro	2,07	4,84	0,17	0,18	1,34	3,46
Laranjal	0,14	0,56	0,12	0,34	3,54	9,29
Miradouro	0,95	2,44	0,29	0,60	3,68	6,76
Mirai	0,19	0,25	0,11	0,13	4,13	11,83
Muriaé	0,15	0,25	0,00	0,00	3,31	3,25
Orizânia	0,00	0,32	0,00	0,05	0,21	4,00
Patrocínio do Muriaé	1,62	1,29	0,53	0,31	6,40	11,16
Pedra Dourada	0,20	0,55	0,00	0,02	0,95	6,38
Rosário da Limeira	0,84	9,20	0,46	0,81	2,96	12,25
São Francisco do Glória	0,29	2,56	0,00	0,27	2,73	8,22
São Sebastião da Vargem Alegre	1,14	1,36	0,00	0,17	1,65	11,28
Tombos	0,14	0,19	0,02	0,02	3,73	11,84
Vieiras	2,47	5,00	0,18	0,60	2,32	6,85
Mediana	0,72	1,05	0,05	0,16	3,49	7,72
% (Total)	30,33	39,67	15,72	21,50	3,51	5,61

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Diante do exposto, a pendularidade aqui observada configura quase o dobro daquela obtida em 2000, o que, *a priori*, indica que o acréscimo no número de indivíduos que se deslocava regularmente por motivo de trabalho e/ou estudo como também revela o crescimento do peso sobre a PIA. De outro modo, esse resultado pode indicar baixo desenvolvimento desses municípios, com exceção do município núcleo, tendo em vista a parcela da população em idade ativa que se deslocava dos

municípios de residência para trabalhar e/ou estudar. Além disso, como já observado, a concentração de oportunidades em Muriaé tem influência nos resultados obtidos.

No caso da MR de Ubá, observou-se que o peso relativo dos pendulares sobre a PIA apresentou acréscimo entre as duas décadas observadas, como é possível notar na Tabela 9. Além disso, no ano de 2000, os municípios de Piraúba, Astolfo Dutra, Divinésia, Tocantins e Tabuleiro foram os que obtiveram maior volume de sua PIA em deslocamento pendular. Ao analisar o contingente da PIA dos municípios da RM de Campinas analisados por Frey e Dota (2013) notou-se que municípios como

Tabela 9: Indicadores de pendularidade: Municípios da matriz de relações de Ubá (2000 e 2010)

Indicadores de pendularidade: Municípios da MR de Ubá 2000 e 2010 (mobilidade, interações e peso)						
Município	Mobilidade (Inter/Exter)		Interações com o Núcleo Principal (Saídas para NP/Total de saídas)		Peso relativo (saídas/ PIA)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Astolfo Dutra	0,45	0,80	0,05	0,25	7,91	9,13
Brás Pires	0,89	1,20	0,24	0,34	2,54	7,21
Divinésia	2,55	16,88	0,65	0,71	6,99	11,36
Dores do Turvo	1,36	1,16	0,19	0,23	0,73	4,77
Guarani	0,15	0,49	0,02	0,11	3,97	9,24
Guidoval	7,04	7,91	0,62	0,69	3,50	14,15
Guiricema	1,85	2,19	0,14	0,23	3,57	9,01
Mercês	0,35	0,69	0,02	0,15	4,12	5,33
Paula Cândido	0,08	0,50	0,02	0,20	2,93	13,34
Piraúba	0,73	1,06	0,21	0,22	9,68	11,98
Rio Pombo	0,39	0,91	0,10	0,27	3,94	6,54
Rodeiro	2,82	4,02	0,77	0,74	3,66	5,46
São Geraldo	1,40	1,30	0,06	0,10	4,31	11,55
Senador Firmino	0,41	2,04	0,16	0,44	4,39	4,44
Silveirânia	1,68	2,85	0,13	0,11	4,38	8,60
Tabuleiro	0,38	1,16	0,00	0,07	6,48	9,71
Tocantins	6,14	5,29	0,97	0,75	6,62	12,62
Ubá	0,57	0,77	0,00	0,00	1,89	3,92
Visconde do Rio Branco	1,82	1,61	0,47	0,53	3,48	6,22
Mediana	0,89	1,20	0,14	0,23	3,97	9,01
% (Total)	46,61	56,44	30,54	37,89	3,75	6,98

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Pedreira, Engenheiro Coelho e Holambra apresentaram resultados próximos aos dos municípios de mesmo contingente da PIA da MR de Ubá.

Quanto à razão entre os deslocamentos internos e externos, nota-se também o aumento do número de municípios com razões superiores a 1, resultado que indica maior conectividade regional. De forma semelhante, essa perspectiva pode ser observada através da proporção dos deslocamentos do ano de 2010, pois 56,44% da pendularidade com origem nessa MR tinha como destino municípios internos a ela. No entanto, apesar de ter ocorrido acréscimo no número de ligações entre os municípios, essas continuam restritas, resultado esse que pode indicar a concentração da pendularidade em alguma área específica.

Por conseguinte, verificou-se que a pendularidade por motivo de trabalho ou estudo envolvia um total de 7,1 mil indivíduos residentes em municípios da MR de Ubá em 2000 e 15,5 mil pessoas no ano de 2010. Desse contingente, observou-se que 30,5% destinavam-se ao núcleo principal no ano de 2000 e 38% no ano de 2010. Nesse sentido, é possível afirmar que a capacidade de atração dos deslocamentos pelo núcleo principal além de obter aumento no ano, demonstra a formação de município centralizador por Ubá em sua MR.

Nota-se, segundo os dados preliminares apresentados nas Tabelas 7, 8 e 9 que a MR de Barbacena foi aquela a apresentar o maior contingente de indivíduos residentes, em idade ativa, que se deslocava por motivo de trabalho e/ou estudo no ano de 2000. As outras duas MRs apresentaram contingentes no entorno de 7000 indivíduos no mesmo ano.

Barbacena e Ubá apresentaram significativa capacidade de retenção dos deslocamentos internos, ambos com uma capacidade de 38% em 2010. Quanto à razão entre os deslocamentos internos e externos, a MR de Ubá foi a que apresentou resultados mais significativos, ou seja, um número maior de municípios com razões superiores a 1, sendo assim notável certo nível de integração entre os municípios.

É importante considerar que entre os anos 2000 e 2010 ocorreu também o aumento da proporção de indivíduos em idade ativa como um todo. Dessa forma, esse fator incrementa a quantidade da população em busca de oportunidades. Nota-se que ao não encontrarem possibilidades em seus municípios de residência os indivíduos se deslocam. Rigotti alerta que o impacto do aumento dessa parcela da população

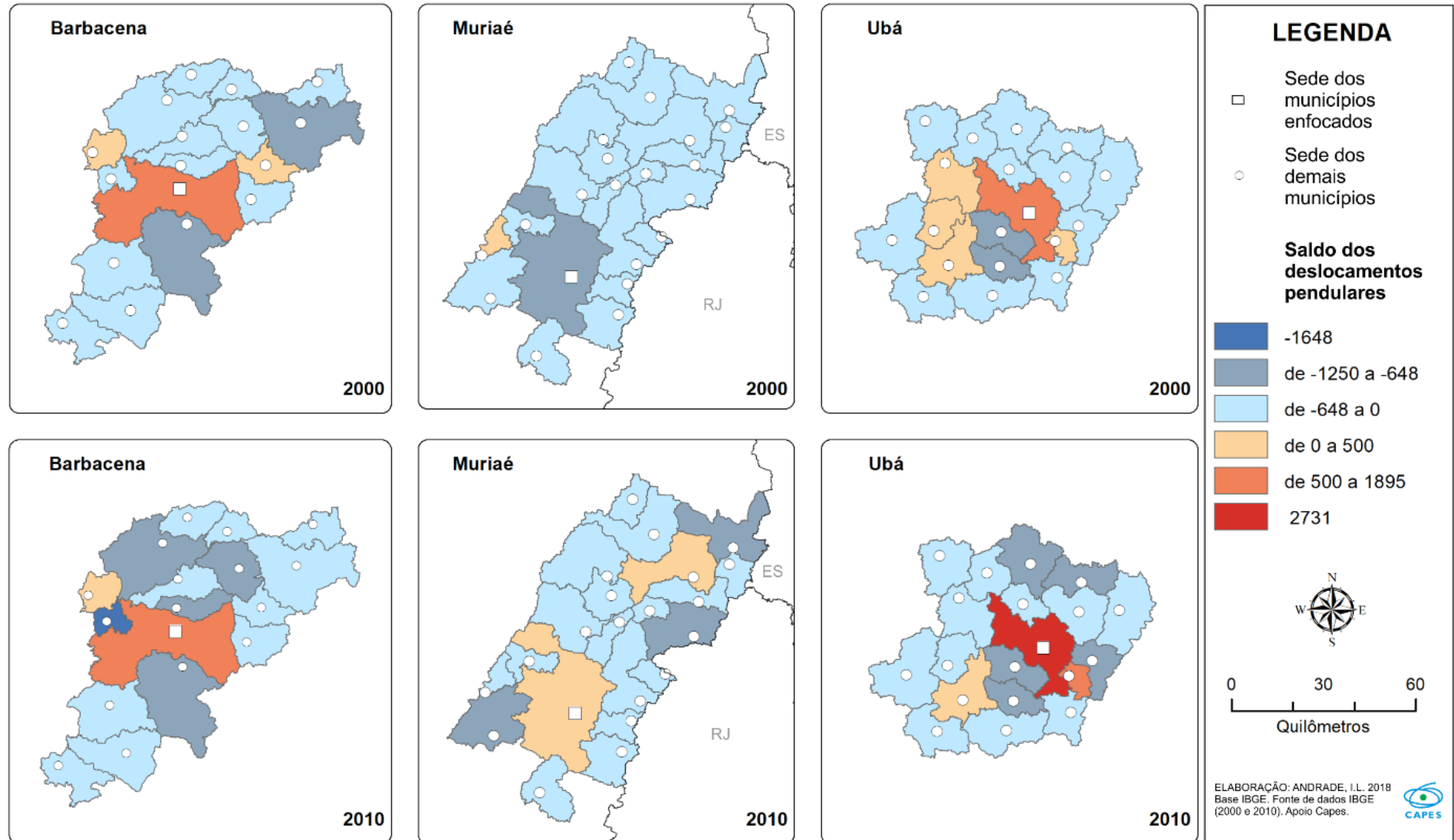
também impactará no número de migrantes, pois este “tende a aumentar nas próximas décadas, desde que esse contingente acompanhe o crescimento da população em idade ativa” (RIGOTTI, 2011, p. 152).

Nesta análise preliminar, foi possível observar que a intensificação do volume de indivíduos residentes que se deslocavam por motivo de trabalho ou estudo entre os anos de 2000 e 2010. Cabe, agora, analisar especialmente o desdobramento da pendularidade nessas MRs bem como buscar indicadores que qualifiquem as especificidades da pendularidade dos indivíduos que se deslocavam.

6.1 Saldos dos deslocamentos pendulares das matrizes de relações dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá nos anos de 2000 e 2010

O produto obtido do cálculo dos deslocamentos pendulares foi tratado espacialmente e encontra-se representado na Figura 20 (os municípios que apresentaram saldos negativos de deslocamento pendular estão representados por cores frias, ou seja, enviavam mais indivíduos para trabalhar/estudar em outros municípios do que recebiam). Os municípios representados pelas cores quentes são aqueles que obtiveram saldo de deslocamento positivo.

Figura 20: Saldo dos deslocamentos pendulares nos municípios pertencentes as matrizes de relações de Barbacena, Muriaé e Ubá (2000 e 2010)



Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

No ano de 2000, 12 dos 17 municípios pertencentes à MR de Barbacena apresentavam saldos de deslocamento pendular negativos na faixa de 0 a -648. Entre esses, dois municípios apresentaram os saldos mais negativos, na faixa de -1250 a -648. Um desses foi o município de Antônio Carlos (-936) e o outro foi o município de Alto Rio Doce (-779). Ainda no ano de 2000, os únicos municípios que apresentaram saldo de deslocamento pendular positivo foram os municípios de Barbacena, Dolores de Campos e Desterro do Melo. O saldo dos deslocamentos pendulares obtidos pelo município de Barbacena foi de 1 mil indivíduos, pois 3,8 mil indivíduos estavam envolvidos nos deslocamentos de destino e outros 2,8 mil indivíduos nos deslocamentos de origem.

Conforme o quadrante referente ao ano de 2010, nota-se uma intensificação dos saldos negativos. O município de Barroso revelou o saldo negativo mais acentuado entre todos os municípios das três matrizes nos dois anos. Os municípios com saldos positivos restringiam-se a Barbacena (1,8 mil) e a Dolores de Campos (484), ambos com acréscimos significativos nos saldos em relação ao ano de 2000. No ano de 2010 o município de Barbacena recebeu um contingente de 6,3 mil indivíduos por meio de deslocamentos pendulares e enviava 4,5 mil. Enquanto o município de Dolores de Campos era o destino de 837 indivíduos, dos quais a maior parte possuía como origem os municípios de Prados e Barroso.

Pode-se observar nos quadrantes referentes à MR de Barbacena que a maior parte dos municípios apresentaram saldos de mobilidade pendular negativos tanto em 2000 quanto em 2010. Além disso, o município sede apresenta-se como o maior receptor de fluxos seguido de Dolores de Campos, resultado que indica a capacidade de atração de pendularidade por essas áreas em detrimento das demais.

Ainda no que concerne a Figura 20, nota-se no quadrante referente a MR de Muriaé que há predominância de saldos negativos no ano de 2000, pois 19 dos 21 municípios apresentaram saldo de deslocamento pendular na faixa de -648 a 0. Muriaé foi o que apresentou saldo de deslocamentos mais negativo. Nesse ano foram registrados 2,1 mil deslocamentos com origem em Muriaé e 1,1 mil tendo como destino o referido município. Mesmo diante deste saldo negativo pode-se inferir que em comparação com os demais municípios o resultado denota que Muriaé representava as maiores trocas de sua MR.

O quadrante referente ao resultado dos saldos dos deslocamentos no ano de 2010 revelaram um novo panorama, pois 15 dos 21 municípios apresentaram saldo negativo na faixa de -648 a 0 e três apresentaram saldos negativos na faixa de -1250 a -648. Configurando, portanto, um aumento nas trocas realizadas por esses municípios. Os três municípios com maiores evasões foram Miraí, Espera Feliz e Tombos.

Ainda no ano de 2010, o município sede obteve um saldo positivo de 295 indivíduos. Esse resultado ocorreu em função do fomento dos deslocamentos pendulares que tiveram como destino Muriaé. Nesse ano, o número de pessoas que se dirigiam a Muriaé para estudar e/ou trabalhar cresceu três vezes em relação ao ano de 2000. Porém, existe a persistência de um significativo número de indivíduos saindo de Muriaé, o que interfere no resultado do saldo. Carangola foi outro município a apresentar saldo de deslocamentos pendulares positivo nessa MR, os deslocamentos de destino envolviam 1 mil indivíduos enquanto os de origem 936. Os municípios que mais enviavam indivíduos para Carangola localizavam-se no entorno imediato desse, Espera Feliz, Divino e Faria Lemos.

Constata-se a partir da análise dos saldos dos deslocamentos na MRs de Muriaé que há uma diferenciação significativa nos volumes das trocas entre os anos de 2000 e 2010. O que evidencia a ascensão dos deslocamentos pendulares. Observou-se também que os municípios do eixo nordeste apresentam uma dinâmica praticamente independente no município de Muriaé, visto que o município sede não figura entre os municípios tidos como destinos principais. Além disso, mais uma vez, constatou-se a importância exercida por Carangola enquanto município centralizador em sua área imediata. Outra questão observada trata-se da relação entre os municípios dessa matriz com alguns municípios do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo em função da proximidade.

Observou-se que no ano de 2000 a maior parte dos municípios pertencentes a MR de Ubá apresentou saldo de deslocamentos pendulares negativos. Os dois municípios que apresentaram os saldos negativos acentuados foram Tocantins (-714) e Piraúba (-703). Isso posto, observa-se que já no ano de 2000 esses municípios apresentaram volumes de trocas mais significativos e mais intensos do que os apresentados pelas outras duas matrizes. Verifica-se também que os maiores

volumes de trocas se encontravam relacionados ao município sede dessa matriz e entre os demais, fator que demonstra integração regional.

Já no ano de 2010, ocorreram significativas mudanças na distribuição e intensidade dos saldos. Em primeiro lugar percebe-se que o número de municípios com saldos negativos não só aumenta como também há uma modificação nas escalas de inserção desses. O aumento do número de municípios com saldos classificados na faixa de análise intermediária também é um indicativo de que o volume de trocas se intensificou no ano de 2010. Esses 5 municípios foram Tocantins, Paula Cândido, Piráuba, São Geraldo e Guidoal.

Ainda em 2010, nota-se que o número de municípios com saldo positivo se restringiu a três. No entanto, a intensidade dos volumes é significativamente superior à observada em 2000. Esse município recebia um volume de deslocamentos pendulares de 5,8 mil indivíduos e enviava 3,1 mil indivíduos. O segundo município com maior saldo positivo foi Rodeiro, o qual recebia um contingente de 1,2 mil indivíduos via deslocamento pendular, número praticamente três vezes maior do que o observado no ano de 2000.

Diante do exposto acerca dos saldos dos deslocamentos para as três MRs, observou-se que o município de Barbacena foi o que recebeu maior volume de deslocamentos no ano de 2000, seguido de Ubá e Muriaé, porém o saldo de deslocamentos apresentado por Ubá foi um pouco superior ao apresentado por Barbacena e o município de Muriaé apresentou saldo negativo.

Perspectiva semelhante pode ser observada no ano de 2010, quando o município de Barbacena obteve saldo inferior ao de Ubá, devido ao volume de deslocamentos com origem em Barbacena. O panorama em Muriaé modificou-se no ano de 2010 com fluxos mais significativos, porém o saldo apesar de positivo demonstrou-se incipiente (304).

O município de Ubá obteve os saldos positivos mais significativos em ambos os períodos analisados. Resguardadas as devidas proporções, observa-se que o fenômeno da mobilidade pendular expresso por meio do cálculo dos saldos dos deslocamentos é um fenômeno em emergência no caso do município de Muriaé. Em Barbacena, apesar da pendularidade intensificar-se existe um desequilíbrio em função do volume de deslocamentos de origem, principalmente no município sede. Já na MR

de Ubá o fenômeno parece estar florescendo a partir da análise dos saldos dos dois anos.

Apesar disso, os municípios enfocados são os principais destinos dos deslocamentos pendulares. Assim, resguardados os devidos portes demográficos, notou-se que os resultados da distribuição espacial dos saldos dos deslocamentos pendulares se assemelharam aos saldos encontrados por Reolon e Miyazaki (2015, p.64), pois os autores observaram que “as cidades médias constituem-se nos principais receptores dos deslocamentos pendulares, enquanto os municípios do seu entorno imediato são caracterizados como evasores”.

Isso posto, as informações analisadas a seguir visam complementar as expectativas levantadas a partir da análise dos saldos especificamente com relação aos fluxos de origem e destino para as cidades sede das matrizes.

6.2 Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá nos anos de 2000 e 2010

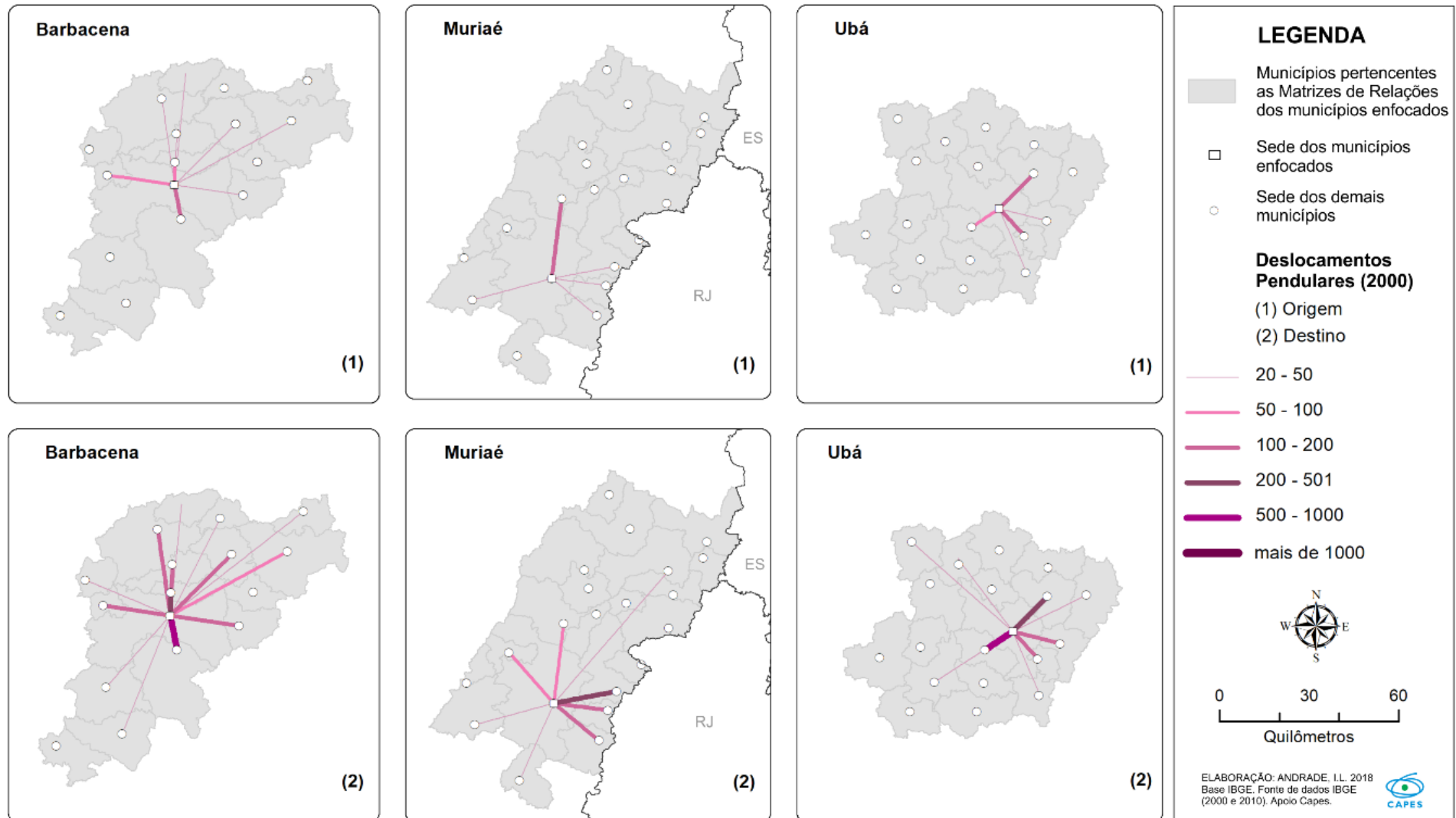
A análise dos saldos de deslocamentos realizada anteriormente vem ser complementada através da exploração dos volumes dos deslocamentos pendulares de origem e destino desagregados por município. Essa análise, também, será pertinente para observar o papel de intermediação desses municípios em suas respectivas matrizes de relações bem como para identificar com quais centros de hierarquia superior esses municípios mantêm relações.

Isso posto, a Figura 21 apresenta o resultado obtido dos fluxos de deslocamentos de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá no ano de 2000, sendo importante observar que os fluxos representados na figura referem-se apenas àqueles ocorridos com origem e destino dentro das MRs.

No quadrante referente ao município de Barbacena, observa-se que o destino dos deslocamentos pendulares com origem no município de Barbacena (1) se restringe espacialmente aos municípios mais próximos (Antônio Carlos, Barroso e Alfredo Vasconcelos), sendo nítido no mapa que os municípios localizados nas extremidades dessa matriz recebiam um quantitativo dos deslocamentos provenientes em Barbacena muito pequeno. Para aos municípios de Capela Nova, Cipotânea e Santa Rita de Ibitipoca, por exemplo, não houve nenhum deslocamento registrado com origem em Barbacena. Nesse sentido é possível afirmar que, do total dos

deslocamentos com origem em Barbacena, uma pequena parcela possuía como destino dos municípios de sua matriz de relações.

Figura 21: Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (2000)



Fonte: IBGE, 2000.

A respeito disso, constatou-se que a maior parte dos deslocamentos provenientes da sede da matriz tinham como destino municípios mais distantes de seu raio imediato. No ano de 2000, apenas 19% da pendularidade destinava-se aos municípios de sua MR. Por outro lado, os centros de hierarquia superior representavam 36% do volume total de deslocamentos de origem, onde Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) figuram entre os principais destinos.

No que tange ao fluxo de deslocamentos com destino ao município de Barbacena, observa-se no quadrante 2 que todos os 16 municípios tributários a Barbacena enviava alguma quantidade de indivíduos por deslocamento pendular para o município sede no ano de 2000. O maior volume de deslocamentos recebidos era proveniente do município de Antônio Carlos, o segundo município que mais enviava pessoas nesse período era Alfredo Vasconcelos³⁶.

Diante do exposto, é notória a superioridade no volume de fluxos de destino, além disso os municípios localizados no vetor centro-norte apresentaram maior interação com o município sede. Assim, a partir dessa perspectiva, observou-se o papel de centro regional intermediador do município de Barbacena se confirma à medida que esse apresenta relativa capacidade de absorção dos deslocamentos de sua MRs, bem como, pelo fato de que a população residente em Barbacena já buscava outros centros por motivos de estudo e trabalho, sendo a maior parte centros de hierarquia superior.

Os quadrantes centrais da Figura 21 representam os deslocamentos pendulares de origem e destino no município de Muriaé no ano de 2000. Do volume total de deslocamentos com origem em Muriaé apenas 13,92% destinavam-se a municípios de sua matriz. Os principais fluxos provenientes de Muriaé destinavam-se aos municípios de Miradouro, Miraí e Eugenópolis. Nesse sentido, é possível constatar que espacialmente o município de Muriaé enviava indivíduos exclusivamente para municípios limítrofes. Além disso, observou-se que 64,18% do

³⁶ É válido reiterar que no mapa foram representados apenas os deslocamentos acima de 20 indivíduos, e, por esse motivo o fluxo de Desterro do Melo e Santana do Garambéu não se encontram representados.

volume de deslocamentos com origem em Muriaé destinavam-se a centros maiores como Rio de Janeiro (RJ), Itaperuna (RJ), Juiz de Fora (MG) e Belo Horizonte (MG).

Quanto aos deslocamentos com destino a Muriaé, observou-se que a maior parte do volume é proveniente dos municípios de sua matriz (69,06%). Os maiores fluxos possuíam origem nos municípios de Eugenópolis, Patrocínio de Muriaé e Barão de Monte Alto. Especialmente há uma clara concentração de fluxos provenientes dos municípios limítrofes do vetor Sul.

Na mesma figura, pode-se observar processo semelhante, pois os fluxos com origem em Ubá estão espacialmente concentrados nos municípios limítrofes a Ubá. Apesar disso, constatou-se que 37% do volume total de deslocamentos com origem no município de Ubá no ano de 2000 direcionavam-se aos municípios de sua matriz de relações³⁷. Por fim, do volume total dos deslocamentos pendulares cerca de 40% tinham como destino centros maiores como, Juiz de Fora (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG).

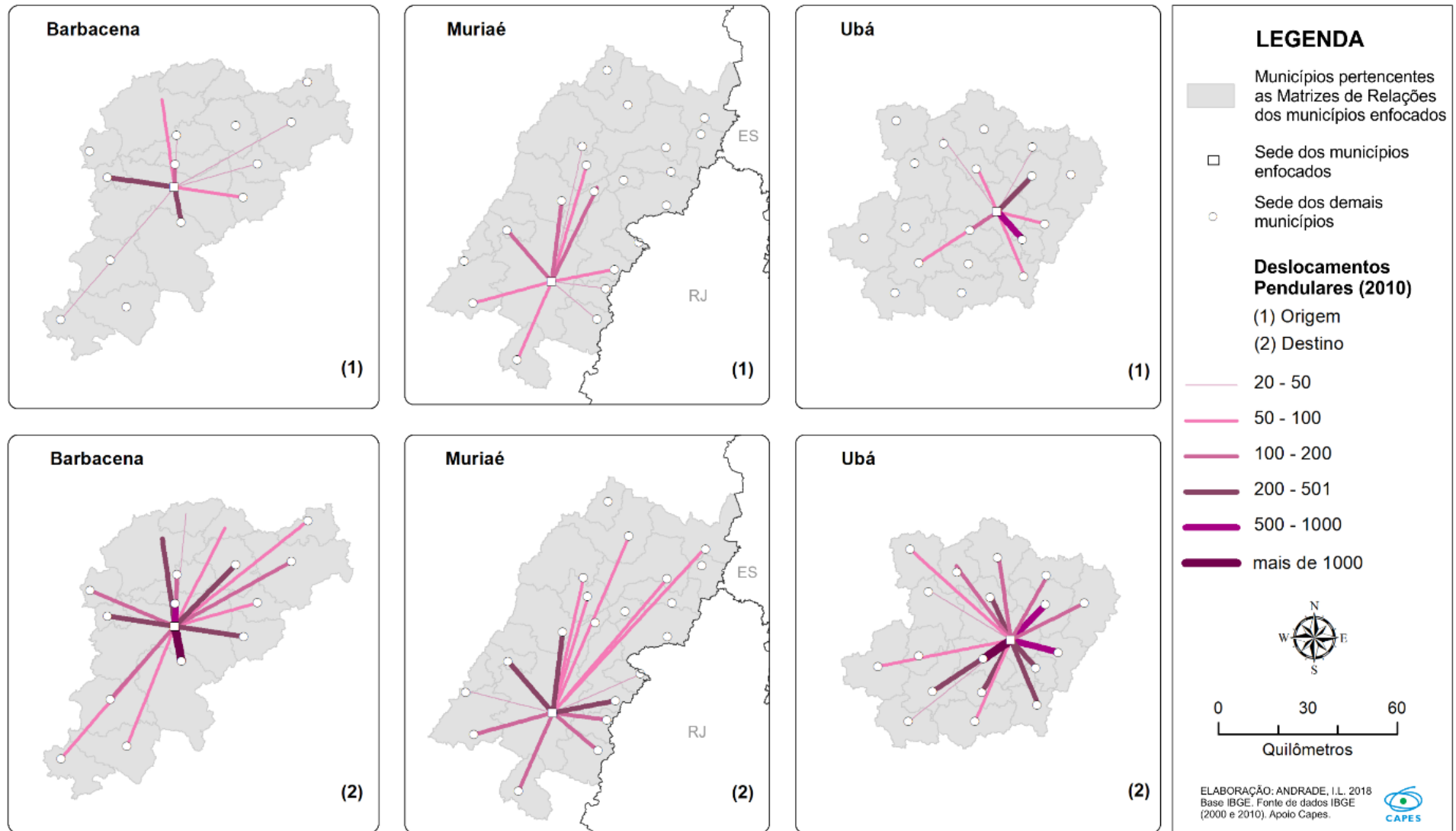
No que se refere aos deslocamentos recebidos por Ubá, é possível notar que no ano de 2000, com exceção do município de Tabuleiro, os demais enviaram algum quantitativo por deslocamento pendular para o município sede. Verifica-se espacialmente que o volume dos deslocamentos que se destinavam a Ubá já representava o dobro do volume de deslocamentos de origem no ano de 2000.

O município de Tocantins enviava o fluxo de maior peso seguido pelo município de Visconde do Rio Branco. Nesse sentido, especialmente os municípios limítrofes a Ubá eram os que mais contribuía para o volume de deslocamentos de destino, constituindo 78,71% do total de deslocamentos pendulares registrados com destino a Ubá.

Com o propósito de observar o comportamento dos deslocamentos pendulares ao longo do tempo proceder-se-á com a análise dos volumes de fluxo no ano de 2010. Assim, na figura 22 pode-se observar o fluxo dos deslocamentos pendulares de origem e destino dos municípios enfocados no ano de 2010.

³⁷ Além disso, verificou-se um fluxo de 125 indivíduos proveniente do município de Ubá com destino ao município de Viçosa. Nesse sentido, é provável que esse fluxo represente os indivíduos que se deslocavam para Viçosa em função da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Figura 22: Fluxos de deslocamentos pendulares de origem e destino nos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá (2010)



Fonte: IBGE, 2010.

Elaborado pela autora.

No que concerne aos deslocamentos com origem no município de Barbacena, verifica-se que, apesar de estar espacialmente concentrado no eixo centro-norte como no ano de 2000, há intensificação desse volume de fluxos de origem. Antônio Carlos era o município que mais recebia indivíduos provenientes do núcleo principal. Além disso, no ano de 2010 entre os deslocamentos de origem em Barbacena com maior frequência foram registrados como destino centros de mesma hierarquia fora da matriz de relações como os municípios de São João Del Rei e Conselheiro Lafaiete.

Quanto aos deslocamentos com origem no município de Barbacena, que se destinavam aos municípios pertencentes a sua MR, mais uma vez constituíram uma pequena parcela do volume total de deslocamentos de origem (23%). Do número restante de deslocamentos cerca de 35% se destinava a centros maiores como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, observou-se que 64,49% dos deslocamentos com origem em Barbacena eram por motivo de trabalho e 34,20% por motivo de estudo e 1,31% por ambos os motivos.

No que concerne ao volume de deslocamentos observados com destino ao município de Barbacena constatou-se que todos os municípios pertencentes à sua MR contribuíram para o volume de deslocamentos, e a maior parte enviava mais de 100 indivíduos no ano de 2010. O volume desses deslocamentos representava 71,29% do total de deslocamentos que tiveram como destino o município de Barbacena.

Espacialmente é possível observar que, também nesse ano, os fluxos mais intensos eram provenientes dos municípios mais próximos. Ainda é preciso mencionar que do total dos deslocamentos com destino a Barbacena 49,05% eram por motivo de trabalho e 47,65% por motivo de estudo 3,30% por ambos. O que demonstra equilíbrio entre as duas atividades do município quanto à procura por indivíduos de outros municípios.

Portanto, apesar do volume de deslocamentos de destino e origem em Barbacena aumentarem quase na mesma proporção e prejudicar no saldo dos deslocamentos, a tendência do aumento do volume de deslocamentos pendulares aplica-se a essa realidade, dados os volumes de trocas observados.

Na Figura 22 pode-se observar a intensificação do volume de fluxos de origem na MR de Muriaé. Nos municípios limítrofes verifica-se uma concentração, porém, a maior parte dos municípios do vetor norte dessa matriz de relações não há ocorrência

de nenhum envio de indivíduos por deslocamento pendular. Em comparação ao ano de 2000 há um estreitamento nos laços desse município com aqueles que são tributários. No entanto, no ano de 2010, cerca de 56% para centros maiores, como Itaperuna (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Juiz de Fora (MG), Macaé (RJ) e Campos de Goytacazes (RJ). Por conseguinte, dos deslocamentos com origem em Muriaé esses se dividiam em 56,65% por motivo de trabalho, 43% por motivo de estudo e 0,32% por ambos os motivos.

Com relação aos deslocamentos com destino ao município de Muriaé no ano de 2010 observou-se que apenas o município de Caiana não registrou nenhum deslocamento com destino a Muriaé. Os municípios mais próximos eram os que mais contribuía para o volume de deslocamentos pendulares. Rosário da Limeira, Miradouro e Eugenópolis enviavam na faixa de 200 a 500 indivíduos para Muriaé. Patrocínio de Muriaé, Barão de Monte Alto, Laranjal, Mirai e Vieiras enviavam entre 100 e 200. No entanto os municípios do vetor norte foram os que menos contribuía no volume dos deslocamentos com destino a Muriaé.

Os deslocamentos com destino a Muriaé cresceram significativamente em relação ao ano de 2000, enquanto os de origem cresceram com menor relevância. Além disso, a capacidade de absorção dos deslocamentos de sua matriz aumentou, o que denota um tímido crescimento da centralidade exercida por esse município segundo os deslocamentos pendulares. Podendo ser reflexo do desenvolvimento econômico tardio que ocasionou a redução dos indivíduos que trabalhavam/estudavam fora de Muriaé e o aumento daqueles que procuravam esse município no ano de 2010. Esta perspectiva também se desdobrou nos motivos dos deslocamentos de destino, pois estes dividiam-se em 51% por motivo de trabalho, 46% por motivo de estudo e 3% por ambos motivos.

No mesmo ano, observou-se que o volume total de deslocamentos com origem em Ubá mais que dobrou em relação ao ano de 2000. Dos 3,1 mil indivíduos que saíam de Ubá uma parcela correspondente a 45,56% destinava-se a municípios de sua matriz de relações e 29% a centros maiores como Juiz de Fora (MG), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ). O fluxo mais intenso com origem em Ubá era o que possuía como destino o município de Rodeiro, para qual Ubá envia 693 indivíduos. O segundo maior se dirigia para Visconde do Rio Branco e depois Tocantins, Rio Pomba, Astolfo Dutra, Divinésia e Guidoal.

Outros 6 municípios dessa matriz não recebiam qualquer indivíduo proveniente de Ubá, sendo esses municípios localizados em sua maior parte nas extremidades dessa matriz. Nesse sentido, apesar da concentração espacial, há uma intensificação nas trocas de Ubá com seus municípios tributários, uma vez que essa parcela aumentou em cerca de 7%.

O mesmo acontecido nos deslocamentos de origem aconteceu também nos de destino, pois a porcentagem do volume total de deslocamentos com destino a Ubá também mais que dobrou entre os anos de 2000 e 2010. E além de dobrar a porcentagem dos deslocamentos provenientes dos municípios de sua matriz aumentou para 82,38%. O que releva a capacidade de absorção dos deslocamentos pendulares por parte de Ubá de sua matriz. O município de Ubá absorvia cerca de 40,34% do volume total de deslocamentos pendulares com origem nos municípios pertencentes à sua matriz de relações. Capacidade de absorção 12% maior que a observada no ano de 2000.

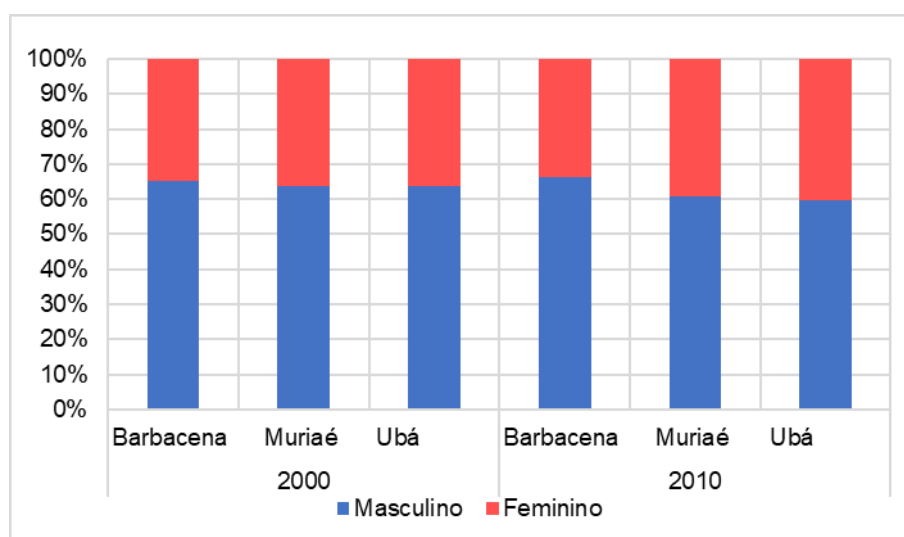
Em 2010, todos os municípios pertencentes à matriz de relações de Ubá enviaram indivíduos por deslocamento pendular para Ubá. Do total de municípios dessa matriz 12 enviavam mais de 100 indivíduos por deslocamento pendular em 2010 para o município sede. Especialmente, observa-se que os municípios localizados nas extremidades eram os que enviavam menos de 100 indivíduos. O município de Tocantins era o município com maior contribuição para o volume, uma vez que esse enviava 1,1 mil indivíduos para Ubá. O segundo município com envio de maior contingente foi Visconde do Rio Branco, do qual se deslocavam 992 indivíduos. O terceiro município com maior contribuição foi Guidoal com 586 indivíduos.

Diante do exposto, observa-se que há Intensificação dos fluxos de maneira geral entre os anos de 2000 e 2010, sendo os municípios mais próximos a Ubá os que apresentaram os maiores volumes tanto nos deslocamentos de destino como de origem. Os volumes de deslocamentos nos dois sentidos revelam além da capacidade de absorção de indivíduos do município de Ubá, seu papel de cidade intermediadora em sua região. Além disso a estreita relação entre Ubá e os municípios que lhe são tributários fica ainda mais evidente perante a análise dos dados de deslocamento pendular. Sendo essa relação não apenas de dominação, como também de complementaridade.

6.3 Quem são as pessoas que fazem mobilidade pendular?

Na Figura 23, observa-se a distribuição dos indivíduos que se deslocavam segundo o sexo. De acordo com as proporções obtidas para o ano de 2000, nota-se a supremacia masculina entre os indivíduos que realizavam deslocamento pendular nas três MRs, pois as três apresentaram percentuais superiores a 60%. No ano de 2010, por outro lado, as MRs de Muriaé e Ubá apresentaram arrefecimento na percentagem de indivíduos do sexo masculino que realizavam deslocamento

Figura 23: Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares segundo sexo (2000 e 2010)



Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

pendular. Emmel (2015) ao observarem a mobilidade pendular na cidade de Santa Cruz do Sul³⁸, também constataram semelhante disparidade entre os indivíduos que se deslocavam.

McQuaid e Chen (2012), em uma análise próxima, observaram que no Reino Unido os homens tinham maior probabilidade de viajar 30 minutos ou mais para trabalhar do que as mulheres, além disso, eles perceberam que as mulheres com filhos possuíam menor probabilidade de fazer deslocamentos para trabalhar.

³⁸ O município de Santa Cruz do Sul possuía porte demográfico de 118.374 habitantes em 2010, contingente próximo ao observado nos núcleos principais das MRs.

Cabe ressaltar, que o singelo aumento na proporção de mulheres que realizavam deslocamento pendular, no caso das MRs em questão, pode estar relacionado à proporção de mulheres que se deslocavam por motivo de estudo. Em todas as matrizes verificou-se que a parcela de indivíduos do sexo feminino era superior quando os deslocamentos foram desmembrados por motivo³⁹.

Do ponto de vista da renda obtida pelos indivíduos que se deslocavam, observa-se na Tabela 10, que no ano de 2000 em torno de 75% dos indivíduos que se deslocavam obtinham até 3 salários mínimos, dos quais a maioria recebia até 1 salário. Já no ano de 2010, forma geral, há uma redução na parcela de indivíduos pendulares com melhores remunerações, ou seja, aqueles que recebiam acima de 3 salários mínimos. O ocorrido pode estar associado ao aumento no volume de pendulares, em conjunto com o aumento das oportunidades em atividades de baixa remuneração.

Tabela 10: Indivíduos que faziam deslocamento pendular segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)

MR	até 1 salário		1 a 3 salários		3 a 5 salários		5 e mais		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Barbacena	43,62	49,52	31,20	32,51	11,71	9,46	13,47	8,51	100,00	100,00
Muriaé	49,93	43,31	26,58	37,33	9,84	10,76	13,66	8,60	100,00	100,00
Ubá	41,14	51,52	33,72	34,47	10,64	6,75	14,50	7,25	100,00	100,00

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

Quando comparada a renda dos pendulares com a renda da população que não se deslocava nessas matrizes de relações, observou-se que os pendulares obtiveram salários melhores. No ano de 2000, a maior parte da população residente recebia até 3 salários mínimos e esta proporção aumenta quando analisada a distribuição da renda no ano de 2010, principalmente no grupo de indivíduos residentes que recebiam até 1 salário mínimo (Tabela 11).

³⁹ Nas MRs de Barbacena e Muriaé foram observadas proporções semelhantes, onde os indivíduos que realizavam deslocamento pendular por motivo de estudo no ano de 2010 eram divididos em 47% do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Já na MR de Ubá a proporção de mulheres era de 56%.

Tabela 11: População residente nas matrizes de relações segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)

MR	até 1 salário		1 a 3 salários		3 a 5 salários		5 e mais		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Barbacena	67,69	70,35	19,59	21,16	5,22	4,39	7,50	4,11	100,00	100,00
Muriaé	62,99	69,07	24,79	23,63	5,67	3,83	6,55	3,46	100,00	100,00
Ubá	60,95	65,36	21,82	27,41	5,18	3,90	12,04	3,33	100,00	100,00

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

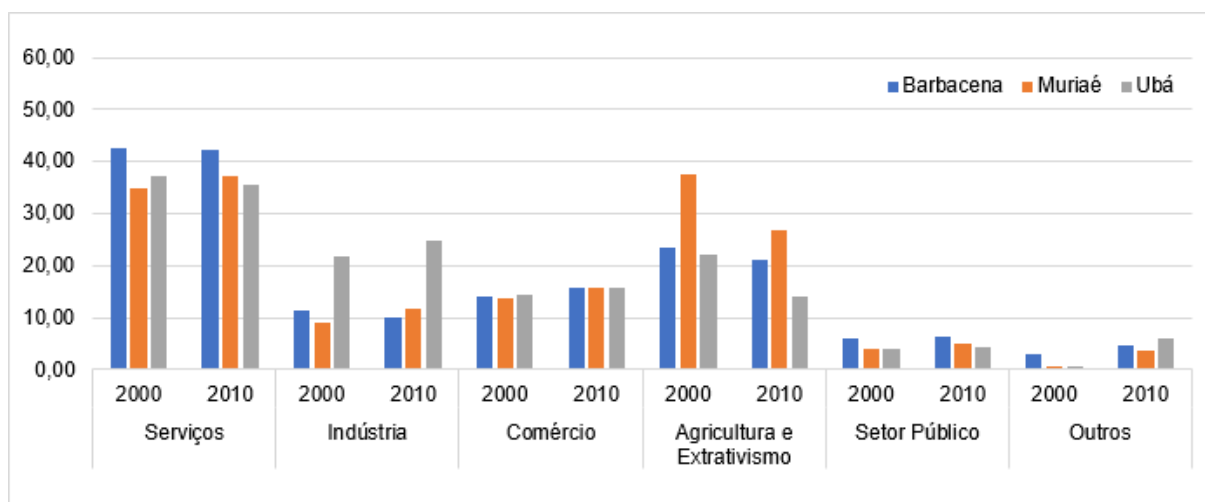
Segundo Cunha et al (2013) existem fatores condicionantes para realização da mobilidade pendular, principalmente no que se refere as regiões metropolitanas. Para eles

esse tipo de movimento, que se caracteriza por sua regularidade (embora possa ser cotidiano ou não cotidiano). É resultado do descompasso da ocupação dessas regiões em termos demográficos e econômicos, cujos condicionantes têm sido considerados tanto a partir de uma visão macro, em geral ligada ao processo de produção do espaço e localização das atividades produtivas, quanto a elementos macrossociais, tais como as novas preferências de moradia, principalmente da população de mais alta renda (CUNHA, 2013, p.434).

Brito e Souza (2005) explicam a situação dos trabalhadores de baixa renda, os quais não têm outra opção senão residir nas periferias das metrópoles. Nesse sentido, nota-se que o padrão de renda apresentado pelos indivíduos que faziam deslocamento pendular nas MRs em questão são indivíduos que não apresentavam alta renda como observado por Cunha (2013), porém, é possível que não se enquadrem também no perfil de pobreza observado por Brito e Souza (2005), pois há uma diferenciação que deve ser considerada sobre as condições de vida daqueles que recebem até 3 salários mínimos e residem nas metrópoles e aqueles que residem em cidades do interior.

Quanto às ocupações dos indivíduos, pode-se observar na Figura 24 que representa a distribuição da população residente de cada MRs segundo grupos de atividades econômicas baseadas no Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0.). Conforme a figura nota-se que a maior parcela da população ocupada desempenhava funções no setor de serviços tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, com exceção da MR de Muriaé, no ano de 2000, quando a agricultura e o extrativismo ainda ocupavam mais de 35% dos indivíduos

Figura 24: População residente das matrizes de relações por setor de atividade (2000 e 2010)

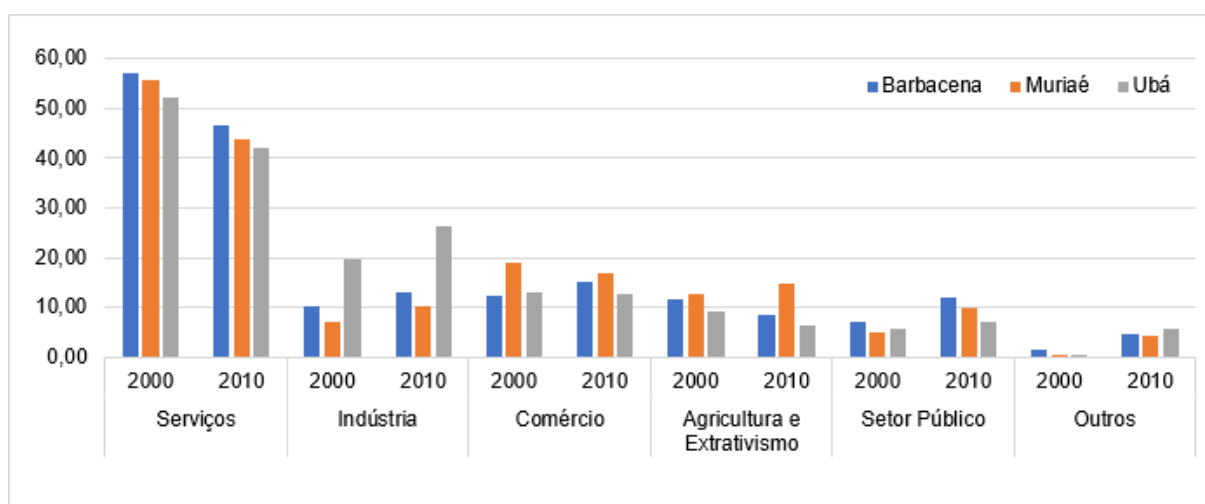


Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

No setor industrial é evidente o destaque da MR de Ubá em relação às outras duas. Sendo este setor responsável por 25% da mão de obra ocupada nessa matriz de relações em 2010. No setor de comércio, por outro lado, apresenta um equilíbrio na parcela de indivíduos ocupados nas três matrizes. Assim sendo, é necessário destacar a parcela da população ocupada em setores caracterizados como de baixa

Figura 25: Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares por setor de atividade (2000 e 2010)



Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaborado pela autora.

remuneração, principalmente nas MRs de Muriaé e Barbacena, resultado que corrobora com a distribuição da população segundo a renda.

Ao agrupar os indivíduos que realizavam deslocamentos pendulares nessas mesmas categorias, pode-se observar certa semelhança na ocupação dos pendulares em 2000 e 2010, pois o setor de serviços ocupa também a maior parte dos indivíduos que se deslocavam. Este resultado aponta de forma evidente a diferença da ocupação dos pendulares observadas por Dota (2015) e Cunha et al. (2013), o primeiro na RM de Campinas e o segundo na “Macrometrópole Paulista”, pois ambos autores constataram que a maior parte dos pendulares encontravam-se ocupados na indústria de transformação.

No setor industrial há também o destaque do MR de Ubá na parcela de pendulares ocupados, com notável acréscimo da parcela entre 2000 e 2010. O que demonstra que o setor industrial ainda compõe importante peso na economia dessa matriz ao apresentar significativa demanda por mão de obra, a qual ocupa a população residente e ainda gera pendularidade.

Outra questão que se deve atentar quanto à ocupação dos pendulares é o acréscimo da parcela ocupada no setor público das MRs de Muriaé e Barbacena entre os anos de 2000 e 2010. Podendo este acréscimo estar relacionado aos cargos das instituições de nível superior que se instalaram entre os dois períodos.

7. Considerações finais

As discussões realizadas nesta pesquisa visaram contribuir para o entendimento das novas formas de organização da rede urbana, de acordo com a dinâmica da população, a organização dos setores da economia e como essa reorganização influenciou nos papéis de intermediação dos centros urbanos médios. E, além disso houve a iniciativa de contribuir segundo uma vertente recente de se olhar para esses centros urbanos através dos deslocamentos pendulares.

Constatou-se que a dinâmica populacional e os processos econômicos apresentaram-se como indicadores sínteses para o entendimento das cidades de Barbacena, Muriaé e Ubá enquanto médias regionais, à medida em que denotaram a centralidade desses núcleos urbanos em sua área mais próxima. Os fluxos de mobilidade pendular, também, foram capazes de demonstrar o papel de

intermediação que se espera de uma cidade média na rede urbana, pois a atração de mão de obra e de contingente estudantil, no nível de suas respectivas MRs, foi notável. Nesse sentido, cabe considerar algumas especificidades para cada caso.

Apesar do porte demográfico dos municípios ter se demonstrado coerente para o recorte, ou seja, municípios como população absoluta no entorno de 100.000 habitantes. A análise dos indicadores de Taxa de Crescimento da População (TA), Taxa de Urbanização (TU), do número de unidades locais industriais e de comércio e serviço bem como os deslocamentos pendulares e a ocupação dos indivíduos revelaram expressivas diferenciações entre esses municípios de porte demográfico aproximado.

No caso do município de Barbacena, observou-se que a concentração populacional observada resulta de uma herança pretérita, visto que esse município apresentava superioridade na população absoluta e urbana desde o início do período analisado, a qual acumulou-se e culminou no ano de 2010 com a maior população absoluta entre os três municípios.

O município de Muriaé, por sua vez, apresentou uma evasão migratória durante um longo período e obteve crescimento mais significativo a partir do intervalo de 1991/2000. Quanto a isso, observou-se que o desenvolvimento dos setores econômicos durante a década de 90 parecem ter refletido nos seus indicadores, uma vez que a poluição dos municípios dessa matriz apresentou sentido inverso ao que se espera das quedas nas taxas de crescimento da população, como consequência do processo de transição demográfica.

A observação dos outros indicadores demográficos e econômicos denotaram que Ubá, apesar de ter apresentado o menor contingente populacional, foi o município que mais se desenvolveu e se destaca economicamente ao ponto de interferir significativamente no seu papel de intermediação perante os municípios de sua matriz de relações.

A respeito dos setores da economia observados através do número de unidades locais industriais e de comércio e serviço notou-se que o município de Barbacena se desenvolveu de forma constante e lenta, seguida do município de Muriaé que apresentou número de unidades locais de comércio e serviço significativamente superior às do outro município mencionado. Em ambos os

municípios se notou que o número de unidades locais de comércio e serviço superam significativamente o setor industrial, demonstrando que essas cidades acompanham a perspectiva do crescimento das cidades mais pelo setor terciário do que pelo industrial. Em Ubá, apesar de o número de unidades locais de comércio e serviço terem sido superiores às industriais, constatou-se que o peso do setor industrial, nesse município, é superior em relação aos outros municípios em questão. Ainda em termos relativos foi a cidade que apresentou maior crescimento no período todo.

A observação das taxas de urbanização dos municípios pertencentes as MR dos municípios de Barbacena e Muriaé demonstra que a perspectiva de aumento das áreas urbanizadas no interior do país se confirma. No entanto as TUs desses municípios ficaram significativamente atrás das taxas de urbanização apresentadas pelos municípios pertencentes à matriz de relações de Ubá. Assim, o desenvolvimento mais recente e constante dessa matriz revela significativa influência na urbanização dos municípios integrantes.

Os indicadores demográficos foram extremamente significativos na observação da relação dos municípios com aqueles pertencentes as suas MRs, uma vez que, no caso de Ubá a relação de complementaridade com sua matriz evidenciou-se tanto através dos movimentos pendulares quanto através das taxas de urbanização.

Já Muriaé, em função de sua extensa matriz de relações, verificou-se que a divisão do IBGE de sua antiga microrregião em duas partes foi pertinente, pois é nítida a segmentação estabelecida nessa matriz em função da centralidade do município de Carangola no eixo norte, visto que, Muriaé apresentou maior interação e desenvolvimento parecido com uma área restrita dos municípios que lhe são limítrofes.

Quanto aos deslocamentos pendulares, as perspectivas observadas anteriormente se reafirmaram na análise desse indicador. De maneira geral, verificou-se que a mobilidade pendular ocorre e intensifica-se nos municípios enfocados bem como naqueles pertencentes a suas respectivas matrizes de relações.

O município de Barbacena apresentou os maiores volumes de fluxo tanto de origem quanto de destino em 2000 e 2010. Nesse sentido, houve acréscimo em ambas as direções, o que levou a uma estagnação do seu saldo de deslocamentos. No caso do município de Muriaé ocorreu um aumento significativo nos deslocamentos

com destino a esse município, fato que levou esse município a sair de um quadro de relativa evasão de indivíduos por deslocamento pendular em 2000 para um saldo positivo de deslocamento pendular. O município de Ubá apesar de ter apresentado volume de deslocamentos inferior ao município de Barbacena, apresentou os melhores saldos de deslocamentos pendulares nos dois anos considerados. O que demonstra a capacidade de atração de indivíduos desse município.

O volume de deslocamentos pendulares, ainda incipiente do município de Muriaé e daqueles pertencentes a sua matriz de relações deve estar relacionado ao processo de reestruturação econômica, já mencionado, pelo qual os municípios passaram durante a década de 1990. Nesse sentido, a atração desse município e dos demais de sua região se tornou mais evidente a partir de quando a economia se estabilizou em meados dos anos 2000.

Ainda é preciso observar que no censo levou-se em consideração os deslocamentos por motivo de trabalho e estudo, e, no caso de Muriaé pode ser que a presença do hospital do câncer agregue um fluxo de deslocamentos pendulares ainda não captado pelo censo demográfico. Podendo essa motivação ser mais relevante para demonstrar o papel de intermediação de Muriaé na rede do que os setores considerados pelo censo.

O município de Ubá apresentou a maior capacidade de atração dos deslocamentos provenientes de sua matriz de relações, e, além disso significativa parcela dos deslocamentos com origem em Ubá também possuem como destino os municípios que lhe são tributários. É possível que isso ocorra em função de sua localização numa área interior do estado, relativamente distante de grandes capitais. O que leva município de Ubá ter apresentado uma relação de complementaridade maior com os municípios de sua matriz de relações.

A absorção dos fluxos de cidades menores e a intensificação dos deslocamentos provenientes dos municípios mais próximos denotam o caráter regional dos deslocamentos pendulares para essas cidades médias. Assim, a perspectiva verificada nessa pesquisa corrobora com o observado por Rigotti e Campos (2009) para quem os movimentos pendulares são importantes para se observar o papel de intermediação que se espera das cidades médias bem como com Sposito (2001) para quem “os fluxos permitem a apreensão da centralidade, porque é

através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela” (SPOSITO, 2001, p.238).

Nesse sentido, a mobilidade pendular fora do contexto metropolitano ainda pode ser considerada enquanto um fenômeno em emergência, que carece de observação nos próximos censos demográficos. Pois, os volumes dos fluxos de mobilidade pendular apresentaram peso relativo considerável ao se observar o porte demográfico dos municípios em questão e daqueles que lhes são tributários. Principalmente a partir da observação de pesos relativos semelhantes a municípios pertencentes a regiões metropolitanas.

Houve significativas semelhanças entre os indivíduos que realizavam deslocamento pendular das MRs. Onde ocorre uma supremacia de indivíduos do sexo masculino se deslocando diariamente, o que corrobora com perspectivas observadas por outros autores. Além disso, a maior parte dos indivíduos que se deslocavam trabalhavam principalmente nos setores de comércio e serviços, diferente da maior parte dos indivíduos pendulares de regiões metropolitanas, que nos mesmos períodos estavam ocupados na indústria de transformação.

Destarte, seria interessante, em pesquisas futuras, a inclusão de outras variáveis capazes de se entender a organização urbana e regional também através da relação entre indicadores como a distribuição de renda, as condições de moradia e a infraestrutura urbana. Questões já consideravelmente observadas em contextos metropolitanos. Essa análise mais robusta se tornaria possível com a ampliação da amostra dos indivíduos. No entanto, é válido observar que o intuito dessa pesquisa não foi esgotar as possibilidades de análise, mas trazer à tona as formas como os indicadores demográficos e o fenômeno da mobilidade pendular apresentam-se como caminhos possíveis no estudo das cidades médias.

Cabe, de agora em diante, observar quais serão os desdobramentos e o desenvolvimento dos deslocamentos pendulares para as dinâmicas regionais desses municípios ao longo dos próximos anos, visto que, esse fenômeno não se restringe mais às áreas metropolitanas.

8. Referências bibliográficas

- AMORIM FILHO, O. B. ; ABREU, J.F. . Cidades Médias e Descentralização Tecnológica. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 12, n.18, p. 5-14, 2002.
- AMORIM FILHO, O. B. ; RIGOTTI, J.I.R. . Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. **Caderno de Geografia (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 13, n. 20, p. 21-37, 2003.
- AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as Cidades Médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 69-87.
- AMORIM FILHO, O. B. Os Eixos de Desenvolvimento em Minas Gerais e suas Tecnópoles. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 1999, Belo Horizonte. **Anais do 5º Encontro Nacional de Prática de Ensino da Geografia**. Belo Horizonte: PUC-Minas, Departamento de Geografia, 1999. v. Único. p. 35-52.
- AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias. In: II ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1976, Belo Horizonte. **Resumo de Comunicações e Guias de Excursões**. Belo Horizonte: AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. v. Único. p. 6-15.
- AMORIM FILHO, O. B.. Cidades médias e a organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 5-34, 1984.
- AMORIM FILHO, O. B; SENA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.
- AUGUSTO, H. dos A. Migração recente nas mesorregiões de Minas Gerais segundo os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Belo Horizonte, CEDEPLAR, tese de doutorado, 2007. 231p.
- BARBOSA, A. M. et al. Cidades médias e atração de migrantes qualificados. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p 69-88, jul./dez. 2015.
- BATELLA, W. B. **Os limiares das cidades médias reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni MG**. Presidente Prudente – SP, 2013. Tese de doutorado, área: produção do espaço geográfico. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, p. 29-56.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983. 443p.

BECKER, O. S.. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos, in: Castro, Iná Elias de et al., **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século, Rio de Janeiro, Bertand, 1997, p. 319-367.

BELLET, C.; SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M.; SPOSITO, S. E. Reestructuración y cambio en dos centros comerciales tradicionales. Visiones comparadas: Presidente Prudente (Brasil) Y Lleida (España). In.: Carmen Bellet ... [et al.] (Org.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Presidente Prudente : Universidade Estadual Paulista; Lleida : Edicions de la Universitat de Lleida. p. 19-34, 2015.

BRITO, F. e SOUZA, J.. EXPANSÃO URBANA NAS GRANDES METRÓPOLES o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, F.. Expansão Urbana nas grandes metrópoles, o significado da migração intrametropolitana e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 77-83, 2005.

CALDWELL, J. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**. New York, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, sep/dec, 1976.

CARNEIRO, P. A. S. ; MATOS, R. Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata Mineira: Acerca do Mito das Áreas Proibidas?. In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2010, Diamantina. Espaço, região e poder, **Anais do X Seminário sobre a economia mineira**. 2010.

CARVALHO, R.C. E RIGOTTI, J.I.R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 235-256, maio/ago. 2015.

CASTELLO BRANCO, M. L. et al. Movimento pendular: Abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Salvador, 2005. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2005 , p. 1-19.

CASTELLO BRANCO, M. L. G.. Algumas Considerações sobre a identificação de cidades médias. In: **Cidades médias: espaços em transição**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 89-111.

Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Bancos de microdados da amostra do Censo Demográfico 1970. <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-dados?f%5B0%5D=facets_temas%3Acenso%20demografico%201970>. Acesso em 13de janeiro de 2019.

Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Bancos de microdados da amostra do Censo Demográfico 1980. <<http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-de>

dados?f%5B0%5D=facets_temas%3Acenso%20demografico%201980>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Bancos de microdados da amostra do Censo Demográfico 1991. <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-dados?f%5B0%5D=facets_temas%3Acenso%20demografico%201991>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Bancos de microdados da amostra do Censo Demográfico 2000. <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-dados?f%5B0%5D=facets_temas%3Acenso%20demografico%202000>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Bancos de microdados da amostra do Censo Demográfico 2010. <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-dados?f%5B0%5D=facets_temas%3Acenso%20demografico%202010>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CORRÊA, P. A.. **Conflitos ambientais em Barroso: a fábrica de cimento e movimentos sociais (1955-2013)**. São João Del Rei – MG, 2014. Dissertação, área: História. Universidade Federal de São João Del Rei, Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. 135p.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005. 302p.

CORRÊA, R. L.. **A rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

CORRÊA, R. L.. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004. 79p.

CUNHA et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Caderno Metrópole.**, São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 433-459, jul/dez 2013.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In.: José Marcos Pinto da Cunha (Org.). **Mobilidade espacial da população**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/Unicamp; 2011, p. 7-15.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. 1ed.Campinas: Nepo/Unicamp, 2011, v. , p. 96-117.

CUNHA, J.M.P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Rev. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.99-127, jan./abr. 2016.

Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Indicadores e Dados Básicos - IDB. 2012. <<http://datasus.saude.gov.br/indicadores-e-dados-basicos-idb>>. Acesso em 22 abr. 2017.

DINIZ, C. C. (1993). "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização". **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set. p. 35-64.

DOTA, E. M. Desigualdades e migração: como elas se interrelacionam no contexto atual. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, p. 60-80, 2012.

DOTA, E. M. Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. Campinas - SP, 2015. Tese de Doutorado, área: Demografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 260p.

DOTA, E. M.; CAMARGO, Mangaba D. Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos: o caso da RM de Campinas. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v.2, janeiro/junho 2015, p.127 a 148.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LIRA, P. S. (orgs.) **Cidade e Metrópole: Coleção Arquitetura e Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v.21, n.2, p.415-430, Maio-Ago. 2019

DOTA, E.. Dinâmica migratória recente na rm de campinas: análise dos fatores associados. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.14, n. 2 (20), p. 157-172, jul./dez. 2015 ISSN 16766806

EMMEL, A.; BRANDT, G. ; JOHAN, E. R. . A mobilidade pendular no Eixo Urbano de Santa Cruz do Sul / Vera Cruz (RS): um olhar a partir de informações censitárias.. In: VII Seminário Sobre Desenvolvimento Regional, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015. v. 1. p. 1-15.

ENGEL, P. E.; Whitacker, A.M . DESLOCAMENTOS PENDULARES PARA CONSUMO E LAZER NA HINTERLÂNDIA DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP. **GEO UERJ**, v. 2, p. 474-503, 2017.

FERREIRA, R. N. A "Cidade dos Loucos": saber médico e a invenção dos territórios da loucura na cidade de Baracena. Viçosa - MG, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Geografia. 69p.

FREY E. e DOTA, E, M. O censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na região metropolitana de campinas. **MEDIAÇÕES, LONDRINA**, V. 18 N. 1, P. 226-243, JAN./JUN. 2013

Fundação João Pinheiro (FJP). Potencialidade para o microcrédito no município de Barbacena: medida por indicadores econômicos e sociais. Belo Horizonte, 2005.

Fundação João Pinheiro (FJP). Programa Somma. Projeto de Desenvolvimento Institucional. Prefeitura Municipal de Barbacena, 1992.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. Sao Paulo: DIFEL, 1983.

GONÇALVEZ, A. Cesário Alvim: A saga de jovem advogado do interior que se tornaria figura destacada do império e prócer da república. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, N.41, p.329-340, 2002.

GROSSI, et al. Prolongamento da longevidade de flores de rosa exportadas da região de Barbacena - Minas Gerais. Relatório Final do Projeto de Pesquisa de número de registro: CAG 839/04. Início 2005, término 2007. Universidade Federal de Viçosa (UFV).

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Volume I. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. **Ficha de qualificação dos indicadores**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Manual do Recenseador**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Municípios do estado de Minas Gerais. In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: XXIV vol., 1958. p.6-16 e 136-144

IBGE. Municípios do estado de Minas Gerais. In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: XXVI vol., 1959. p. 159-164

IBGE. Municípios do estado de Minas Gerais. In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: XXVII vol., 1959. p.390-394

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais - Comércio, Serviços. 1970-1995. <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 29 maio 2018.

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, Luiz A. P.; OLIVEIRA, Antônio T. R. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Capítulo 3, 58-70.

KING, R. Geografy and Migration Studies: Retrospect and Prospect. **Population, Space na Place**. V.18, 134-153. 2011.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

LENCIONI, S. Cidade-região. In **Glossário de geografia humana e econômica**. Org. Sposito, Eliseu Savério. São Paulo: Editora Unesp, 2017. P. 57-63

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 213p.

LOBO, C; et al. Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG - 2010. **Rev. Brasileira de Estatística e População**, Belo Horizonte, v. 34,n.2, maio/ago.2017, p. 321-339.

LOBO, C; MATOS, R; CUNHA, J. Mineiros retornados e a corrente de migranes paulistas: os fluxos de São Paulo para Minas Gerais. Rev. UFMG, Belo Horizonte, V. 25, N. 1 e 2, P. 178-197, Jan./Dez. 2018

LOZANO, L. P. G.; SPOSITO, S. E. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. In.: Carmen Bellet ... [et al.] (Org.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Presidente Prudente : Universidade Estadual Paulista; Lleida : Edicions de la Universitat de Lleida. p. 80-105, 2015.

MARANDOLA JR., E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. 1ed.Campinas: Nepo/Unicamp, 2011, v. , p. 95-115.

Marandola Jr., Eduardo. Cidades Médias em contexto metropolitano: hierarquias e mobilidade nas formas urbanas. In: **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as apolíticas sociais**. Rosana Baeninger (Org.). Brasília: UNFPA, 2010. P. 187-197

MARINHO, R. C. Trajetória e perspectivas econômicas de Muriaé-MG: o papel dos atores locais na articulação do desenvolvimento econômico. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016. 123 f.

McQuaid, R.W. e Chen, T.. Commuting times e The role of gender, children and part-time work. Research in Transportation Economics, 34, 2012, p. 66-73.

MELAZZO, E. S. Indicadores para a leitura de cidades de porte médio. In: **Cidades médias: espaços em transição**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 439-460.

MORAES, A. C. R. de. Bases da formação territorial do brasil. **GEOGRAFARES**, Vitória, no 2, jun. 2001. P. 104-113.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MOURA, R. et al. Movimento Pendular e Perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005

NASCIMENTO, F. R., A "cidade dos loucos: Saber médico e a invenção dos territórios da loucura na cidade de Barbacena. Viçosa MG, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa. 69p.

OJIMA E MARANDOLA Jr.. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: Dispersão Urbana e reflexiva na Dinâmica regional não metropolitana. **R. B. Estudos urbanos e regionais** v. 14 , n. 2 / novembro 2012

OJIMA et al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Caderno Metrópole.**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010

OJIMA, R.; MONTEIRO, F. F. ; NASCIMENTO, T. C. L. . Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 9-20, 2015.

PATARRA, N. L. e FERREIRA, C. E. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. Textos NEPO, 10. Campinas:NEPO/UNICAMP, 1996.

PINTO, F. E. Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750-1822). In: XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina. **XIV Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 26ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. 364 p. il., mapas.

Prefeitura Municipal de Ubá. Edição Histórica: Ubá - Minas Gerais - Brasil. Ubá: [s.n.], 1980. 134p.

QUEIROZ, G. T. et al.. Deslocamentos pendulares na rede urbana norte-mineira: os fluxos por motivo de estudo e trabalho de Janaúba, Janaúria e Pirapora para Montes claros nos anos de 2000 e 2010. In: VII Fórum de Ensino e Pesquisa da Unimontes FEPEG, 2013, Montes Claros - MG. **VII Fórum de Ensino e Pesquisa da Unimontes**, 2013.

RAMOS, E. F. As cidades médias em perspectiva uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras. Belo Horizonte - MG, 2011. Dissertação de Mestrado, área: Organização do Espaço. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. 164p.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**. Vol. 48. No.2. (Tun., 1885). pp. 167-235

REOLON E MIYAZAKI. Cidades Médias: um Viés pelos Deslocamentos Pendulares. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 49-71, 2015.

RICARDO et. al. Movimento pendular em cidades médias: a centralidade de Montes Claros no Norte de Minas a partir da infra-estrutura de transportes . **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3

RIGOTTI, J. I. R. ; CAMPOS, J. . Movimentos populacionais e as cidades médias de Minas Gerais. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 2009, Belo Horizonte. **VI Encontro Nacional sobre Migrações**, 2009.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). **Mobilidade espacial da**

população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. 1ed.Campinas: Nepo/Unicamp, 2011, v. , p. 141-156.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SCOTT, A. J. et al.. "Cidades-regiões globais". **Espaço & Debates**, nº41, 2001. P. 11-25

SINGER, P.. **Economia Política da Urbanização.** 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Tabela 1613 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. 1975-2010. <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1613>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Tabela 200 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População. 1970-2010. <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Tabela 993 - Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e ano de fundação. 2006-2015. <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/993>>. Acesso em: 29 maio 2018.

SOARES, R. S. Centralidades regionais em Minas Gerais: uma proposta com base na oferta do ensino superior. **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Poços de Caldas, 2018.

SOJA, E.W. Regions in context: spatiality, periodicity, and the historical geography of the regional question. **Environment and Planning: Society and Space**, 1985, volume 3, pages 175-190.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento Urbano.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, 2013. 192p.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, v. 1, p. 609-643.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intraurbana. In: **Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: [s.n.]. 2001.

Sposito, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n.1, p. 51-62, jan./abr.2010.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geografia**, São Paulo, UNESP, n. 10, p. 1-18, 1991.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. 1. ed. Belém: FASE e UFPA, 2009. v. 1. 57p .

STAMM, C. ; STADUTO, J. A. R. . Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 25, p. 131-149, 2008.

STEPHAN, I. C.; FERREIRA, J. S. ; RIBEIRO, I. M. F. . Guido Thomaz Marlière, o semeador de cidades na Zona da Mata Mineira. **Risco** (São Carlos), v. 16, p. 35-60, 2013.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1. pp. 199-218

URRY, J. Inhabiting the car. **The Sociological Review**, Oxford, UK and Malden, USA, 2006, vol. 54, nº2, p.16-31, 2006.

Yapa, L. et. al. Interdependencies of Commuting, Migration, and Job Site Relocation. In: **Economic Geography**, Vol. 47, No. 1, Perspectives on Urban Spatial Systems (Jan., 1971)

